

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

FERNANDA ZIMMERMANN

**DE ARMAÇÃO BALEEIRA A ENGENHOS DE FARINHA:
FORTUNA E ESCRAVIDÃO EM SÃO MIGUEL DA TERRA
FIRME – SC: 1800-1860**

FLORIANÓPOLIS

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

FERNANDA ZIMMERMANN

**DE ARMAÇÃO BALEEIRA A ENGENHOS DE FARINHA:
FORTUNA E ESCRAVIDÃO EM SÃO MIGUEL DA TERRA
FIRME – SC: 1800-1860**

Dissertação apresentada
ao Curso de História da
Universidade Federal de
Santa Catarina, como
requisito para obtenção
do título de Mestre em
História.

Orientadora: Professora
Beatriz Gallotti
Mamigonian.

FLORIANÓPOLIS

2011

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer primeiro de tudo aos meus pais, Nazareno e Nadir, e ao meu irmão, Fausto, por tudo que tenho. Pelo amor, carinho, dedicação, incentivo e principalmente pelos momentos de cobrança. Acima de tudo, por acreditarem em mim incondicionalmente.

Ao Felipe, que de namorado a noivo, esteve ao meu lado desde o princípio. Pelo amor e companheirismo. Por estar sempre presente com sua calma e tranquilidade. Por ser tão importante e especial em minha vida.

Agradeço a Beatriz Gallotti Mamigonian, por ser incansável. Sem sua paciência não teria conseguido. Suas críticas nos momentos necessários e sua compreensão em todo esse caminho possibilitaram que eu chegasse aqui.

A prima, e colega de profissão, Joseane. As conversas nos momentos complicados e os conselhos nas horas oportunas tornaram o trabalho sempre mais simples e prazeroso.

Aos amigos e colegas de trabalho sempre tão presentes e ao mesmo tempo tão compreensíveis com os momentos de ausência.

Como não podia deixar de ser, agradeço aos meus alunos, em especial a três deles: Camilla, Leonardo e João. As discussões em sala de aula trouxeram crescimento e amadurecimento. O respeito e a admiração trouxeram a responsabilidade de não desapontá-los. As críticas e os elogios contribuíram, e contribuem, para o meu crescimento e acima de tudo para a construção de uma amizade.

A todos vocês, meu muito obrigado.

Resumo: Este trabalho contribui para a historiografia mais recente, trazendo um retrato da economia e sociedade da Freguesia de São Miguel da Terra Firme durante a primeira metade do século XIX. Analisa a Armação da Piedade uma grande unidade produtora escravista no litoral catarinense, contando com uma complexa estrutura e um bom número de trabalhadores livres e escravos. Compreende a estrutura da posse escrava e a participação dos escravos nas fortunas locais e se aprofunda nas questões referentes às relações de trabalho e estratégias de sobrevivência, buscando desvendar o que Schwartz denominou “segredos internos”, compreendendo seus mecanismos internos e as relações sociais que vigoravam dentro destas pequenas e médias propriedades e a participação dos libertos nesta sociedade. As fontes utilizadas para esta pesquisa inclui inventários de particulares (1833-1860) e um inventário da Armação da Piedade, além de registros de batismo, óbito e casamento que auxiliam no cruzamento de fontes.

Palavras-chave: Armação baleeira, escravidão, fortuna.

Abstract: This research contributes for the recently local history, bringing a picture of the economy and society in São Miguel da Terra Firme during the first half of the nineteenth century. Analyze Armação da Piedade a large production unit in the slave coast of Santa Catarina, with a complex structure and a good number of free worker sand slaves. Understands the structure of slave owner ship and participation in the fortunes of local slave sand deepened in matters of labor relations and survival strategies, seeking toun cover what Schwartztermed "inner secrets", including their internal mechanisms and social relations that prevailed with in these small and medium farm sand participation of freedmen in this society. The sources used for this research includes surveys of individuals(1833-1860) and an inventory of Armação da Piedade, in addition to records of baptism, marriage and death that help in crossing sources.

Keywords: Framewhaling, slavery, wealth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Ilha de Santa Catarina e do Litoral adjacente	26
Figura 2: Planta Topográfica da Piedade que caracteriza os diversos “setores” no interior da Armação.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Registro de Recebimento de Sesmarias – São Miguel	31
Tabela 2: População da Freguesia de São Miguel da Terra Firme por condição social, 1753-1851	41
Tabela 3: Tabela de Casamentos dos Livres de São Miguel da Terra Firme	43
Tabela 4: Procedência dos Noivos e Noivas de São Miguel, 1794-1856	44
Tabela 5: Escravos homens da Armação da Piedade (1816).....	65
Tabela 6: Compras de farinha feitas pela Armação da Piedade em 1816	77
Tabela 7: Mulheres escravas da Armação da Piedade e condição civil	83
Tabela 8: Crioulos menores da Armação da Piedade	85
Tabela 9: Faixas de fortuna, São Miguel 1830-1860	95
Tabela 10: Propriedade Escrava entre os inventariados de São Miguel entre 1830-1860	103
Tabela 11: Faixas de posse escrava entre inventariados de São Miguel 1830-1860	104
Tabela 12: Sexo e Origem dos escravos de São Miguel 1830-1860 ...	106
Tabela 13: Origem dos escravos batizados por década (São Miguel, 1801-1850)	113
Tabela 14: Condição dos padrinhos e madrinhas de crianças escravas em São Miguel (1798 – 1856).....	122

SUMÁRIO

Introdução	15
1 A Freguesia de São Miguel da Terra Firme	24
1.1 Extensão, limites e ocupação	25
1.2 O desejo de tornar-se capital	33
1.3 A pesca e a agricultura: a economia da região.....	34
1.4 Os homens e mulheres desta história	40
1.5 Armação da Piedade.....	45
2 Real Contrato da Pesca: A Armação da Piedade	49
2.1 A introdução da pesca da baleia no litoral sul	51
2.2 Santa Catarina: os primeiros contratos	55
2.3 A Armação da Piedade	57
2.4 A mão de obra	61
2.5 Cotidiano escravo	72
2.6 Vestuário, habitação, parentesco e a constituição de famílias escravas	79
2.7 O produto da pesca	88
2.8 A decadência da Armação	90
3 Fortuna e Posse Escrava em São Miguel da Terra Firme	92
3.1 A Propriedade em São Miguel da Terra Firme	94
3.2 A Distribuição da Riqueza Seguindo Critérios Econômicos	101
3.3 Posse Escrava.....	103
4 População escrava em São Miguel da Terra Firme:	107

4.1 População escrava e suas origens	107
4.2 A Família Escrava	116
4.3 Relações de Compadrio	121
4.4 Incorporação dos libertos ao sistema escravista.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
FONTES	132
REFERÊNCIAS	134

Introdução

Esta pesquisa busca ir além dos limites das plantations, investigando a utilização do trabalho escravo na Freguesia de São Miguel da Terra Firme, na primeira metade do século XIX. Localizada no litoral da Capitania de Santa Catarina, ao norte da Ilha de Santa Catarina, São Miguel da Terra Firme abrigou a maior Armação de Pesca da Baleia do sul do Brasil, a Armação da Piedade, fundada em 1842 e abundante produção de farinha de mandioca, atividades desenvolvidas por um significativo número de escravos destinados ao trabalho na armação e nas pequenas e médias propriedades que constituíam o local.

Na década de 1930 diferentes interpretações acerca da exploração econômica do Brasil colocaram a produção e a exportação de produtos comerciais com destino a Portugal como o centro da colonização do território brasileiro. Já em 1970 críticas a Caio Prado passaram a contestar suas idéias como início do reconhecimento das produções destinadas ao mercado interno, funcionando de forma paralela as agroexportações.

Apesar da constituição de diferentes modelos explicativos um ponto era consenso entre os autores que discutiam o tema: a monocultura de exportação, o latifúndio e a escravidão definiram e moldaram a sociedade e a economia do Brasil durante todo o período colonial, e ainda durante a maior parte do século XIX. Para estes autores a estrutura produtiva colonial teria sido criada para transferir excedentes para a Europa, não havendo uma acumulação de riqueza na colônia. Essa concepção fez com que as plantations escravistas, e por consequência a economia de exportação como um todo, estivessem no centro das pesquisas acerca da história do Brasil. Ainda assim não há como negar que estas obras foram de extrema importância para o entendimento da história colonial brasileira.

Essa concepção fez com que os trabalhos relacionados a esse tema acabassem por interpretar o Brasil como uma extensa plantation, limitada ao cultivo em grande escala e ao comércio destes produtos, dividindo a sociedade em duas classes: os senhores que possuíam as plantations, e os escravos que nelas trabalhavam. As produções econômicas e os grupos sociais que não estavam inseridos nestes critérios foram classificados como de pouca significância, postados à margem e exercendo influência insignificante no processo de constituição da sociedade e economia brasileira.

Nas últimas décadas estas concepções acerca da formação histórica do Brasil começaram a ser questionadas. Historiadores lançaram seus olhares para além das plantations e constataram a existência de uma vida social e econômica que não estava direcionada a produção com destino a exportação, mas que se voltava para a produção de gêneros destinados ao abastecimento interno, e que dominava todo o Brasil rural. A comercialização destes produtos criou uma extensa rede de comércio que de alguma forma integrava várias partes do Brasil.

Estas novas análises acerca não só da economia colonial, mas também da cultura e política dos que viviam na colônia começaram a oferecer novos rumos à historiografia brasileira. Com um retorno às fontes manuscritas, e neste momento não apenas as oficiais utilizadas anteriormente, mas também utilizando jornais, registros eclesiásticos e documentação do cotidiano das unidades produtivas é que autores de toda uma geração passam a dedicar atenção à produção e comercialização de itens produzidos visando o abastecimento do mercado interno, principalmente no abastecimento das regiões agroexportadoras. Estes autores chegam a conclusões que contradizem as afirmações anteriores. O mercado interno, negligenciado pela historiográfica tradicional, era dinâmico, gerava fortunas e mesmo nos momentos em que a economia exportadora encontrava-se em baixa, este conseguia se sustentar forte e ativo.

Na obra *O Arcaísmo como Projeto*, João Fragoso e Manolo Florentino estabelecem um diálogo com os grandes esquemas explicativos que buscaram do funcionamento da economia e da sociedade colonial. Pensando as idéias de Caio Prado, Celso Furtado e Fernando Novais e o seu “sentido da colonização” de um lado, e Jacob Gorender e Ciro Flamarion e o “modo de produção escravista”, de outro, que os autores apresentam sua reinterpretação do empreendimento colonial no Brasil.

Estes autores mostram que a acumulação proveniente do mercado interno da América Portuguesa tinha como objetivo principal a manutenção de uma sociedade hierarquizada e arcaica, onde os grandes mercadores, após acumularem riqueza acabavam abandonando as atividades mercantis e tornando-se rentistas urbanos e senhores de terras e escravos, atividades menos voltadas para o sistema capitalista, mas que ofereciam uma elevação no status. Dessa forma, esse ideal

arcaizante pressionava a economia e o desenvolvimento do mercado interno.¹

Acerca da existência de um mercado interno, recentemente Bert Barickman abordou a relação entre a economia agroexportadora e as produções voltadas para o mercado interno na região considerada o berço das plantations. Utilizando inventários do Recôncavo Baiano entre os anos de 1780-1860, o autor procura estabelecer comparações entre as posses de terras, os usos da mão-de-obra escrava e as práticas agrícolas na produção de três itens de destaque: cana-de-açúcar, o fumo e a mandioca. Barickman dedica sua atenção para o estudo do mercado interno de produtos, tendo a farinha de mandioca como destaque, já que a possibilidade de compra destes produtos indispensáveis para o sustento de escravos, e mesmo da população livre pobre, fez com que produtores de açúcar da região pudessem direcionar as terras e a mão de obra para o plantio da cana e beneficiamento do açúcar. Além desta economia de abastecimento, na maioria das vezes, funcionar independente das flutuações do mercado exportador, ainda conseguia abarcar um número significativo de escravos provenientes do tráfico atlântico de cativos.²

Os escravos eram peças importantes no contexto das pequenas e médias propriedades que caracterizavam as economias de abastecimento. O funcionamento desta escravidão se dava utilizando estratégias, ou mesmo, “segredos internos”, como preferiu chamar Stuart Schwartz.

Com uma pesquisa microscópica e detalhista em documentos de alguns engenhos de açúcar da região da Bahia e Pernambuco, Schwartz traz desde informações básicas sobre o uso da mão de obra indígena até a utilização em larga escala da mão de obra africana. Seu estudo minucioso sobre alguns engenhos de açúcar no nordeste brasileiro oferece detalhes sobre o funcionamento do sistema escravista, especialmente no que tange no cotidiano de senhores e escravos e as relações estabelecidas entre eles.³

Schwartz ainda vai além. Em seu trabalho, este oferece uma crítica a autores como Jacob Gorender, para quem a extração do trabalho

¹ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo Garcia. O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840. Rio de Janeiro. Diadorim, 1993.

² BARICKMAN, Bert B. Um contraponto baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo. 1780-1860. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

³SCHWARTZ, Stuart B, Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

dos escravos se dava com base na violência continuada. Fernando Henrique Cardoso chegou a afirmar que o escravo havia introjetado a visão que o senhor tinha dele, de coisa.⁴ Para estes autores, os escravos só se tornavam agentes ativos no momento em que estavam em conflito com seus senhores, buscando romper com o sistema escravista. Enquanto encontrava-se trabalhando, seja nas *plantations* ou nas produções destinadas ao mercado interno ou as exportações de menor porte, estes eram passivos aos mandos e desmandos de seu senhor, se comportavam como “coisas”, sem vida ou cultura própria.

Essa tese foi desmontada por Schwartz quando abordou o cotidiano das relações entre senhores e escravos, explorou questões como a alimentação, vestuário, moradia e de outras situações cotidianas, a possibilidade de constituir família, o direito de cultivar suas próprias roças e vender os excedentes, de exercer o culto aos seus antepassados, a possibilidade de ascender na hierarquia do trabalho e de conquistar a alteração de sua condição jurídica, foram analisados como sendo parte das negociações entre senhores e escravos que possibilitassem o funcionamento das unidades produtivas.

Estudando estes fatores, o autor verificou a presença cotidiana de negociação entre ambas as partes, concretizadas principalmente no oferecimento de incentivos negativos e positivos que buscavam extrair o trabalho dos cativos, mas também que os oferecia um pouco mais de autonomia sobre si e sua família.⁵

Robert Slenes acrescenta elementos ao debate quando se dedica a estudar a formação de famílias escravas no Sudeste e como estas preservavam a cultura africana em suas construções e costumes. Analisando as moradias escravas e as maneiras como estes cativos buscavam preservar seus cultos e tradições africanas, o autor conclui que a formação das famílias no Sudeste escravista servia como uma forma de resistência, já que facilitava a preservação de sua cultura africana, em detrimento da aculturação, resultado das imposições senhoriais.⁶

Em Santa Catarina as interpretações clássicas, como as de Walter Piazza e Fernando Henrique Cardoso⁷, abordaram a história da

⁴CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. São Paulo: Difel, 1962.

⁵SCHWARTZ, Stuart B, op cit.

⁶SLENES, Robert W. Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁷CARDOSO, op cit. PIAZZA, A escravidão negra numa província periférica. Florianópolis: Garapuvu/Unisul, 1999.

escravidão local como uma economia caracterizada pelo minifúndio, sendo descrita como pouco dinâmica, onde o braço escravo era utilizado lado a lado com o trabalho familiar.

Trabalhos mais recentes e que abordaram a economia catarinense possuem uma visão diferenciada, tendo como apoio diversas fontes, e são essenciais para repensar as questões referentes a escravidão e ao acúmulo de riqueza na região. Clemente Penna⁸, em sua dissertação de mestrado sobre a escravidão e os contratos de trabalho na Ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XIX e, Beatriz Gallotti Mamigonian⁹, em capítulo em que a autora aborda a economia escravista na Ilha de Santa Catarina até o ano da abolição, a identidade étnica e as rotas do tráfico que fornecia trabalhadores escravos para o trabalho nas lavouras de mandioca, engenhos e Armações, inovam quando oferecem uma análise mais detalhada e renovada sobre a economia local, colocando-a no conjunto das demais produções voltadas para o mercado interno. A partir destes trabalhos o que se pode perceber é que a economia local não era incompatível com a escravidão, da mesma forma que o volume das exportações dos itens produzidos na Ilha de Santa Catarina não apontavam para uma economia necessariamente de subsistência.

Há também alguns trabalhos acerca da freguesia de São Miguel da Terra Firme. Todos eles trazem contribuições para o entendimento daquela freguesia, porém sem focar a participação escrava e o dinamismo da economia desta freguesia. A coletânea de artigos reunidos por Ana Lúcia Coutinho é escrita por políticos e demais figuras de prestígio na região durante a década de 1990, e que possuem como objeto de pesquisa essencialmente a política da região no início e decorrer do século XX.¹⁰

Especificamente sobre São Miguel da Terra Firme, o trabalho mais aprofundado foi escrito por Joaquim Gonçalves dos Santos, em que aborda a formação política e o povoamento da região, concentrando sua atenção na segunda metade do século XIX, quando reflete os motivos da

⁸ PENNA, Clemente Gentil. Escravidão, Liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas décadas de escravidão (1850-1888). Florianópolis: Dissertação de Mestrado UFSC, 2005.

⁹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e Identidade Étnica (1750-1888). 2006.

¹⁰ COUTINHO, Ana Lúcia. São Miguel da Terra Firme: 250 anos (1747-1997). Florianópolis: EDEME, 1997.

mudança do centro econômico e político de São Miguel, para o Vale do Rio Biguaçu.¹¹

Sobre a economia da região e a importância dos escravos, Myriam Ellis¹², Célia Maria e Silva¹³ e Fábio Israel Vieira de Campos¹⁴, desenvolvem suas análises acerca da economia pesqueira em Ganchos, resgatando os primórdios da atividade nesta região. Além de alguns dados acerca da estrutura da armação, esta traz mapas e informações sobre os trabalhadores que facilitam o entendimento de como funcionavam as unidades de caça a baleia. Os autores debatem sobre as unidades familiares que utilizavam de mão de obra escrava, fossem propriedades pesqueiras ou de produção de mandioca, assim como a inserção desta atividade no mercado maior, não apenas local.

Buscando contribuir para as pesquisas mais recentes que buscam estudar as relações entre a economia exportadora de abastecimento e a participação da mão de obra escrava na economia de São Miguel, este trabalho tem por objetivo examinar a estruturação da economia voltada para o abastecimento da freguesia, a participação da mão de obra escrava e a relação com a atividade baleeira, estabelecida desde a metade do século XVIII, mas já em decadência no século XIX.

As produções destinadas ao mercado interno foram constantemente dadas como frágeis na historiografia clássica. No entanto, não é isso que os dados obtidos através das fontes nos apresentam. A posse escrava é uma das medidas de dinamismo dessas atividades. Desta forma, buscando contribuir para uma reinterpretação da presença escrava na sociedade e na economia do litoral catarinense, é que este trabalho busca compreender a posse da terra, o uso da mão de obra escrava, a participação dos escravos na economia local, as relações de trabalho e a experiência destes trabalhadores.¹⁵ Uma das hipóteses

¹¹ SANTOS, Joaquim Gonçalves dos. A Freguesia de São Miguel da Terra Firme: Aspectos Históricos e Demográficos – 1750-1894. Dissertação de Mestrado: UFSC, 1996.

¹² ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

¹³ SILVA, Célia Maria e. Ganchos/SC: Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992.

¹⁴ CAMPOS, Fábio Israel Vieira de. A mão-de-obra utilizada para a caça da baleia no litoral catarinense - Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade, 1746-1836. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁵PIAZZA, Walter. O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis/São Paulo: Editora da UDESC/Editora Resenha Universitária, 1975; CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. São Paulo: Difel, 1962; CARDOSO, Fernando Henrique, e Octávio IANNI. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960; HÜBENER, Laura Machado. O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

levantadas neste trabalho é a de que a utilização da mão de obra escrava pelos lavradores permitiu a acumulação de pequenas fortunas e criou diferenciação social.

Em termos mais amplos, este trabalho busca contribuir para a historiografia mais recente, que cada vez mais vem na interpretação dos motores da economia colonial, colocando em destaque sua relevância para a formação histórica do Brasil. O trabalho também contribui para debates referentes à história comparativa da escravidão. Sob estes aspectos é que este trabalho investigará a economia e sociedade da Freguesia de São Miguel da Terra Firme durante a primeira metade do século XIX. São Miguel, que havia sido efetivamente colonizada a partir de 1750, já se encontrava estabelecida nessa primeira metade do XIX, agregando uma economia extremamente diversificada, contando com um bom número de fazendas de mandioca. Além disto, é neste momento que se inicia um momento de revitalização da Armação da Piedade, com a compra de novos cativos e rearticulação do monopólio. É também este o período de auge da presença escrava na região, o que explica o período escolhido como recorte de pesquisa.

As fontes utilizadas para esta pesquisa serão de caráter qualitativo e quantitativo, assim manuscritas e impressas. Em um primeiro momento irei pesquisar tanto inventários de particulares (1833-1860), quanto um inventário da Armação da Piedade, realizado em 1816, que permitem o acesso a informações sobre a posse de escravos, o tamanho e produção das propriedades e em que proporções e condições. A estrutura de posse destes senhores e outras questões ligadas as unidades produtivas e ao mercado serão levantadas a partir destes dados.

Muitas das conclusões deste trabalho estarão centradas na análise do conjunto de 63 inventários, disponíveis no Fórum da Comarca de Biguaçu e datados dos anos de 1814 a 1860. Estes, por natureza, representam uma fonte tendenciosa. Isto porque nem todas as pessoas mortas possuíam inventários, apenas aqueles que possuíam em seu espólio bens de raiz e escravos é que acabavam sendo inventariados. Sendo assim, o conjunto de inventários representa apenas a parcela da população que usufruía de bens e escravos, e não o conjunto total dela. Apesar disso, os inventários continuam sendo uma importante fonte, já que nos fornece informações sobre práticas agrícolas, tamanho e valor dos estabelecimentos, os escravos e as condições de trabalho.

O conjunto de documentos produzidos pela Real Junta do Comércio sobre a Armação da Piedade, disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, composto por correspondências mercantis e

balanços de pagamentos, fornecerá dados referentes à compra de produtos para o abastecimento e manutenção da armação, possibilitando a identificação do que era comprado e quem fornecia esses produtos, trazendo inventários, dados sobre o funcionamento da armação, mão de obra utilizada no trabalho e mesmo dados sobre a administração da armação.

Os registros de nascimento de livres e escravos (1798-1860), casamento de livres (1794-1860) e óbito de livres (1815-1859), disponíveis no Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis, foram transcritos em bancos de dados e fornecem informações úteis na abordagem de temas relacionados à demografia da população livre e escrava, a identificação dos nascimentos, origem dos cativos e suas mães, relações de compadrio, a possibilidade do casamento e a constituição de famílias.

Os documentos avulsos acerca de São Miguel e da Armação da Piedade foram recolhidos pelo Projeto Resgate do Arquivo Histórico e Ultramarino, referente à Santa Catarina e ao Rio de Janeiro, a Enciclopédia do Almirante Carneiro, que faz parte do arquivo de Obras Raras da Universidade Federal de Santa Catarina e um Relatório do Governador da Ilha de Santa Catarina no ano de 1796 serão fontes que irão oferecer um mapa mais amplo dos escravos que eram empregados na lavoura, nos engenhos e na armação, assim como relatos oficiais produzidos pelos senhores e administradores da região. Além disso, serão utilizados documentos da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, referentes à Capitania de Santa Catarina, além de correspondências entre autoridades locais contidas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

A metodologia utilizada seguirá os estudos mais recentes ligados à história social da escravidão, estabelecendo um cruzamento das fontes e de dados nominais, apoiados nas discussões já existentes acerca do mercado de abastecimento e da escravidão no Brasil. Além disso, os trabalhos da microhistória italiana, principalmente as obras de Giovanni Levi, ajudaram a compreender como as relações parentais, políticas e sociais alteram o quadro econômico proposto pelo uso exclusivo de séries de preços, impostos, etc. Integrar estes outros elementos, considerados de “fora” da economia, faz com que o quadro antes estabelecido seja alterado, percebendo assim de forma mais precisa a configuração local. Segundo as interpretações de Giovanni Levi, busco compreender em São Miguel, como nas sociedades do Antigo Regime os grupos sociais, além de seus traços “econômicos”, eram

caracterizados e influenciados por culturas e estratégias de existência diferentes.¹⁶

A partir destas propostas, o que se pode perceber na historiografia recente é que o cotidiano das pessoas que viveram os fenômenos econômicos da época passaram a receber destaque. Estudá-los em meio as sociedade que os gerou, acompanhando os agentes sociais, mediante seus nomes e inseridos nas relações que estes compartilhavam, se tornou primordial para o entendimento da história social e econômica. As séries documentais aliadas a estes aspectos referentes a escala microscópica trariam então um entendimento mais exato acerca destas sociedades, seus aspectos cotidianos e econômicos.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, este trabalho será dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo deste trabalho busca fornecer um retrato da Freguesia de São Miguel da Terra Firme. Busca através de mapas populacionais, registro de doação de sesmarias, um relatório de João Miranda Ribeiro, que foi Governador da Capitania entre os anos de 1793-1800, e mesmo através dos registros eclesiásticos, entender o processo de ocupação da região e contribuição da população escrava e fornecer um retrato da população e economia local. A idéia é compreender como se constituiu aquela sociedade, sua população e economia a partir de sua colonização até 1800, a fim de nos capítulos seguintes explorar as relações estabelecidas na primeira metade do século XIX.

O segundo capítulo busca explorar de forma mais específica a armação da Piedade. Esta foi uma grande unidade produtora escravista no litoral catarinense, contando com uma complexa estrutura e um bom número de trabalhadores livres e escravos. A pesca sendo explorada em regime de monopólio, as Armações catarinenses estavam integradas ao contrato da pesca da baleia, estabelecido entre a Coroa Portuguesa e rematantes privados. Produzia óleo de baleia e barbatanas destinadas à exportação, assim como ao abastecimento local. Para isso, utilizarei a documentação da Junta do Comércio e um inventário produzido em 1816 que buscava levantar a situação em que esta se encontrava. Este capítulo é fundamental para compreender a importância da Armação e da pesca da baleia para a economia local.

¹⁶ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial* – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. RJ: Civilização Brasileira, 2000; LEVI, G. *Sobre a micro-história*. IN: BURKE, Peter. "A escrita da história": novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161 (tradução brasileira).

Após compreender o papel e o funcionamento da Armação da Piedade, o terceiro capítulo busca através de inventários e do cruzamento de fontes, compreender a estrutura da posse escrava e a participação dos escravos nas fortunas locais. Este capítulo abrirá a discussão que será proposta para o quarto capítulo, onde se aprofundando nas questões referentes às relações de trabalho e estratégias de sobrevivência, buscarei desvendar quais os “segredos internos”, o nexu desta sociedade, compreendendo seus mecanismos internos e as relações sociais que vigoravam dentro destas pequenas e médias propriedades, principalmente as relações estipuladas entre senhores e escravos nestas pequenas propriedades. As possibilidades de alforria e a participação dos libertos nesta sociedade também são temas deste capítulo.

O estudo destas particularidades locais, assim como a presença da mão de obra escrava, irão contribuir para não apenas para a releitura da história local, mas também para inserir o litoral catarinense em um contexto maior da história da economia brasileira.

1 A Freguesia de São Miguel da Terra Firme

A Freguesia de São Miguel da Terra Firme, localizada no continente, ao norte da Ilha de Santa Catarina, foi criada e efetivamente povoada em meados do século XVIII, durante o processo de ocupação portuguesa do sul do Brasil. Seu território abrigou a mais importante armação de pesca catarinense, além de uma importante fortaleza, a fortaleza de Santa Cruz. Seu território era extenso, e abrigava diferentes atividades econômicas, entre as quais também merece destaque a produção de farinha de mandioca.

Por volta de 1810, a economia na região era baseada nas produções agrícolas, voltadas para o mercado de abastecimento interno, ou seja, de gêneros destinados a alimentação dos habitantes. Além da produção agrícola, já dominante na região, se destacava na economia local a estrutura montada para a produção de óleo de baleia na Armação da Piedade, que a partir daquele momento passaria por grande transformação, com o fim do monopólio real e dos contratos de pesca da baleia.

É da formação e colonização desta freguesia na segunda metade do século XVIII e início do XIX que irei tratar neste capítulo, demonstrando os limites deste território, como e quando ocorreu sua efetiva ocupação, os traços da economia local, além de oferecer um

panorama da população que ali residia, abrangendo tanto a população livre detentora de pequenas e médias propriedades, assim como a população escrava que ali desempenhava as mais diversas funções nas diferentes unidades produtivas.

As fontes utilizadas para o detalhamento deste quadro social se baseiam em registros eclesiásticos contidos na cúria metropolitana de Florianópolis e em correspondências dos governadores da Capitania e outros relatórios.¹⁷

1.1 Extensão, limites e ocupação

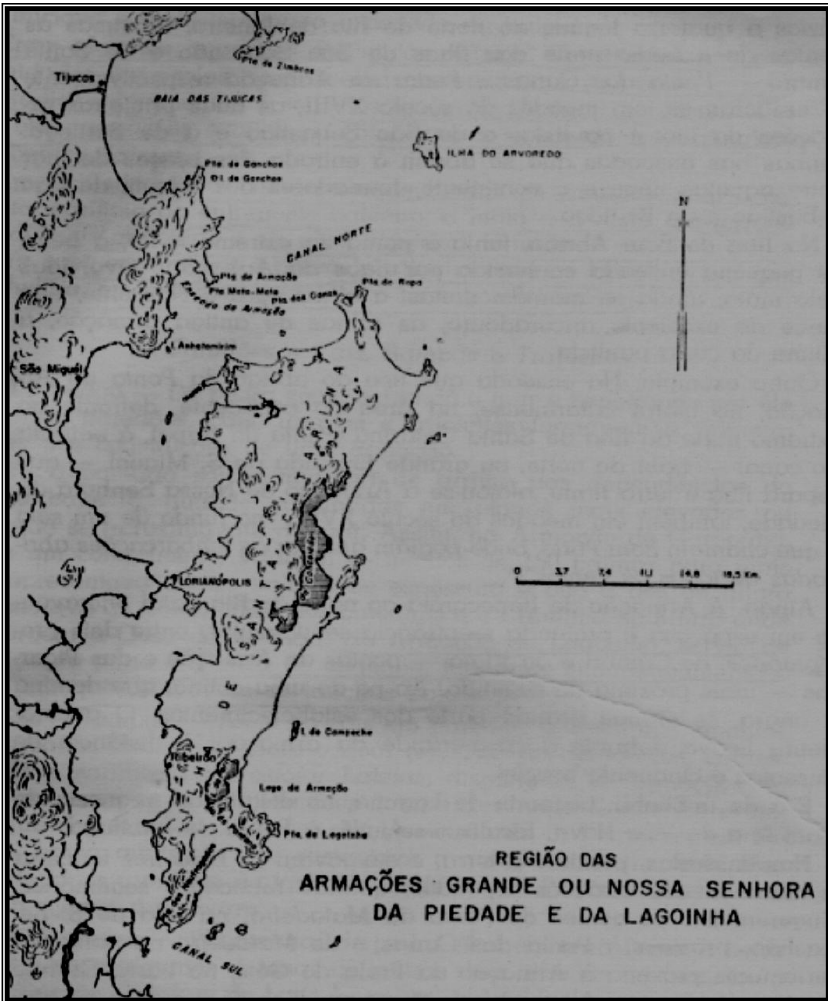
A Freguesia de São Miguel da Terra Firme, fundada em meados do século XVIII, foi uma extensa freguesia localizada no continente, ao norte da Ilha de Santa Catarina estabelecendo divisas ao sul com a freguesia de São José; ao norte com a Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco; ao leste fica separada da Ilha de Santa Catarina pelo mar, de frente para a Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades na distância de duas léguas e meia; ao oeste os limites eram vagos, sendo que a ocupação efetiva esbarrava na Serra do Mar.

O território de São Miguel abrigava em sua extensão quatro rios: o Rio dos Bobos, o Rio do Infernino, Rio Quebra-Cabaços e o Rio Biguaçu. Este último ficava a distância de uma légua da sede da freguesia, na direção sul. Era a passagem obrigatória por terra para a cidade de Desterro e servia como um local de pescaria.

Na figura abaixo é possível verificar a localização desta freguesia:

¹⁷ Estes documentos foram microfilmados e disponibilizados no Laboratório de História Social e da Cultura graças ao projeto Africanos no Sul do Brasil, financiado pela FAPESC e pelo Edital Universal (2003).

Figura 1: Mapa da Ilha de Santa Catarina e do Litoral adjacente



FONTE: ELLIS, Myriam. A baleia no Brasil colonial. São Paulo, Melhoramentos, 1969, p. 58.

A ocupação portuguesa deste vasto território teve início nas primeiras décadas do século XVIII. Segundo Caio Prado Jr, o conflito entre os reinos de Portugal e Espanha, causados pelas ameaças constantes de invasões por parte dos espanhóis, teria contribuído para a

colonização do trecho meridional do Brasil, mas mais que isso, as condições geográficas e econômicas da região teriam despertado as atenções portuguesas.¹⁸

Até este momento a região era habitada apenas por algumas tribos indígenas, de raiz Jê e Tupi Guarani. Se comparada a outras áreas, a colonização meridional ocorreu tardiamente. Este tema foi abordado por Caio Prado Jr e vem sendo explorado por uma historiografia mais recente como as obras de Fábio Kuhn, Tiago Luís Gil e Martha Hameister.¹⁹

Na contramão da historiografia catarinense que enfatiza o aspecto da colonização açoriana do litoral, segundo Célia M. Silva, houve uma simultaneidade entre o projeto colonizador de Santa Catarina, no qual o objetivo era a exploração comercial da região, a serviço da acumulação de capitais na Europa.²⁰

Sobre a colonização deste território Fernando Henrique Cardoso enxergava duas ordens de interesse neste processo: a necessidade de uma diferenciação econômica portuguesa e a política expansionista da metrópole.²¹

A colonização do litoral catarinense, iniciada nos primeiros anos do século XVIII, foi influenciada por uma conjuntura europeia o aumento da concorrência mercantilista de potências como Holanda, França e Inglaterra prejudicando as já frágeis nações ibéricas, além da pequena queda da exportação do açúcar, agravada pela concorrência estrangeira.

Esta soma de fatores fez com que a expansão colonial portuguesa de fins do XVII e início do século XVIII fosse marcada por uma nova política econômica e administrativa. No campo econômico, Portugal se empenhava na criação de um sistema de monopólio comercial e aumento do controle fiscal. Já a política administrativa visava dar suporte as estratégias econômicas.

¹⁸PRADO JR, Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967 (1933).

¹⁹PRADO JR, Caio. Op cit.; KÜHN, Fábio. Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII. Niterói: PPG-História/UFF, tese de doutorado, 2006; GIL, Tiago. Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007; HAMEISTER, Martha. Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763). (Tese de Doutorado) Instituto de Ciências Sociais e de Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

²⁰SILVA, Célia Maria. Op cit. p. 70.

²¹CARDOSO, Fernando Henrique. O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional. São Paulo: Anhembi, 1958.

O conflito entre Portugal e Espanha, apesar de não ser o único e determinante ator para a colonização, teve influências nela, o que fez com que o processo de iniciasse com a construção de uma base político militar, visando garantir a ocupação além de garantir a posse do território. Antes disso, algumas movimentações com relação ao povoamento do local já haviam acontecido. Em meados do século XVII, paulistas haviam se instalado no litoral meridional ainda pouco habitado. Homens ricos conduziram algumas famílias à região. Neste sentido merece destaque Francisco Dias Velho Monteiro, natural de São Vicente e que levou consigo sua família e um grupo de índios, que se estabeleceram na região que hoje é Desterro.²²

No entanto, os casais paulistas não efetuaram de forma concreta o povoamento da região. E é apenas na primeira metade do XVIII que os esforços para a colonização da região serão significativos. Em 1738 Dom João V ordenou que se criasse uma capitania adjacente à de São Paulo, sendo então neste mesmo ano criada a Capitania de Santa Catarina. Em 1739, com a nomeação de Silva Paes como Governador da Capitania, uma série de obras começaram a ser erguidas para que o propósito fosse cumprido. A primeira foi a Fortaleza da Ilha de Anhatomirim, denominada Santa Cruz.

A Capitania de Santa Catarina não se situava entre as áreas onde se desenvolviam as principais atividades exportadoras da colônia, como a produção do açúcar e da mineração. No entanto, houve o estabelecimento da Armação da Piedade, que se destinava à pesca da baleia e que se integrava ao monopólio estabelecido no ano de 1741, e que juntamente com a passagem de animais, corte de madeira, e ainda, cobrança de dízimos reais, passou a movimentar a economia local. A construção da armação se iniciou no ano de 1742 e sua principal finalidade era a produção de óleo para a exportação ou para a iluminação das cidades e fortalezas, inclusive a de Anhatomirim. Esta ficava distante quatro léguas de um povoado que passou a ser denominado São Miguel.

Nas áreas litorâneas do continente próximas à fortaleza foram distribuídos lotes de terras aos militares e soldados que haviam se transferido para a região juntamente com o Governador Silva Paes. Silva Paes foi o encarregado da distribuição dos lotes. Além disso, é

²²BRITO, Paulo J. Miguel de. Memória política sobre a Capitania de Santa Catharina. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1816.

considerado o fundador de São Miguel, e estima-se que isso tenha acontecido entre os anos de 1748 e 1749.²³

Como um local de apoio, nasceu assim São Miguel da Terra Firme. Foi elevada à condição de freguesia por uma provisão episcopal de 08 de fevereiro de 1752 quando da nomeação do primeiro vigário, o açoriano padre Domingos Pereira Machado.

Além das fortificações e dos recursos naturais existentes em abundância na região, Silva Paes encaminhou um pedido à Coroa Portuguesa para que casais açorianos fossem enviados afim de povoar a região. Defender o território e aumentar a produção de alimentos na colônia eram os objetivos maiores desta colonização. Isso pode ser constatado através de documentos produzidos pelo Procurador da Fazenda. Segundo ele, as pessoas que fossem enviadas ao litoral catarinense deveriam gozar de “boa saúde e idade, preferindo os que tiverem exercício de cultura e também alguns artesãos igualmente necessários para o aumento e subsistência das Colônias”.²⁴ Neste relato fica clara a exigência de pessoas que fossem aptas ao trabalho, capazes de desenvolverem a exploração econômica da região.

Sendo assim, conforme O. Cabral, o pedido de Silva Paes foi atendido pela corte portuguesa e em 21 de outubro de 1747, embarcam nos Açores os primeiros casais com destino à Ilha de Santa Catarina. Chegaram em 06 de janeiro de 1748, após setenta e oito dias no mar. Um bom número destes não resistiu a viagem e morreu durante a travessia. Os casais açorianos foram distribuídos dentre a Ilha e a Terra Firme. Em São Miguel, estes chegaram durante o governo do Coronel Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, porém não há uma data precisa ou mesmo o número exato de casais que ali aportaram.

Os casais açorianos não foram enviados diretamente para São Miguel. Estes aportavam na Vila de Desterro e ficavam de “quarentena” a fim de se recuperarem da longa e desgastante viagem pela qual haviam passado. Faziam tratamentos de saúde, recompunham as forças, recebiam materiais e se preparavam para a vida em uma terra estranha. Em face da inauguração da Igreja Matriz de São Miguel Arcanjo no ano de 1751, é possível que os casais tenham chegado em 1750.²⁵

Segundo Piazza, “foi com gente chegada em 1751 que o Coronel Manoel Escudeiro Ferreira de Souza estabeleceu as bases da

²³ SANTOS, Joaquim G. dos. Op cit. p. 13.

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos: Santa Catarina, cx. 2, doc. 33. Coleção Resgate.

²⁵ CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. Florianópolis, PND/SEC, 1968. p. 65.

povoação de São Miguel”.²⁶ No entanto esta afirmação não encerra a possibilidade de que algumas famílias açorianas, ou mesmo paulistas vindos no século XVII, já tivessem se estabelecido lá há mais tempo.

Com base nos dados levantados para esta pesquisa sobre a colonização da região de São Miguel e utilizando de registros eclesiásticos referentes às primeiras décadas do século XIX como fonte, foi possível identificar a origem dos povoadores açorianos e madeirenses estabelecidos em São Miguel e reconstituir algumas das famílias chegadas na região.²⁷ A pesquisa e organização de todos os registros de batismo dos primeiros anos daquele século mostraram que havia em torno de 49 sobrenomes de famílias. Estas vinham predominantemente de três ilhas: Ilha Terceira, Ilha de São Jorge e Ilha Graciosa.²⁸

Para meados do século, Piazza apresenta em seu trabalho dados de 1755 onde acusa a existência de 123 “citios” em São Miguel. Segundo o autor a média populacional por propriedade era de sete pessoas.²⁹ Havia então em São Miguel uma população de cerca de 860 habitantes naquele ano.

Os povoadores da Capitania de Santa Catarina, em geral vindos da Ilha dos Açores e da Madeira eram pessoas pobres e que se transferiram para a região atraídos pelas promessas do governo português: terras, ferramentas e animais domésticos. No edital do Conselho Ultramarino de Lisboa, fixado em 1746, prometeu-se aos habitantes destas ilhas que estivessem dispostos a se estabelecerem no Brasil, que lhes seria facilitado o transporte (à custa da Fazenda Real) como também destinados 2\$400 réis às mulheres com idade entre 12 e 25 anos; 1\$000 réis para cada filho dos casais; farinha para o sustento de um ano; um quarto de légua para estabelecer seu sítio e morada, além de diversos instrumentos para a execução de seus trabalhos com a terra.³⁰

No entanto, as vantagens oferecidas aos colonos não foram cumpridas por parte dos governadores da Ilha, seja pela falta de recursos da própria Fazenda Real da capitania quanto pela falta das provisões, conforme foi explicado em carta enviada à Rainha D. Maria I, em 16 de novembro de 1797:

²⁶ PIAZZA, op cit. p. 11.

²⁷ Os registros eclesiásticos disponíveis se iniciam na última década do século XVIII, não havendo livros disponíveis para as décadas anteriores.

²⁸ Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina - AHESC. Livro de Registro de Batismo 1 – 1800-1804.

²⁹ PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1988, p. 154.

³⁰ SILVA. Op. cit. P. 38-39.

“tanto a respeito da mesma distribuição das terras aos novos colonos, como daqueles socorros, com que Vossa Majestade tão providentemente os mandava fornecer, quais eram as ferramentas necessárias, as vacas e as éguas para o seu laboratório fabril, de cujos gêneros, a alguns se completaram as ferramentas, a outros parte delas, aliás, havendo-as e a nenhuns os animais cavалares e vacuns; sem que a mim me seja possível presentemente averiguar, qual fosse a causa de uma tão considerável falta, que incontestavelmente foi uma das causas, porque ainda hoje se fazem pouco sensíveis os seus desejados progressos”.³¹

Com base nos discursos acerca da falta de cumprimento das promessas feitas aos açorianos, já no final do século XVIII criava-se um discurso que justificava a aparente pobreza dos açorianos que aqui se estabeleceram utilizando as condições do processo de imigração como embasamento.

Apesar das reclamações acerca do cumprimento das promessas feitas aos casais de açorianos, o 1º. Livro de Sesmarias do Governo da Capitania de Santa Catarina nos traz informações importantes sobre a distribuição de terras na região. Através destes dados podemos tomar conhecimento sobre a localização destas terras, ano de recebimento e extensão dos lotes.

Tabela 1: Registro de Recebimento de Sesmarias – São Miguel

ANO	BRAÇAS	NOME	LUGAR
1753	1500	José Bernardo Galvão	Biguaçú
1774	200	João Pereira	Vale São Miguel
1774	200	Agostinho Fernandes de Carvalho	Vale São Miguel
1774	300	Ignácio José Linhares	São Miguel
1775	800	João Marcos Vieira	Enseada das Palmas

³¹ Arquivo Histórico Ultramarino -Santa Catarina, 1668-1830. Lisboa, Cx. 8, doc. 6.

1776	750	José da Silva Pereira	Biguaçu
1777	350	Francisco José de Castro	Biguaçu
1788	600	Matheus Antonio	Rio dos Bobos
1789	104	Francisco de Souza Xavier	São Miguel
1789	150	João Luiz Poisão	Biguaçu
1791	313	Francisco da Rocha Cota	Biguaçu
1791	750	Vicente Zuzarte Pinto	Biguaçu
1793	400	Manoel da Cunha	Biguaçu
1794	350	Antonio Silva Dutra	Rio Biguaçu
1800	170	Pedro de Souza e Silva	São Miguel
1803	400	João da Rocha Linhares	São Miguel
1803	271	Joanna Pereira	Quebra-Cabaços
1805	300	João Teixeira Cunha	Tijucas Grande
1806	100	Ignácio Rodrigues de Oliveira	Zimbros

Fonte: 1º. Livro de Sesmarias – 1753/1806. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Conforme demonstra a tabela acima, a maior extensão de terras foi doada a José Bernardo Galvão em 1753. As cerca de 1500 braças de terra recebidas por Galvão ficavam na localidade de Biguaçu, onde a agricultura era favorecida devido ao rio Biguaçu que cortava a região. Já Ignácio Rodrigues de Oliveira, em 1806, recebeu a extensão de 100 braças de terras na região de Zimbros, localidade próxima à Armação da Piedade.

Além disso, Jacinto Mattos denuncia que o edital de 1746 afirmava que os povoadores não seriam alistados pelas tropas. No entanto, segundo Mattos, não foi isso que aconteceu. Muitos já nos primeiros anos viraram soldados e tiveram que se dirigir ao sul para lutar com as tropas, impedindo que executassem o trabalho nas suas novas propriedades. Conforme escreve o autor, “O recrutamento dos mancebos era feito em massa, para preencher os claros da tropa e mesmo para enviá-los em numerosos contingentes, para as guerras intermináveis, mantidas ao sul com os espanhóis”.³²

O projeto político da coroa portuguesa começava a se concretizar, ganhando força a partir de 1750 após a ascensão de

³² MATTOS, Jacinto A. de. Colonização do Estado de Santa Catarina. Dados Históricos e estatísticos: 1640-1916. Florianópolis, Tip. “O Dia”, 1917, p. 21.

Marquês de Pombal ao poder. O monopólio da pesca da baleia já existente na Bahia e em São Paulo, agora iria expandir sua abrangência com a criação de novas armações baleeiras espalhadas pelo litoral catarinense³³.

1.2 O desejo de tornar-se capital

Consta que o sucessor de Silva Paes como governador da Capitania, Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, em uma de suas visitas a São Miguel da Terra Firme afim de distribuir terras e fixar povoadores recém chegados dos Açores, se encantou pela região. Vendo este como um espaço propício para fixar a Capital da Capitania, escreveu ao rei de Portugal, Dom José I, sucessor de Dom João V, uma generosa descrição da região:

“... sítio de bom porto e espaçosa praia, junto a uma prodigiosa cachoeira, excelente aguada, despenhada de uma serra que fica na espalda, cuja situação fica uma légua distante da Fortaleza de Santa Cruz do Registro e fronteiro à de Santo Antônio dos Ratores, posto que em larga distância e fora do tiro de artilharia pela grande latitude da baía”³⁴.

Além destes vários elogios, o governador da capitania arrolou algumas inconveniências relacionadas à Vila de Desterro, entre elas a distância que separava esta da barra e o acesso ao mar-aberto. A favor de São Miguel, além das belezas naturais, segundo o Coronel, contava a proteção exercida pelas fortalezas, especialmente a fortaleza de Santa Cruz. A pretensão não foi aceita pelo rei de Portugal, na época D. José I, já que segundo ele era em Desterro que já se encontravam a residência do governador, a igreja e os armazéns reais.³⁵

Em 25 de outubro de 1753, Manoel Escudeiro foi substituído por Dom José de Melo Manuel. O novo governador, após visita a São Miguel fez coro ao seu antecessor e enviou nova consulta a Lisboa, quanto à mudança da capital. Em 02 de fevereiro de 1756 a resposta ao pedido foi negada de forma enfática, ordenando que os planos

³³ ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

³⁴ SANTOS, J. op cit. P. 43.

³⁵ SANTOS, J. op cit. P. 43.

organizados por Silva Paes fossem cumpridos, e que as tentativas de alteração da capital da capitania para São Miguel fossem cessadas.³⁶

Passado pouco mais de duas décadas destas discussões, em 23 de fevereiro de 1777. Portugal perde para a Espanha a posse da Ilha de Santa Catarina e os portugueses são expulsos, sendo forçados a se deslocarem para a região continental. Neste período ocupava o cargo de governador da capitania o Marechal Antonio Carlos Furtado de Mendonça.

Com a morte de Dom José I, negociadores em nome da viúva rainha Vitória e do Tratado de Santo Idelfonso, conseguiu restabelecer a paz entre Espanha e Portugal. Pelas cláusulas do contrato, assinado ainda em 1777, Portugal recebeu de volta a Ilha de Santa Catarina e ficou com quase toda a Capitania de São Pedro, atual Rio Grande do Sul.

Para receber a Ilha dos espanhóis, Portugal nomeou o Coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara. Este deveria aguardar o momento oportuno. Sendo assim, em 01 de maio de 1778 Veiga Cabral assumiu o cargo de Governador da Capitania em São Miguel da Terra Firme.

São Miguel da Terra Firme foi capital, no entanto por pouco tempo: de 10 de outubro de 1777 a 02 de agosto de 1778. Logo no dia 03 de agosto Veiga Cabral tomou posse definitiva da Ilha de Santa Catarina, e por extensão, de toda a Capitania.

1.3 A pesca e a agricultura: a economia da região

Escrevendo sobre a agricultura colonial brasileira, Caio Prado Jr elaborou um esquema segundo o qual havia dois tipos básicos de práticas agrícolas, inteiramente diversos um do outro:

“De um lado a *grande lavoura*, seja ela do açúcar, do algodão ou de alguns outros gêneros de menos importância, que se destinam todos ao comércio exterior. Doutro, a agricultura de subsistência, isto é, produtora de gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno. [...] A grande lavoura representa o nervo da agricultura colonial; a produção dos gêneros de consumo

³⁶BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina. Florianópolis, Livraria Central, 1932.

interno a mandioca, o milho, o feijão, - que são os principais - foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária³⁷.

Seguindo este raciocínio, Caio Prado coloca as produções voltadas ao comércio exterior como sendo centrais para a colônia e a produção de gêneros de primeira necessidade apenas como subsidiária minimizando a importância das atividades voltadas para o abastecimento da população.

Nas últimas décadas este assunto é alvo de intenso debate. Para além das *plantations escravistas* e da agricultura de subsistência, novos estudos têm detectado uma atividade comercial associada ao abastecimento interno da colônia, exercendo um papel no cenário colonial, muito mais complexo do que se simplesmente a subsistência fosse suprida localmente.³⁸

João Fragoso, por exemplo, traz detalhes das despesas das fazendas exportadoras onde os valores destinados à compra de alimentos chegavam a um quarto das despesas da fazenda.³⁹ Isso demonstra que havia um mercado de abastecimento interno dinâmico e é neste contexto de produção agrícola voltada para o mercado interno que eu procuro inserir a Freguesia de São Miguel.

João Fragoso, junto a Manolo Florentino, em *O Arcaísmo como Projeto* concluem que as áreas de agroexportação eram as que menos produziam alimentos, o que leva a crer que estas áreas eram compradoras dos alimentos produzidos por áreas não exportadoras, o que evidencia um mercado interno de produtos bem dinâmico. Assim mesmo o Rio de Janeiro sendo uma área onde a produção voltava-se ao mercado externo seu abastecimento era sustentado por uma extensa rede intracolonial, o que sugere uma reprodução, pelo menos parcialmente, desgarrada do mercado internacional.⁴⁰

Neste contexto a mão de obra escrava era um elemento essencial. A estrutura de posse de escravos apresentada pelos autores para o Rio de Janeiro da primeira metade do XIX mostra uma

³⁷PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 1942, p. 141.

³⁸BARICKMAN, Bert. *Op cit*.

³⁹FRAGOSO, João Luís. *Novas perspectivas acerca da escravidão no Brasil*. In: Cardoso, C.F. (org.), *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

⁴⁰FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840* - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

concentração de escravos em poucas mãos sendo a reposição dos cativos dada através do tráfico atlântico e não do crescimento vegetativo da população.

Ter escravos era um dos elementos de diferenciação social, colocando elite (rica e poderosa) em um patamar distinto dos livres pobres. O funcionamento do mercado brasileiro levava os homens livres pobres a investirem em atividades menos vantajosas, o que proporcionava a perpetuação das diferenças sociais, o que nos permite classificar a sociedade brasileira como hierarquizada e fechada.

Pensando nas questões locais, na região de São Miguel os núcleos onde os casais açorianos e madeirenses se estabeleceram foram denominados de Ganchos, Palmas, Costeira da Armação e Fazenda da Armação, todos subordinados à sede de São Miguel da Terra Firme. Estes povoados emergem para impulsionar o movimento colonizatório, constituindo pequenos povoados distribuídos distante uns dos outros.⁴¹ A distância entre estes, e principalmente a distância que estes mantinham da Igreja Matriz e mesmo da Capela de Nossa Senhora da Piedade, fez com que sucessivas vezes paroquianos e até mesmo o vigário da região reclamassem com o Governador da Capitania a ausência da população nas missas e festas da igreja. Por diversas vezes chegou-se a sugerir que se para uma parte da população que trabalhava nas fortificações ficava complicada a presença da população nas missas e eventos religiosos, que estes procurassem outras paróquias como a de Nossa Senhora das Necessidades.⁴²

Os pequenos agricultores se concentravam principalmente nas encostas dos morros e em seus pequenos declives, já alguns pescadores, se posicionaram nas proximidades da Armação. Já a criação de gado era praticamente inexistente, sendo utilizados apenas poucos animais no auxílio do trabalho nas atividades agrícolas.

Havia também uma diversificação das atividades, talvez por conta da sazonalidade de alguns produtos. João A. Miranda Ribeiro, militar e administrador colonial português, foi também governador da

⁴¹ PELUSO JR, Victor A. A Freguesia e Distrito de Paz de São Miguel. Revista Anuário Catarinense. Florianópolis, 1952, p. 23.

⁴² Ofício de Francisco de Barros Morais Araújo Teixeira Homem a D. Luis de Vasconcelos e Souza, expondo o desamparo espiritual dos moradores da Freguesia de São Miguel, especialmente a nova povoação da Enseada das Garoupas. Desterro, 15 de out. 1779. Em anexo: “Declaração das longuetudas em que vivem os Fregueses da Freguesia de São Miguel moradores na costa do mar grosso para a banda do Norte correndo barra fora e caminho de terra. Outubro 19 de 1779”. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 9, 3, 22 Nos. 26 e 27.

Capitania de Santa Catarina entre os anos de 1793 e 1800⁴³. Neste período escreveu em relatório, em 1797, sobre o litoral catarinense e explicitou um pouco da organização daquela Freguesia de São Miguel:

“Por toda a vizinhança do Rio Cambunguá e onde esta freguesia continua pela parte do norte com a do Rio de São Francisco produzem as terras suas mandiocas, arroz, milho, feijão, linho de algodão. Não plantam trigo, favas e nem canas. Na Enseada das Garoupas há suas mandiocas, feijão, arroz, cana e linho. Na Enseada das Bombas só há alguma farinha e algodão. Na Enseada dos Zimbros e Ganchos que fica ao sul da antecedente se aplicam pouco ao trabalho das roças e vivem mais de caçar no mato. No Rio das Tijucas Grandes só plantam mandioca e também vivem da caça no mato. No Rio do Infernino, dá suas mandiocas, arroz, milho, feijão e algodão. Mas tem poucos lavradores e da mesma sorte nas Palmas, onde são boas as terras. Por toda a costeira da Armação até as Tijuquinhas, da mandioca, arroz, milho e algodão. Nas Tijuquinhas até o Rio Biguaçu produzem as terras o que se plantam. O Rio Biguaçu é fértil e também dá de tudo. O sertão, ou o morro, que há para dentro do morro do viveiro, são boas as terras e dão de tudo que se lhe planta”.⁴⁴

Através da citação acima é possível verificar que a mandioca, milho, feijão e algodão eram os principais produtos, sendo eles comuns a quase toda a região. Os terras eram férteis, principalmente aquelas próximas ao Rio Biguaçu.⁴⁵

Segundo informações do mesmo Ribeiro, no ano de 1797 a freguesia de São Miguel da Terra Firme já contava com um engenho de açúcar e cinco fábricas de cana (estas não produziam o açúcar), quinze engenhos de aguardente, 190 engenhos de mandioca, dois engenhos de pilar arroz, 44 atafonas de moer trigo e seis curtumes de couro, além de

⁴³ Corrêa, Carlos Humberto. Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982. Florianópolis : Editora da UFSC, 1983.

⁴⁴ RIBEIRO. Op cit.

⁴⁵ Hoje se localizam nesta região os municípios de Biguaçu e Antônio Carlos. Palmas, onde hoje temos a Praia de Palmas, ainda era pouco habitada, mesmo localizando-se em uma região relativamente próxima a Armação da Piedade.

uma Armação de pesca de baleia, a Armação da Piedade. Além disso, 102 casas possuíam teares para as filhas e esposas executarem seus trabalhos, utilizando do linho, mas principalmente do algodão, produzidos na região. Estas mulheres trabalhavam na confecção de utensílios de uso pessoal – vestuário, toalhas, lençóis, colchas, etc., além de talvez explorarem a produção para o consumo local e venda dos excedentes.⁴⁶

Para inserir em um contexto maior, todo o litoral catarinense em 1797 possuía três engenhos de açúcar, 60 fábricas de açúcar, 192 engenhos de aguardente, 884 engenhos de mandioca, quatro engenhos de pilar arroz, 279 atafonas de moer trigo e 32 curtumes de couro. O que faz com que a Freguesia de São Miguel, no ano de 1797, possuísse 21,5% dos engenhos de farinha de mandioca de todo o litoral da Capitania de Santa Catarina.⁴⁷

Neste mesmo ano, foram produzidos cerca de 20 mil alqueires de farinha de mandioca, 2037 de arroz, 1216 de milho, 1098 de feijão, 24 de trigo, 3570 medidas de aguardente de cana, 446 medidas de melado, 486 arrobas de açúcar, 254 arrobas de algodão, nove arrobas de café e 172 peças de linho.⁴⁸

Apesar da produção de outros gêneros, a farinha de mandioca era o principal produto da região. Caio Prado Jr. destacou que essa cultura foi largamente utilizada na alimentação dos colonos pelas qualidades nutritivas da farinha e sua adaptabilidade em qualquer terreno.⁴⁹ Anos depois Barickman reforçou a importância da farinha de mandioca na economia colonial. Segundo o autor, esta estava presente tanto na mesa dos ricos, como na dos pobres, sendo indispensável na alimentação dos escravos. Ainda segundo Barickman, o aumento da oferta deste produto possibilitava uma aceleração e ampliação da produção voltada para a exportação.⁵⁰

No que tange o comércio da farinha de mandioca, sabe-se que os comerciantes açambarcavam o produto, deixando faltarem na praça local, em Desterro. Em contrapartida conseguiam altos preços no mercado interno da colônia, principalmente na Praça do Rio de Janeiro.

⁴⁶ Relação de pessoas que receberam sementes de tipos diversos de linho e informações sobre seu cultivo e produção. Desterro, 7 maio 1785. BNRJ, 9, 3, 27. Nos 47-52.

⁴⁷ RIBEIRO, Op cit.

⁴⁸ RIBEIRO. Op cit.

⁴⁹ PRADO JR. op cit. p. 165

⁵⁰ BARICKMAN, B. T. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo,

1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A farinha de mandioca acabou se firmando como o principal alimento da população em todo o território brasileiro, complementada com o peixe e a carne seca.⁵¹

Os pequenos plantéis de escravos, se comparados aos setores exportadores, fez com que os arranjos de trabalho fossem múltiplos e variados.

Estes gêneros eram também constantemente enviados para o mercado do Rio de Janeiro, e mesmo do Rio Grande do Sul. Conforme relata João Fragoso, o crescimento do mercado urbano e as *plantations* do Rio de Janeiro, somadas às charqueadas do Rio Grande do Sul, fizeram com que o mercado de abastecimento interno também se ampliasse, absorvendo os excedentes de farinha de mandioca, produzidos principalmente no litoral de Santa Catarina.⁵²

O principal estabelecimento econômico da Freguesia foi, até o fim do século XVIII, a Armação da Piedade, que estava localizada em um vale existente entre a Ponta da Mata e o Vale do Tinguá. O processo de construção de sua estrutura se iniciou em 1742, com a edificação de diversos estabelecimentos. Entre estes haviam, em 1800 a Casa do Administrador, a estrutura para a produção do óleo da baleia, tanques, senzalas e uma capela. Além disso, em um terreno extenso instalou-se a agricultura e subsistência, onde se produzia açúcar e farinha.

A Armação da Piedade era a maior das armações fundadas no litoral catarinense. No ano de 1772 foi construída a Armação da Lagoinha, localizada na Ilha de Santa Catarina, hoje praia da Armação. Ao norte da Armação da Piedade foi fundada em 1778 a Armação de Itapocoróia, hoje região de Piçarras/Penha. Ao sul da Capitania de Santa Catarina ergueu-se a Armação de Garopaba, datada de 1793 e 1795 e a estação baleeira mais austral do Brasil em todos os tempos, a de Imbituba, em 1796.

O processo de formação da Freguesia, assim como as atividades produtivas que permearam este quadro, demonstra a organização de diversas frentes produtivas coabitando um mesmo espaço: produções agrárias, a pesca e a produção de óleo de baleia e barbatanas eram os produtos que inicialmente movimentavam a economia da região no período marcado pelo final do século XVIII e início do XIX.

⁵¹ SAINT-HILARIE, Auguste de. *Viagem a Província de Santa Catarina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p.98.

⁵² FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 146.

1.4 Os homens e mulheres desta história

Os casais açorianos que habitavam a região desde 1750, somados aos militares e escravos que ali chegaram a partir de 1740 contribuíram para o povoamento da região e ali constituíram famílias, contribuindo para o crescimento de São Miguel. Para conhecer um pouco da composição desta população local, irei utilizar de registros de nascimento, casamento e óbito dos anos de 1798 a 1851, procurando explicar a origem e a composição social da população.

A transcrição das fontes e processamento dos dados relacionados aos nascimentos, casamentos e óbitos da população é de extrema importância para esta pesquisa visto que possibilitará o levantamento das pessoas que residiam na região, as alianças construídas ao longo dos anos, além de revelar questões como a origem, condição social, entre outros aspectos ligados as características das pessoas que residiam naquela região.

Focando primeiramente na origem da população livre presente na região e utilizando dados eclesiásticos referentes à primeira década do século XIX, é possível identificar a presença de 49 núcleos de origem açoriana madeirense entre as pioneiras. Estas famílias podiam ser apenas o núcleo que envolvia pai, mãe e filhos, o que faria com que o sobrenome fosse referente a mais de uma unidade familiar, de pai e mãe. Estes casais dos Açores e da Madeira vieram da Ilha do Corvo, do Faial, Graciosa, São Jorge, São Miguel, Ilha do Pico, Ilha Terceira e Ilha da Madeira.⁵³

Após a vinda da primeira leva de imigrantes provenientes da região dos Açores e Madeira, outros casais aportaram na região, porém de forma isolada, durante a segunda metade do século XVIII. Para perceber o ritmo do crescimento da população, segue abaixo uma tabela contendo mapas populacionais de diversos momentos da história de São Miguel.

⁵³ Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (AHESC). Livros de Registro de Batismo 1 e 2 – 1800-1804 e 1815-1826.

Tabela 2: População da Freguesia de São Miguel da Terra Firme por condição social, 1753-1851

AN O	LIVRES		TOTAL LIVRES	%	ESCRAVOS		TOTAL ESCRAVOS	%	FORROS		TOTAL FORROS	%	TOTAL
	H	M			H	M			H	M			
1753(1)													592
1795(2)	981	967	1970	71,42%	622	166	788	28,57%	8	14	22	0,79%	2758
1803(3)	1260	1279	2539	74,65%	644	218	862	25,34%					3401
1810(3)	1323	1311	2634	74%	626	301	927	26%					3561
1814(4)	1419	1482	2901	70,90%	833	340	1173	28,67%	17	0	17	0,41%	4091
1832(4)			3407	76,65%			1038	23,35%					4445
1840(5)	2110	2236	4346	79,80%	679	421	1100	20,20%					5446
1841(5)	2362	2353	4715	80%	739	439	1178	20%					5893
1842(5)	2204	2243	4447	80,32%	682	407	1089	19,67%					5536
1851(5)	3231	3197	6428	80,52%	993	562	1555	19,47%					7983

Fontes:

1 SANTOS, *opcit.*, p. 54.

2 RIBEIRO, *op cit.* II – 35, 30, 3.

3 Relatório de Chefe de Polícia ao Governador da Capitania de Santa Catarina. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

4 Ofício de D. Luís Maurício da Silveira ao marquês de Aguiar, remetendo mapas com dados estatísticos sobre a economia e população da capitania, bem

como o movimento de embarcações no ano de 1814. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. I-31,29,18 no. 6.

5Relatório do Chefe de Polícia ao Presidente da Província de Santa Catarina(APESC).

Como demonstram as informações transcritas no quadro acima, no ano de 1753 a população total de São Miguel era de 592 pessoas. Se levarmos em conta que famílias açorianas chegaram a São Miguel em 1751, vamos concluir que pouca gente habitava esta região em um período anterior às construções da Fortaleza de Anhatomirim e da Armação da Piedade. Pegando os dados de 40 anos depois, no ano de 1795, é possível perceber um aumento significativo da população. Entre os brancos, algumas hipóteses podem ser levantadas a fim de explicar o significativo aumento desta população local durante estes anos.

Entre estas hipóteses estão o remanejamento entre as freguesias, a continuação da migração de casais açorianos para a região, ou a chegada de militares para o trabalho na Fortaleza de Santa Cruz, são algumas possibilidades. Ainda assim o crescimento vegetativo parece ter tido importante papel no crescimento desta população entre estes anos.

Nos mapas populacionais de 1803, 1810, 1814 e 1832 é possível perceber que o crescimento populacional foi pequeno e lento, o que demonstra que este dependia de um crescimento vegetativo. As altas taxas de mortalidade da época também contribuíram para a lentidão do processo de aumento populacional da época. Em 1818, ericeiros vindos de Portugal, no total de 101 pessoas de ambos os sexos, chegaram a esta região. Estes ericeiros eram portugueses vindos da Praia da Ericeira que tinham por tradição a cultura da pesca. Foram enviados pelo ministro Thomaz de Villa Nova Portugal, a fim de fundar na região uma colônia de pescadores.⁵⁴ Em 1824, a área ocupada pelos ericeiros foi desmembrada de São Miguel, sendo criada a Freguesia de “Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Porto Belo”. Talvez esta tenha sido a origem dos pescadores da região.

Além disso, 56 pessoas de ambos os sexos vindos quase todos da região da atual Alemanha, ocuparam as nascentes do rio Biguaçu em 1830, contribuindo desta forma para o aumento da população local. Estes se empregaram na agricultura, onde a produção de farinha de mandioca era o destaque.⁵⁵

⁵⁴ Piazza, W. F. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis, Ed. UFSC e Ed. Lunardelli, 1983.

⁵⁵ SANTOS, op cit.

Pensando em questões demográficas, o número de homens e mulheres era equilibrado entre os livres. Em todos os anos os números nos mostram um equilíbrio muito grande entre os homens e mulheres livres da Freguesia de São Miguel, com a diferença deles sempre oscilando dentro de 1% do total. Nisso a região se distingue de outras regiões de fronteira de ocupação, como Minas Gerais, onde no início do século XVIII praticamente não havia mulheres livres brancas.

Através dos casamentos, podemos compreender melhor alguns aspectos da população da Freguesia de São Miguel da Terra Firme. Através dos dados apresentados na tabela abaixo poderemos compreender melhor o crescimento da população local.

Tabela 3: Tabela de Casamentos dos Livres de São Miguel da Terra Firme

ANO	TOTAL
1801-1810	240
1811-1820	259
1821-1830	209
1831-1840	325
1841-1850	471
TOTAL	1504

Fonte: Livros de Registros de Casamentos 1 e 2 – São Miguel – 1794-1856

Na tabela acima é possível observar o número de casamentos organizados por decênios e compreendidos no período de 1800 a 1850. O número total de uniões foi de 1504. O período de 1821-1830 apresentou o menor número de registros, com apenas 209 uniões. No entanto, desde o período anterior o número de casamentos vinha aumentando. Apesar de neste decênio de 1821-1830 ter havido uma queda no número das uniões, no decênio seguinte retomou-se o crescimento. O aumento constante no número das uniões é resultado do aumento da população ao passar dos anos, provenientes não apenas do crescimento vegetativo, mas também da chegada os imigrantes alemães, da nova reorganização política administrativa da freguesia, assim como da instalação do município de São Miguel em 1833.

Além do crescimento vegetativo da população, havia uma constante chegada de novos moradores vindos de freguesias próximas, como resultado da união de membros de freguesias diversas. Se observarmos os registros de casamento dos moradores de São Miguel é

possível identificar que 80% dos noivos e 90% das noivas eram residentes de São Miguel, não necessariamente naturais desta região. Dos que não residiam na dita freguesia, grande parte de noivos e noivas eram provenientes de Desterro e das freguesias que faziam divisa com São Miguel, como a Freguesia de São José da Terra Firme, localizada ao sul, e a Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, separada algumas léguas por mar⁵⁶. Na tabela abaixo podemos perceber estes números:

Tabela 4: Procedência dos Noivos e Noivas de São Miguel, 1794-1856

FREGUESIAS	NOIVOS	NOIVAS
SÃO MIGUEL	1031	1348
DESTERRO	40	20
N. S. DAS NECESSIDADES	36	42
SÃO JOSÉ	31	26
OUTROS SC	41	20
OUTROS BRASIL	54	5
PORTUGAL	58	1
AÇORES	10	1
ALEMANHA	22	15
OUTROS	50	26
TOTAL	1504	1504

Fonte: Livros de Registros de Casamento 1 e 2 – São Miguel – 1794-1856

É importante lembrar que estes dados representam o total dos registros de casamento em um período extenso, de aproximadamente 60 anos. Ainda assim, estes dados são importantes para que possamos perceber a existência de uma circulação de pessoas, o contato das pessoas da Freguesia de São Miguel, com pessoas residentes em outras freguesias, como Desterro ou Nossa Senhora das Necessidades. Estes contatos podiam acontecer durante as trocas dos produtos excedentes produzidos ou mesmo nas missas e festas religiosas. Como já coloquei anteriormente, as distâncias dentro da Freguesia de São Miguel eram grandes e o transporte terrestre era difícil, sendo mais fácil o transporte

⁵⁶ Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livros de Registros de Casamentos 1 e 2 – 1794-1831 e 1831-1856.

marítimo, o que fazia com que em alguns casos fosse mais perto freqüentar igrejas de outras freguesias nos domingos.⁵⁷

É fato que a população local cresceu no decorrer dos anos, como foi possível perceber pelos mapas populacionais feitos ao longo dos anos na região. Essa população fosse ela resultado do crescimento vegetativo ou da chegada de imigrantes que se estabeleceram na região e se empregaram em trabalhos como a pesca e a agricultura, por vezes prestando alguns serviços na Armação da Piedade. Desta forma, a população livre se inseria em diferentes atividades, fossem elas voltadas a subsistência, ao abastecimento interno ou através dos trabalhos na dita armação contribuindo então com o monopólio real da pesca da baleia, no sistema colonial vigente na época. Porém, a Freguesia de São Miguel possuiu não apenas pessoas livres trabalhando em suas terras, mas também um significativo número de escravos.

Conforme foi possível perceber na Tabela 02, entre os anos de 1793 e 1851, os cativos formaram importante parcela da população local, visto que, dependendo do ano, representaram entre 20% e 30% do total da população local. Este quadro, e a representatividade dos números, fez com que os escravos ganhassem capítulo especial neste trabalho, onde iremos apontar suas condições de vida e participação na vida econômica daquela sociedade.

As colocações expostas acima são reflexões acerca dos dados referentes a toda a freguesia, no entanto uma importante e unidade produtiva escravista, estava inserida neste espaço e que merece destaque visto que possuía uma natureza diferente das demais, sendo composta por um número muito expressivo de cativos e que se destinava a produzir lucros para a coroa e os arrematadores do contrato: a Armação da Piedade.

1.5 Armação da Piedade

A Armação de Nossa Senhora da Piedade, ou Armação Grande como era chamada, foi a maior e mais importante armação do litoral catarinense. Instalada em privilegiado espaço, foi construída à beira do

⁵⁷ Ofício de Francisco de Barros Morais Araújo Teixeira Homem a D. Luis de Vasconcelos e Souza, expondo o desamparo espiritual dos moradores da Freguesia de São Miguel, especialmente a nova povoação da Enseada das Garoupas. Desterro, 15 de out. 1779. Em anexo: “Declaração das longetudas em que vivem os Fregueses da Freguesia de São Miguel moradores na costa do mar grosso para a banda do Norte correndo barra fora e caminho de terra. Outubro 19 de 1779”. Biblioteca Nacional - Seção Manuscritos, 9, 3, 22 n. 26 e 27.

oceano Atlântico e do canal norte, local de grande profundidade e que assegurava a passagem de embarcações de médio e grande porte. Escolhida a área onde iria ser estabelecida, em 1742 inicia-se então um processo de transformação do espaço natural, que esteve marcado primeiro pela edificação de diversos estabelecimentos e posteriormente pela aquisição de uma mão de obra escrava que pudesse dar seqüência aos trabalhos de pesca da baleia.⁵⁸ Segundo Myriam Ellis a pesca da baleia no período de 1780/1790 foi uma das atividades que mais movimentou economicamente a região litorânea de Santa Catarina, trazendo um grande número de escravos para as armações.⁵⁹

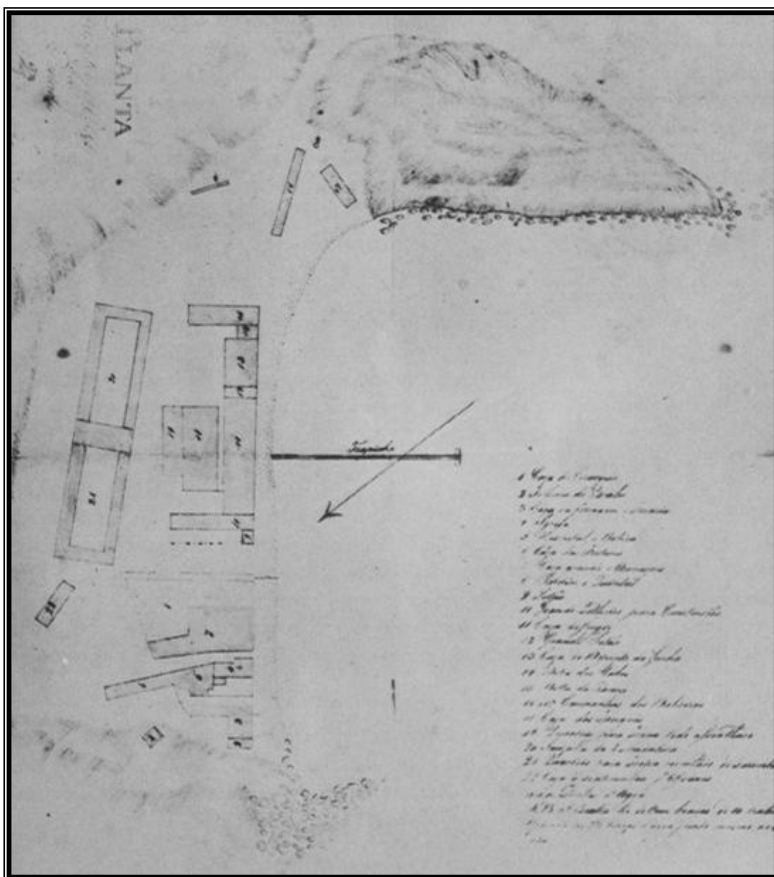
Em 1816, quando um inventário a fim de detalhar as condições e estrutura da armação foi feito, esta contava com uma casa grande, destinada ao Administrador, uma casa destinada a campanha dos baleeiros, as senzalas, as casas dos feitores, o hospital e a botica, a Capela de Nossa Senhora da Piedade, um prolongamento de casas onde estavam instalados o capelão, ferraria e armazéns, o engenho de frigar baleias, os tanques para beneficiamento do produto, uma casa onde eram colocados os tanques de salgamento, um armazém para recolhimento das lanchas e finalmente um tanque onde eram lavadas as barbatanas.⁶⁰

⁵⁸ SILVA, opcit, p.34.

⁵⁹ ELLIS, op cit.

⁶⁰ Real Junta do Comércio. Administração da Pesca da Baleia. Documento do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, caixa 360, pacote 3, p. 118-121.

Figura 2: Planta Topográfica da Piedade que caracteriza os diversos “setores” no interior da Armação



Fonte: SILVA, Célia Maria e. Ganchos (SC): Ascensão edecadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992, p. 37.

Além de toda a estrutura montada para a efetiva pesca e o beneficiamento do azeite, condições para a produção de gêneros voltados a subsistência também foram instalados no entorno da armação. Com extensão de uma légua, e concedido pela Coroa, este vasto território foi também utilizado na agricultura. Foram ali assentadas a Casa do Sítio da Fazenda, um engenho para produzir açúcar e uma fábrica de fazer farinha.

Adquiridos pela Administração da Pesca da Baleia na Praça do Rio de Janeiro ou em embarcações negreiras engajadas no tráfico, os escravos foram trazidos como o bem mais valioso do contrato. Eram incumbidos da maior parte dos trabalhos na armação, dedicados as mais diversas tarefas, trabalhando em mar ou terra. Por diversas vezes acumulavam funções. Moravam em senzalas e se alimentavam de rações de farinha de mandioca e carne seca.⁶¹

A Armação da Piedade, assim como as outras armações, passou um período de dificuldade e decadência, principalmente devido ao fim do monopólio da pesca da baleia que se deu no ano de 1801. No entanto, retomando o monopólio e na tentativa de reativar o funcionamento da armação em 1816 foi feito um inventário que detalhou os bens móveis e imóveis desta estrutura.

Em 1816 a Armação da Piedade contava com 93 escravos, 14 escravas e 16 crioulos menores, ou crias. Havia ainda 44 escravos ditos sem valor.

As mulheres da Armação da Piedade, excetuando-se aquelas com idade inferior a 15 anos, eram em sua maioria casadas, com apenas três dadas como viúvas. É possível que muitos dos homens da Armação fossem casados com escravas que viviam nos arredores e não faziam parte do contrato, visto tamanha desproporção entre os sexos dos escravos da Piedade. Isso se dá em decorrência do tráfico atlântico de escravos, já que entre as crianças crioulas, resultado do crescimento vegetativo da população, havia um equilíbrio entre os sexos. A informação de que a maioria destas mulheres eram casadas ou viúvas aponta para a presença de famílias e a formação de uma comunidade escrava que crescia ao longo do tempo.

É preciso ressaltar que devido ao pequeno investimento dos últimos 15 anos, essa população escrava encontrava-se amadurecida neste momento. Muitos dos escravos já estavam velhos, excetuando-se de alguns crioulos, resultado do crescimento vegetativo da população escrava que já ali residia. No entanto, com o retorno do monopólio e após um grupo de sócios do Rio de Janeiro assumir novamente o seu comando, uma série de novos investimentos foram feitos a fim de reerguer a propriedade.

A pesca da baleia se dava principalmente entre os meses de junho e agosto, nos demais meses do ano os escravos se dedicavam aos trabalhos de manutenção da estrutura, às atividades de subsistência e ao

⁶¹ ELLIS, M. op. cit.

trabalho no engenho de farinha existente no local. Na década de 1830 as Armações entram em declínio até serem extintas. A Armação da Piedade tornou-se então um território de marinha. Com o declínio das armações, mais precisamente da pesca baleeira, os escravos tiveram que ser empenhados em outras atividades e possivelmente em localidades próximas da Armação.⁶²

A produção de óleo de baleia e de farinha de mandioca por da mão de obra familiar e também escrava, fizeram de São Miguel da Terra Firme um importante território do litoral catarinense e que contribuiu para inserir este território no dinamismo da economia de abastecimento interno, e em um âmbito maior, na economia colonial.

O objetivo dos próximos capítulos é tentar inserir a economia, principalmente da farinha de mandioca e da produção do azeite de baleia, neste mercado interno, dinâmico, direcionando a atenção na participação da mão de obra escrava nas fortunas locais e no dinamismo da economia.

2 Real Contrato da Pesca: A Armação da Piedade

Não foi por negligência que a pesca da baleia, atividade de grande importância para a economia local, foi pouco abordada ao passar dos anos pela historiografia tradicional. Autores como Caio Prado e Fernando Henrique Cardoso enxergavam o Brasil como uma combinação de latifúndio, plantation e mão de obra escrava. A bipolaridade social, formada pela oposição entre as grandes elites agrárias e a população livre e pobre fazia, segundo eles, com que fosse impossível se desenvolver um acúmulo de capital interno. Já para Ciro Flamarion e Jacob Gorender, a monocultura aliada à mão de obra escrava criou uma barreira para o mercado interno, no que os autores denominavam modo de produção escravista colonial. Este raciocínio teria contribuído para que os estudos estivessem voltados às regiões exportadoras, dando enfoque para as regiões de plantations.⁶³

O enfoque voltado às atividades canvieiras e outras plantations tiveram como justificativa o grande número de cativos que estas arremeteram e o fato da produção ser destinada essencialmente

⁶² SILVA, opcit, p. 80-81.

⁶³ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo - colônia*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo. Ática. 1980; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês*. São Paulo. Brasiliense: 1987.

ao mercado externo. Isso fez com que o estudo de algumas atividades produtivas fosse privilegiado em detrimento do estudo de outras. Além disso, o enfoque agro-exportador privilegiou o estudo da economia de algumas regiões específicas, como o nordeste e sudeste, em detrimento de outras, como o Brasil Meridional.

Sobre o assunto da pesca da baleia no litoral catarinense temos os textos pioneiros de Lucas Boiteux para a revista do IHGSC que trazem informações primordiais sobre a importância e cotidiano da pesca, além de abrir caminho para as demais obras sobre o assunto.⁶⁴

O trabalho mais aprofundado sobre a pesca da baleia no Brasil é de Myriam Ellis, resultante da pesquisa da década de 1950. Seu trabalho consegue dar conta de apresentar as armações de pesca de todo litoral brasileiro entre os séculos XVII e XIX, principalmente as armações do Brasil Meridional, entre as quais a Piedade possuía destaque. A partir de seu esforço de pesquisa outros trabalhos têm se dedicado à pesquisa de tal assunto. Wellington Castellucci Junior pesquisou a Armação de Itaparica, na Bahia, no período posterior a 1860, momento em que esta passou a mão de cativos. Em seu livro *Caçadores de Baleia*, o autor narra a evolução da atividade de pesca da baleia até o momento de sua proibição.⁶⁵

Acerca das armações do Brasil Meridional o que temos são passagens em alguns trabalhos como o de Célia Maria e Silva. A autora busca em sua pesquisa compreender a ascensão e queda da atividade pesqueira na região de Ganchos e para isso levanta pontos como o estabelecimento da produção baleeira na região, sua evolução e participação na colonização local, a exportação do produto e a forma como influenciou a movimentação da economia de São Miguel.⁶⁶ Há também o trabalho arqueológico desenvolvido por Fabiana Comerlato, de análise espacial das armações catarinenses e das estruturas ainda remanescentes.⁶⁷

⁶⁴BOITEUX, Lucas. A pesca da Baleia. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1914.

⁶⁵ CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Caçadores de baleia: armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2009, 210 p.

⁶⁶ SILVA, Célia Maria e. Ganchos: ascensão e queda da pequena produção pesqueira. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1982.

⁶⁷ COMERLATO, Fabiana. Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: Um Estudo Através da Arqueologia Histórica. Dissertação de Mestrado, PUC, RS, 1998.

As obras acima abordaram desde o modo de produção do azeite de baleia, passando pelo funcionamento das armações, pela descrição física das propriedades, as exportações dos produtos da armação até sua influencia na economia destes espaços. Porém, nenhum destes trabalhos buscou focar especificamente a mão de obra escrava no funcionamento destas unidades produtivas. No contexto deste trabalho sobre a Freguesia de São Miguel da Terra Firme, uma reflexão mais aprofundada sobre esta atividade que movimentou uma quantidade significativa de recursos e escravos até a primeira metade do século XIX, se faz necessária. Trata-se da pesca da baleia desenvolvida em todo o litoral catarinense, porém de forma mais efetiva em São Miguel, onde esteve instalada a maior armação baleeira do litoral catarinense, denominada Armação da Piedade.

2.1 A introdução da pesca da baleia no litoral sul

No decorrer do século XVII a economia brasileira viveu momentos diferenciados, no entanto, de forma geral a lavoura canavieira funcionou como o centro da economia colonial, produzindo cana de açúcar em larga escala, voltada essencialmente para o mercado externo. Neste contexto a atividade de pesca da baleia a principio não interessou aos portugueses como parte do projeto de colonização da América. No entanto, ao passar dos anos este cenário se alterou, a promissora atividade expandiu-se, iniciando pela Bahia de Todos os Santos e seguindo em direção ao Sul da Colônia, ganhando vida e organização próprias.⁶⁸

O primeiro estabelecimento da indústria baleeira no Brasil de que se tem notícia, estava situado no Recôncavo Baiano, na Ilha de Itaparica, próximo à cidade de Salvador à entrada da baía, na Ponta da Cruz, em cujas proximidades se efetuavam as operações de arpoamento de baleias. Este estabelecimento data já do início do século XVII, constituindo já neste momento um monopólio, a partir do qual a baleia foi designada como um real, cuja caça dependia da autorização da Coroa. Este monopólio garantia o arrendamento da pesca por particulares que estivessem interessados em explorar tal atividade.⁶⁹

A segunda metade do século XVIII foi um período de contínua expansão da caça da baleia. Isso fica claro com o

⁶⁸ ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 20.

⁶⁹ ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 34; JUNIOR, Wellington Castellucci. Pescadores e Baleeiros, 2005.

estabelecimento de novas armações espalhadas pelo território brasileiro, principalmente nos mares mais ao sul. O constante investimento dos arrendatários fazia com que estas prosperassem, aumentassem suas instalações e seu plantel de trabalhadores.

Tanto na colônia quanto na metrópole, o momento também era de expansão. O novo rei de Portugal, Dom José I (1750-1777), nomeou durante seu reinado Sebastião de Carvalho e Melo o futuro Marquês de Pombal, como primeiro ministro. Durante vinte e sete anos foi Pombal quem comandou a política e a economia portuguesa. Além de reorganizar o Estado, protegeu os grandes empresários, criando as companhias monopolistas de comércio.⁷⁰

A colônia era peça importante na política econômica de Pombal. Além da criação das companhias de comércio, que, privilegiadas pelo monopólio, tinham liberdade de taxar os preços de compra e venda dos produtos, houve o aumento da cobrança de impostos, na região das Minas, onde foram criadas as casas de fundição e fixadas quotas anuais de produção de ouro.⁷¹

Além disso, combateu tanto os nobres quanto o clero, tendo como fatos marcantes a acusação dos jesuítas de conspirar contra o Estado, sua expulsão de Portugal e de seus domínios em três de setembro de 1759, e o confisco de seus bens. Propriedades jesuítas, como a fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro, passaram então a serem administradas pela Coroa.

Porém, segundo Myriam Ellis, foi a partir da introdução da caça da baleia no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XVIII e da sua conseqüente expansão ao litoral paulista e então catarinense que a caça da baleia ganha importância.

Isto porque a segunda metade do século XVIII representou um momento de expansão do comércio a partir do Rio de Janeiro. Porém para analisar esse momento é preciso repensar uma série de acontecimentos anteriores. A corrida pelo ouro nas Minas Gerais e o substancial crescimento das zonas açucareiras fluminenses, principalmente na região de Campos dos Goitacazes, somados à posição

⁷⁰ AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua Época*. 2.^a ed., Lisboa, Clássica, 1990.

⁷¹ AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*, 1990.

geopolítica em que o Rio de Janeiro se encontrava fez com que as arrecadações desta capitania fossem cada vez maiores.⁷²

A partir do início do século XVIII, a praça do Rio de Janeiro se expandiu a ponto de posteriormente passar a ser a principal praça comercial da América portuguesa. Isso significou ser o Rio de Janeiro, naqueles anos, o “mais importante porto receptor de importações de outras partes do Ultramar e das reexportações de produtos europeus.”⁷³ Se na primeira metade do Setecentos, a capitania perdeu importância como área de plantation, o seu papel mercantil passou a tornar-se cada vez mais expressivo.

A corrida pelo ouro nas Gerais fez com que sua população se afastasse das plantations e demais produções de gêneros. Com isso o Rio de Janeiro passa a se tornar conhecido como o principal entreposto comercial da colônia, não apenas por fornecer gêneros de abastecimento, mas também pelo número ilimitado de escravos provenientes da África que ali aportavam e eram redistribuídos para as demais regiões. Como consequência, o Governo da Colônia é transferido de Salvador para o Rio de Janeiro.⁷⁴

É neste contexto que a pesca da baleia no Rio de Janeiro e principalmente na região meridional brasileira é impulsionada. Uma série de novas armações são criadas, afim de alimentar o mercado de óleo de baleia, utilizado na iluminação de núcleos urbanos e fortalezas, além de servir como produto de exportação.

Até iniciar-se o aproveitamento do petróleo e seus derivados para iluminação, isto é, até meados do século XIX, empregavam-se velas e lâmpadas a óleo que exigiam consideráveis quantidades de matérias graxas obtidas de plantas oleaginosas, da banha e do sebo de animais domésticos e do óleo resultante das baleias. E durante séculos o óleo de baleia foi mercadoria intensamente solicitada no mercado europeu. O óleo também era utilizado em argamassas, como lubrificante de rodas e engrenagens, além de ser utilizado no preparo de sabão. No entanto era na iluminação que ele era utilizado com mais frequência.⁷⁵

No Brasil Meridional os núcleos baleeiros foram instalados nas enseadas, nas proximidades das serras marítimas, abrindo-se

⁷²FRAGOSO, João L. R., e Manolo FLORENTINO. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p. 72-74.

⁷³FRAGOSO, João L. R., e Manolo FLORENTINO. *O arcaísmo como projeto*. p. 75.

⁷⁴FRAGOSO, João L. R., e Manolo FLORENTINO. *O arcaísmo como projeto*. p. 75.

⁷⁵ ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*, p. 140-142.

assim dos ventos e da agitação do mar, em praias mansas, onde o estabelecimento humano era favorável e a abordagem dos barcos de pesca facilitada. Em tempos onde a locomoção de pessoas era difícil predominando o transporte marítimo, a escolha de tais localidades buscava permitir uma articulação por parte da população tanto com outros pontos do mar, assim como com o interior. Estes núcleos de pesca da baleia que surgiam não eram construídos de forma isolada, mas sim próximos a núcleos urbanos, contribuindo para a exploração e ocupação da costa, já bem encaminhada nas áreas fluminense e paulista, porém ainda rarefeita no litoral catarinense.⁷⁶

É importante ressaltar que o estabelecimento das armações de pesca de baleia no Brasil Colônia ocorreu através da iniciativa particular, visto que a Coroa não dispôs de recursos materiais para tal empreendimento. Esta se limitava a coordenar o monopólio da pesca e do comércio dos produtos da baleia, onde negociantes interessados investiam seus capitais. Ao fim do contrato a Coroa recebia como forma de pagamento pela exploração de tal área, fábricas, alojamentos, armazéns, fornalhas, tanques, caldeiras, escravos, terras, embarcações e apetrechos da pesca e da manufatura do azeite, que representavam o capital investido pelo detentor do monopólio, cuja exploração já havia lhe rendido lucros.

Toda a negociação era regulada através de um assento. Exemplo disto foi o assento realizado entre a Coroa e o Desembargador do Conselho Ultramarino, Tomé Gomes Moreira, em 1741, que instituiu e regulamentava o erguimento da Armação de Nossa Senhora da Piedade, a primeira armação do território de Santa Catarina.

Terminado o prazo da concessão régia, o patrimônio recém incorporado pela Fazenda Real e ao monopólio da pesca da baleia, era arrendado a novos interessados, mediante contratos arrematados em Lisboa ou no Rio de Janeiro, conforme as exigências da Coroa e cujas cláusulas estipulavam o tempo de exploração e o preço da arrematação do privilégio de explorar a pesca, as formas de pagamento a Fazenda Real, os direitos, deveres e obrigações mútuos das partes contratantes e as concessões da coroa aos arrendatários. As cláusulas variavam de acordo com a época, com as áreas de pesca que abrangidos e com os interesses e as circunstâncias em que os termos foram estabelecidos.⁷⁷

⁷⁶ ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 59-60.

⁷⁷ ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 157-160.

2.2 Santa Catarina: os primeiros contratos

Tomé Gomes Moreira foi o primeiro contratador da pesca de baleias em Santa Catarina. Seu projeto de instalar e explorar por cerca de dez anos a indústria da pesca na costa catarinense foi aceito por parte da Coroa. Os termos deste acordo passavam pela isenção de quaisquer direitos sobre óleo e barbatanas, o direito de explorar cerca de uma légua de terra em sesmaria, que deveria ser destinada a agricultura e subsistência do núcleo baleeiro.

O assento firmado em 1741 possuía vigência de oito anos, a iniciar-se no ano de 1742. A partir daí estabeleceu o negociante uma fábrica e armação de pesca de baleia, equipando-a com os materiais e mão de obra necessária, sendo que todas estas seriam incorporadas ao patrimônio assim que o privilégio fosse encerrado. Uma última exigência garantia que qualquer eventual prejuízo a estrutura ou demais bens deveria ser ressarcido a Fazenda Real.⁷⁸

O modelo de exploração do azeite de baleia através de contratos vigorou até 1765 quando o monopólio da pesca da baleia no Brasil foi reorganizado, seguindo os moldes agora estabelecidos pela política econômica pombalina. Sendo assim, foi criada a Companhia da Pescaria das Baleias na costa do Brasil e Ilhas adjacentes.⁷⁹

Estabelecida sob os auspícios e a proteção do Marquês de Pombal, destinada a impulsionar a indústria baleeira colonial, a “Companhia da Pescaria das Baleias” inaugurou novo período na história daquele monopólio no Brasil. Companhia era a forma moderna do capitalismo mercantil, era a denominação dada a sociedades anônimas. Em sua direção colocou-se Inácio Pedro Quintela, até o ano de 1775 quando do seu falecimento. O sucedeu seu sobrinho Joaquim Tibúrcio Quintela. Em 1777 com o fim da política de Pombal, uma nova política econômica é instaurada e a pesca da baleia no Brasil começa a tomar novos rumos. Em 1789 liquidou-se a companhia, porém Joaquim, junto de seu sócio João Ferreira Sol, seguiu com o monopólio até 1801, quando este foi extinto.

Foi no período em que os Quintela estiveram à frente da pesca da baleia que houve o maior desenvolvimento da exploração da pesca da baleia no Brasil, pelo investimento de capitais na ampliação e construção de novos núcleos baleeiros, na aquisição de instrumentos de

⁷⁸ ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial. p. 151.

⁷⁹ ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial. p. 152.

trabalho, embarcações e escravos e pelo desenvolvimento de métodos e técnicas de extração do espermacete do crânio dos cachalotes, produto até então não utilizado, por desconhecimento de meios.

Ainda assim, o contrato da família Quintela não foi renovado. Em 24 de abril de 1801 o Príncipe Regente, através de um alvará, facultou a todos o direito de explorar a pesca da baleia alegando que esta decisão permitiria a expansão da pesca baleeira a outras regiões da costa brasileira. Extinto o monopólio, vendidas as duas armações baianas, abandonadas as instalações de Cabo Frio, coube à Fazenda Real administrar as feitorias baleeiras do Brasil Meridional.⁸⁰

No período em que estiveram nas mãos da administração real as armações se viram abandonadas. Segundo Lucas Boiteux,

“desde o ano de 1801 em que findou a arrematação de Quintella, tem sido este contrato das Baleas administrado pela Fazenda Real nesta Cidade e desde então constantemente tem ido em decadência, como ninguém ignora: a razão he obvia: a má administração”.⁸¹

Esta queda no rendimento da Armação podia ser percebida no número de baleias que eram capturadas. Dados levantados por Lucas Boiteux demonstram que na década de 1790 houve anos em que foram pescadas 253 baleias; em comparação a estes números, em 1813 foram pescadas apenas 39 baleias em todas as seis armações. Este seria, segundo Boiteux, o resultado da falta de investimento em mão de obra e materiais para aquelas unidades produtivas.⁸²

Houve algumas tentativas frustradas de repassar esse controle a particulares até que o estabelecimento da coroa portuguesa no Brasil e desenvolvimento na navegação, comunicação, siderurgia contribuíram para que comerciantes se encorajassem a arrendar as armações, investir capital e reerguer o negócio da caça da baleia no Brasil Meridional. Além disso, outro fator determinante foi o fato de a coroa ter percebido que a liberdade do setor fazia com que ninguém se interessasse no arrendamento destas. Um grupo de comerciantes se dispôs a “arrendar as armações, investir capitais para reerguê-las do abatimento em que se

⁸⁰ ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial*. p. 160.

⁸¹BOITEX, Lucas Alexandre. “A pesca da baleia”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 3:3-12, 1-2 trim. 1914.

⁸²BOITEX, Lucas Alexandre. “A pesca da baleia”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 3:3-12, 1-2 trim. 1914.

encontravam e fornecer azeite de peixe ao povo, às luzes dos corpos de guarda e quartéis de tropas das fortalezas, assim como o fabrico de embarcações” do Rei. Estes arrendatários teriam então status e todos os privilégios de Empregados do Real Serviço.⁸³

Da mesma maneira que em 1801, quando acabou o contrato de monopólio de exploração da baleia com Inácio Pedro Quintela e Joaquim Pedro Quintela, foi feito um levantamento das condições daquelas armações e de tudo que havia nelas; em junho de 1816 iniciou-se o processo de avaliação dos bens para que esta pudesse ser reativada.

É através desse inventário que é possível conhecer um pouco mais da estrutura da Armação da Piedade, suas características e peculiaridades, além de compreender seu papel para a economia da Freguesia de São Miguel da Terra Firme.

2.3 A Armação da Piedade

Conforme escreveu um viajante que passou pela Armação da Piedade,

“Este estabelecimento próprio para derreter a gordura dos cetáceos é, indubitavelmente, o mais bello e o mais vasto que no Brazil existe, visto que nos reservatorios, que contem o azeite, poderia com facilidade mover-se uma pequena embarcação”⁸⁴.

A Armação de Nossa Senhora da Piedade inaugurou a indústria baleeira no litoral catarinense e foi ponto de partida de novas feitorias posteriormente estabelecidas naquela região. O termo “Armação das Baleias” definia as feitorias que promoviam a captura das baleias e o beneficiamento do óleo conhecido por azeite de peixe.

Assim como as demais armações instaladas por todo o litoral brasileiro, a Armação da Piedade localizava-se próxima a um povoamento litorâneo, fundado posteriormente naquele local, e a um estabelecimento de defesa, nesse caso a Fortaleza de Anhatomirim. A estrutura da feitoria representava uma autêntica aldeia. Ocupando uma enseada, seus estabelecimentos - casa grande, capela, moradias,

⁸³ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial*. p. 186.

⁸⁴BOITEUX, Lucas. *A Pesca da Baleia*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1914.

alojamentos e senzalas, engenho de frigar e reservatórios de óleo, armazéns e oficinas, cais, rampas e paredões – beiravam o mar. Ao fundo de tal cenário encontrava-se uma mata, de onde era extraída madeira para construções de barcos e ferramentas e lenha para as fornalhas onde se fundia o toucinho extraído das baleias.⁸⁵

Resultado de meio século de investimentos, quando do inventário de 1816 a Piedade se organizava em torno de uma capela com 39 palmos de frente, 90 de fundo e 34 de altura. Esta contava com uma sacristia, um cemitério e pedestais. Uma imagem de Nossa Senhora da Piedade ficava no altar e cedia nome ao núcleo baleeiro. Sua imagem era avaliada em 25\$600. Feitos de prata eram os resplendores dos santos e a coroa da Virgem e alguns objetos do culto. O ouro era quase inexistente, encontrado apenas em algumas peças da capela. Completavam a decoração alguns objetos de bronze, assim como a imagem de Cristo em sua cruz e de São Miguel, este último, padroeiro da Freguesia.⁸⁶

Observando do mar, se via a capela à esquerda, no canto da praia, e na seqüência as demais construções. Na capela se reuniam para as cerimônias religiosas os administradores da armação e as suas famílias, feitores, baleeiros, oficiais, mecânicos, ferreiros, carpinteiros, escravaria e toda a gente que residia na região. Com rosários de pau nas mãos, era ali que todos se reuniam – brancos, negros e mestiços, livres e escravos – na sua devoção frente ao altar, onde se encontrava a imagem da virgem, padroeira da armação.⁸⁷

Próximo à igreja estava a casa grande da armação, denominada no inventário de casa da vivenda. Feita de pedra e cal, possuía 118 palmos de frente e 110 de fundo e era repartida em 28 casas, dois corredores e nos cantos possuía dois sobrados, além de um quintal circundado por um muro de tijolo. Quase todos os administradores das armações residiam nas casas-grandes presentes nas armações, exceto Jacintho Jorge dos Anjos, o administrador da Piedade. Este residia em uma casa alugada, paga pela administração geral da armação. É provável que Jacintho passasse apenas alguns dias de sua semana na armação e morasse em outra residência. O certo é que Jacintho possuía outros negócios na região, como roças de mandioca, optando por não residir nas dependências da armação.

⁸⁵ ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial*. p. 60.

⁸⁶ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade.

⁸⁷ ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial*. p. 81-82.

Ainda assim a casa grande da Piedade ostentava conforto e um rústico mobiliário. Um portal e uma soleira de pedra de cantaria davam acesso ao interior da casa-grande da armação. Havia mesas grandes e pequenas, com gavetas ou sem elas, para todos os fins. Havia também oratório, como em todas as casas-grandes. Talheres de prata e roupas de cama e mesa de algodão completavam os utensílios de destaque na casa.

A casa da fábrica e o engenho constituíam o principal setor da armação. Com 345 palmos de frente e 90 de fundo, era nestas construções onde se realizavam os trabalhos cotidianos. Era na casa da fábrica e no engenho que o toucinho das baleias era picado, sendo retirados os resíduos não aproveitáveis. Era ali também que ficavam as fornalhas de pedra e barro onde se colocavam as caldeiras que iriam fundir a gordura dos animais. Acumulava-se lenha o ano todo para conseguir manter as fornalhas em funcionamento durante o período de manufatura do óleo. Produto deste trabalho, o óleo de baleia escoava através de canos de barro para uma construção anexa ao engenho, conhecida como Casa de Tanques.⁸⁸

Na Armação da Piedade eram três as casas de tanques. A primeira casa possuía cinco tanques, já as demais possuíam cada uma cerca de quatro tanques, todos eles medindo 3,5 metros de profundidade. Era aqui que o óleo era reservado até o momento de ser colocado em barris e despachado. Havia ainda outros tanques anexos ao engenho de azeite, como os tanques de salga e o tanque de barbatanas. Os tanques de salga eram em número de três e destinavam-se à conservação do toucinho e da carne de baleia. Já o tanque das barbatanas era único e servia para lavar as barbatanas antes destas serem removidas para um depósito conhecido como Armazéns de barba.

Além da estrutura de processamento deste óleo de baleia, havia embarcações e ferramentas que eram usadas diretamente no trabalho da pesca. Havia um conjunto de embarcações, composto por 47 lanchas, sendo que sete eram lanchas de espermacete, um saveiro, cinco canoas e uma sumaca. A sumaca, embarcação de maior porte e denominada *Santa Anna e São Joaquim*, foi construída em um estaleiro da própria Piedade. Para o abrigo destas embarcações e o alojamento dos trabalhadores do mar havia um armazém de recolher lanchas e quatro campanhas de baleeiros. Estas campanhas formavam um total de

⁸⁸ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01. Toda a discussão sobre o assunto vem desta fonte.

29 casas, todas de pau a pique. A Piedade possuía o maior conjunto de campanhas de baleeiros de todo o litoral meridional.

Integrando este conjunto de construções haviam a casa do capelão, a ferraria e os armazéns. Próxima à casa do capelão estavam a enfermaria e a farmácia, ou como são descritas no inventário a “Casa do Hospital e Botica”. Na Armação da Piedade esta era “humacaza com 121 palmos de frente e 56 de fundo repartida em cinco cazas, hum corredor, huma varanda e duas cozinhas levantadas sobre pilares com frontaes de tijolo (...)”⁸⁹. Ali a aguardente era utilizada como analgésico e desinfetante dos escravos enfermos. Vinho, vinagre, cevada, açúcar branco para os doentes, ventosas de vidro, pano de linho para ataduras, boiões vidrados para cozeduras, drogas e remédios, eram estocados para o uso do hospital e da botica.

Para abrigar os escravos que trabalhavam na armação havia as senzalas. Dispostas em quadra ou formando um alinhamento, as senzalas podiam ser de pau-a-pique com cobertura de palha, ou como na Piedade, feitas de pedra e cal. As maiores senzalas pertenciam às Armações da Piedade, da Lagoinha e de Itapocoróia. Ao contrário das demais armações, na Armação da Piedade haviam duas senzalas: a primeira era destinada à moradia dos escravos solteiros e era dividida em 44 casas e dois armazéns; a segunda possuía paredes de tijolos e era destinada aos escravos casados e suas famílias.

Outro grupo de trabalhadores que também residia na armação era o dos feitores. Construção mais rústica e modesta do que a casa-grande, a moradia dos feitores constituía um prolongo de casas com 120 palmos de frente e 32 de fundo e encontrava-se dividida em quatro casas.

Além de toda a estrutura construída, a Armação da Piedade contava ainda com uma imensa diversidade de ferramentas dos mais diversos usos, que serviam na caça e no corte da baleia, assim como na sua preparação. Cerca de nove trapiches, plataformas de pedra, em terra firme ou à beira da água, de tamanhos variados e de colocação estratégica, serviam de base às peças destinadas a içar as baleias capturadas. Algumas vezes terminavam em rampa, para facilitar o trabalho dos cativos. Madeiras de diferentes usos e ainda cinco carros de madeira, juntamente com treze bois destinados a puxar estes carros, colaboravam para que o trabalho ocorresse da melhor forma.

⁸⁹ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01.

No conjunto de construções da Armação da Piedade se destacavam aquelas destinadas à pesca da baleia e ao beneficiamento do azeite, no entanto também havia uma estrutura voltada para a subsistência dos trabalhadores livres e escravos da armação. Localizadas no espaço chamado de “fazenda da armação”, entre as roças e plantas listadas no inventário de 1816 estavam um quartel de mandioca avaliada em cem alqueires de farinha, 156 pés de laranjeira, 36 touceiras de bananeiras, 70 pés de café e uma parreira de uvas em plena produção.⁹⁰

Próximo a estas plantações havia a casa do sítio da fazenda, imóvel de cinco quartos, além de uma fábrica de fazer farinha, funcionava para transformar em farinha toda a mandioca colhida naquelas plantações.

2.4 A mão de obra

Até o momento foi possível perceber como a Armação se organizava espacialmente e como as relações eram organizadas a fim de que a caça da baleia e a produção do óleo para iluminação se mantivessem como uma produção rentável não só para seus administradores, mas também para a coroa que agora se encontrava no Brasil, refugiada da ocupação napoleônica em Portugal.

Como discute Stuart Schwartz para a sociedade surgida em torno dos engenhos açucareiros do nordeste não foi apenas a presença de mão de obra cativa que fez com que essa sociedade fosse caracterizada como escravista, “mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e livres, aos princípios hierárquicos baseados na escravidão e na raça, às atitudes senhoriais dos proprietários e à deferência dos socialmente inferiores”.⁹¹ Na Armação da Piedade temos uma amostra da sociedade escravista que se desenvolveu no litoral catarinense a partir da segunda metade do século XVIII. Livres e escravos viviam, na maioria das vezes, em mundos separados, mesmo que estas categorias significassem dois pontos de uma continuidade, ambas com vantagens e prejuízos.⁹² O convívio de ambas em uma mesma unidade produtiva representava ao mesmo tempo um problema para o controle dos escravos e um incentivo na busca por uma ascensão

⁹⁰ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01.

⁹¹ SCHWARTZ. Segredos Internos, p. 214.

⁹² SCHWARTZ. Segredos Internos, p. 215.

nessa hierarquia, uma chance de mudança na condição social para os escravos.

A sociedade escravista brasileira, baseada na dominação do indígena e do escravo vindo da África e de seus descendentes nascidos em território brasileiro criou hierarquias fundamentadas nas diferenciações de cor e raça, que acabavam por refletir na organização interna das unidades produtivas, em especial as maiores, onde a diversidade de tarefas e de trabalhadores fazia com que a hierarquia aparecesse de forma mais óbvia. São nessas grandes propriedades que a necessidade de trabalhos especializados, como dos feitores e artesãos, criou oportunidades de diferenciação entre cativos, forros e livres.⁹³

Pensando nestas questões referentes à divisão e hierarquização do trabalho livre e escravo em uma grande produção onde os cativos eram largamente utilizados como base da mão de obra, é que se torna importante compreender as diferentes formas de trabalho na Armação da Piedade e a maneira pela qual categorias como sexo, idade, condição social e origem interferiam no cotidiano destes trabalhadores, em sua chance de distinção social e na constante busca por uma maior autonomia.

A mão de obra na Armação da Piedade, assim como nas fazendas de cana de açúcar do Nordeste, misturou trabalhadores livres remunerados e escravos, fossem esses alugados ou comprados no mercado de escravos e tidos como propriedade do contrato. Os livres eram contratados principalmente para tarefas mais especializadas ou para manter a ordem entre os trabalhadores escravos, que se dedicavam principalmente às tarefas de remar e do processamento do óleo.

Segundo Ellis, havia duas formas de contrato de trabalho de pessoas livres. Para tarefas que se estendiam durante todo o ano empregavam-se trabalhadores que recebiam salários todo mês, previamente estipulados. Assalariados anuais eram os feitores e arpoadores, trabalhos considerados indispensáveis na armação. Além destes havia os jornaleiros, que eram contratados para trabalhos temporários, conforme a necessidade da armação, e que recebiam conforme o serviço prestado. Havia também a figura do caixeiro que era designado pelo administrador e era o responsável pela venda do óleo. A remuneração era designada conforme a função exercida.⁹⁴

⁹³SCHWARTZ. Segredos Internos, p. 215.

⁹⁴ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 109-110.

Além destes trabalhadores, em geral livres, por vezes libertos, eram recrutados pelos administradores do Real Monopólio da Pesca da Baleia entre as populações litorâneas de pescadores e pequenos agricultores, para tripular as lanchas baleeiras nas lidas marítimas da pesca da baleia em troca de salário. Na falta de voluntários que pudessem capitanear as embarcações, empunhar os remos ou o arpão, os administradores recorriam também, em última instância, aos cárceres e as milícias onde obtinham mão de obra forçada para o uso nos trabalhos marítimos.⁹⁵

Os homens que exerciam atividades em terra recebiam um salário ou jornal, que variava conforme sua aptidão para o serviço, o tipo de trabalho que exerciam e o tempo despendido na realização destes. Eram assalariados principalmente aqueles que dominassem um ofício ou que estivessem aptos a dirigir os cativos da propriedade. Além da remuneração, os feitores da armação recebiam uma importância correspondente ao alimento que consumiam diariamente. Contratados como jornaleiros, por outro lado, podiam ser todos os operários da armação: carpinteiros, calafates e pedreiros, serradores e falquejadores. Seu ganho diário variava entre: \$240 e 1\$280 réis. Já aqueles que exerciam suas atividades no mar, como os timoneiros e remeiros não recebiam uma remuneração fixa. Seus ganhos variavam conforme o número de baleias capturadas.⁹⁶

O trabalho remunerado ultrapassava as atividades de pesca e processamento de baleias e se estendia a três outras categorias: administrativa, médica e religiosa. O administrador era responsável por supervisionar o trabalho na pesca, fábrica, oficinas e o resto do pessoal, além de cuidar da contabilidade e da prestação de contas para a Administração Geral da Pesca da Baleia, que tinha sede no Rio de Janeiro. Jacintho Jorge dos Anjos, administrador da Armação da Piedade durante o final do século XVIII e o início do XIX, e recebeu por ano de trabalho o valor de 233\$600 referente a sua alimentação, além de receber o valor de 1:300\$000 referente ao seu ordenado.⁹⁷

O caixeiro era designado pelo administrador. Tinha responsabilidade da venda de óleo de baleia ao povo nos estancos ou postos de distribuição do produto, filiados à armação, pelo que recebia a quantia de 160\$000 por ano, assim como consta na ordem de pagamento

⁹⁵ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 103.

⁹⁶ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 104.

⁹⁷ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 104.

de Antônio José de Campos, caixeiro, pelo ano de 1817 em que prestou serviços a Armação da pesca da baleia.⁹⁸

O cirurgião e o padre ficavam responsáveis pelos cuidados com o corpo e mente dos trabalhadores. Vicente Pinto, cirurgião, recebeu um ordenado de 128\$000 em 31 de maio de 1817, equivalente a um ano de trabalho. Já o Capelão Manuel Álvares recebeu na mesma data o valor 120\$000. Como é possível perceber, a remuneração de ambos era similar, o que leva a crer que para a administração a saúde física e aquilo que eles acreditavam ser cuidados espirituais dos trabalhadores eram de igual importância.⁹⁹

A Armação da Piedade contava com cinco feitores. Em 11 de março de 1817, José Francisco da Silva recebeu um ordenado de 56\$826, mais o valor de 22\$726 pela alimentação, totalizando o valor de 79\$552 por seus nove meses de trabalho. Além deste, havia outros quatro feitores na Piedade: João Francisco dos Santos, Luiz dos Santos Correia, Guilhermino Francisco Mafra e Mariano José dos Prazeres. Todos estes receberam em 31 de maio de 1817 o valor de 24\$000 referente a alimentação em um ano de serviço. No entanto, o valor de seus ordenados variava. João Francisco dos Santos após um ano de serviço embolsou o valor de 80\$000. Na mesma data Luiz dos Santos Correia recebeu o valor de 70\$000 por um ano de serviço como feitor e carpinteiro da ribeira. Já Guilhermino Francisco Mafra e Mariano José dos Prazeres receberam apenas 60\$000 pelo mesmo tempo de serviço.¹⁰⁰

Comparando os pagamentos aos feitores da armação, é possível perceber que entre estes havia uma hierarquia, sendo os seus ordenados um reflexo da posição que ocupavam e importância que possuíam para o bom andamento da armação. O primeiro feitor era responsável pela organização e fiscalização dos demais, que se dedicavam a fiscalizar cada uma das atividades exercidas pelos cativos.¹⁰¹

Além dos trabalhadores livres remunerados havia os trabalhadores escravos. Alguns eram escravos alugados de outros proprietários. Os escravos alugados eram contratados para exercer funções que precisassem um número maior de mão de obra em alguns

⁹⁸ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 02: Notas da Armação da Piedade.

⁹⁹ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 01: Notas da Armação da Piedade.

¹⁰⁰ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 01: Notas da Armação da Piedade.

¹⁰¹ ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 103.

períodos, como o do período de safra das baleias, quando um maior número se aproximava da costa e era necessário um maior número de trabalhadores não só para a pesca, mas também no processar do óleo, já que a demora poderia fazer com que o animal se estragasse encalhado à beira da praia.¹⁰²

Neste caso o proprietário do escravo negociava com o administrador que deveria pagar determinado valor por cada dia trabalhado, ao fim do período este retornaria ao poder de seu senhor. O administrador da Armação da Piedade, Jacintho Jorge dos Anjos por diversas vezes entre os anos de 1816 e 1818 alugou alguns dos seus próprios escravos para exercerem trabalhos na armação, principalmente nas atividades de transporte de produtos, a bordo dos baleeiros. Outras pessoas também alugavam escravos para a armação, principalmente nos momentos de pesca da baleia, entre os meses de junho e setembro.¹⁰³

Na entanto a maior parcela dos escravos que trabalhavam na Armação era de propriedade do contrato da pesca da baleia. A maioria destes eram africanos vindos através do tráfico Atlântico. Em 1816 a Armação da Piedade contava com 137 escravos, dos quais 44 eram ditos sem valor, 14 escravas e 16 menores, ou crias, totalizando 167 escravos pertencentes à Piedade na data do inventário¹⁰⁴. Os escravos adquiridos nos anos posteriores a 1816 foram adquiridos na praça do Rio de Janeiro e distribuídos entre as Armações pela Real Administração.

Neste mesmo ano de 1816, os engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano possuíam em média 68 escravos. Os engenhos do Recôncavo, assim como a Armação da Piedade, utilizavam a mão de obra cativa em larga escala. Através desta comparação é possível perceber que a Armação, mesmo após alguns anos de abandono, ainda apresentava considerável número de cativos exercendo suas funções.¹⁰⁵

Tabela 5: Escravos homens da Armação da Piedade (1816)

Escravo	Procedência	Origem	Idade	Ocupação	Outra
Fernando	A	Mina	76		
Antonio	C		63	Cortador	
Antonio	A	Angola	64	Tanoeiro	

¹⁰²ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 97.

¹⁰³ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 102-103.

¹⁰⁴Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 06-10.

¹⁰⁵BARICKMAN. O Contraponto Baiano, p. 242.

Antonio	C		55		
Antonio	A	Mogumbe	47	Remeiro	
Antonio	A	Mina	55	Chacoteiro	
Antonio	A	IL	40	Calafate	
Antonio	A	IL	45	Aprendiz de Ferreiro	
IL	A	Mina	72	Capitão Chacoteiro	
IL	A	Cassanje	60	Remeiro	
André	C		50	Carpinteiro da Ribeira	
Belchior	A	Ganguela	45	Remeiro	Cortador de cima da baleia
Caetano	A	Angola	45	Pedreiro	
	C		22	Aprendiz de carpinteiro da ribeira	
	A	Ganguela	55	arrebentador do peito	
Clemente	A	IL	60	chacoteiro	
Domingos	A	Mina	57	cortador da praia	
Domingos	A	Magumbe	63	mestre de azeite	
Domingos	C		45	Carpinteiro da Ribeira	
Domingos	A	Angola	45	tanoeiro	
Domingos	C		55	remeiro	
Dionizio	C		24	remeiro	aprendiz de carpinteiro
Elias	C		50	oficial de calafate	
Francisco	A	Congo	60	remeiro	
Francisco	A	Magumbe	65	remeiro de arpoar	marujo

Francisco	A		55	arpoador	
Francisco	A		50	Chacoteiro	
Francisco	A	Magumbe	55	chacoteiro	
Francisco	A	Camondon go	50		
Francisco	C		22	Carpinteir o da Ribeira	
Felipe	C	São Tiago	45	remeiro	
Feliciano	C		23	aprendiz de pedreiro	
Gaspar	A	Mina	73	todo serviço	
Gabriel	C		24	calafate	remeiro
José	A		60	timoneiro	
José	A	Rebolo	65	chacoteiro	
José	A	Cassanje	62	chacoteiro	
José	C		61	remeiro	
José	A	Rebolo	47	cortador de cima da baleia	
José	A	Benguela	61	remeiro	
José	C		47	aprendiz de tanoeiro	
José	A	Moquiranj e	40	calafate	
José	A	Rebolo	37	Carpinteir o da Ribeira	
Francisco	C		23	aprendiz de carpinteiro de obra branca	
João			80	pedreiro	
João	A	Benguela	63	chacoteiro	
João	A	Ganguela	61		
João	A	Rebolo	60	chacoteiro	
João	A	Mogumbe	50	remeiro	
João	C		69	de todo o	

				serviço	
João	A	Benguela	61	remeiro	
João	A	Benguela	50	remeiro	
João	A	Moxicongo	50	mestre de azeite	
João	A	Benguela	33	remeiro	
João	A	Ganguela	45	remeiro	
João			50	Chacoteiro	
João	A	Ganguela	40	Chacoteiro	
João	C		35	Aprendiz de carpinteiro da ribeira	
João	C		35	carpinteiro de obra branca	
Joaquim	A	Camundá	57		
Joaquim	A		55		
Joaquim	A	Camundá	51	aprendiz de carpinteiro	
Joaquim	A	Congo	40	chacoteiro	
Joaquim	C		60	tanoeiro	
Ignácio	C		35	oficial de carpinteiro de obra branca	
Ignácio	C		32	aprendiz de tanoeiro	
Ignácio	A	Rebolo	63	Chacoteiro	
Januário	C		23	aprendiz de carpinteiro da ribeira	
Manoel	A	Benguela	65		
Manoel	A	Moquiranje	65		
Manoel	A	Mogumbe	59		
Manoel	A	Benguela	70		
Manoel	A	Rebolo	40		

Manoel	A	Moxicongo	45		
Matheus	A	Ganguela	53		
Miguel	A	Ganguela	51		
Miguel	A	Ganguela	45		
Paulo	A	Mogumbe	61		
Pedro	A	Benguela	65		
Pedro	A		62		
Pedro	A	Ganguela	47		
Raimundo	A	Mina	66		
Raimundo	A	Mina	65		
Rafael	C		65		
Serafim	C		25		
Severino	C		17		
Simplicio	C		50		
Thomas	A	Mogumbe	55		
Vicente	C		50		
Vitorino	C		53		
Vitorino	C		41		

Fonte: Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 6-10.

Analisando a idade e estado de saúde dos escravos é possível afirmar que a Real Fazenda não tenha comprado nenhum novo cativo no período em que esteve responsável pela administração da Armação, nos anos compreendidos entre 1801 e 1816. Em 1816 os cativos em idade de trabalho que constam do inventário eram crioulos e deviam ser resultado do próprio crescimento vegetativo da população.

Os homens representavam 87,5% dos escravos da Piedade. Entre eles, 67% eram provenientes do continente africano. Destes africanos, 78% tinham como origem a região da África Centro-Ocidental. Os demais escravos haviam vindo da região da Costa da Mina, situada na Costa Ocidental. A alta porcentagem de escravos homens, se comparados aos números de toda a Freguesia de São Miguel, e ainda se comparados a outras localidades, demonstra uma seleção de braços masculinos para o trabalho da pesca e processamento do azeite. Essa era uma característica das Armações Baleeiras, visto que na

Armação da Lagoinha não encontramos a presença de mulheres entre os cativos.¹⁰⁶

Escravas, em menor número, com ou sem crias, também participavam da vida de cada armação. Em 1816 as cativas perfaziam 12,5% da população escrava da Piedade. E mais, apenas três delas eram africanas, as demais eram crioulas compradas ou mesmo nascidas na armação.¹⁰⁷

Realizada a transação, efetuado o pagamento da sisa devida à Fazenda Real – de que cabia metade da obrigação a cada uma das partes – sobre compra e venda do escravo, saldados na Alfândega os direitos sobrados sobre o seu despacho, era ele, ladino ou novo, embarcado em um brigue, sumaca ou bergantim e remetido ao seu destino, o núcleo baleeiro de S. Sebastião, de Bertioga ou de Nossa Senhora da Piedade, onde desembarcaria se não morresse durante o percurso. Na armação, incorporavam-no ao contingente humano das senzalas e o destinavam, de preferência, ao beneficiamento do toucinho da baleia e ao corte de lenha, nas matas, para abastecimento das fornalhas do engenho de frigar. Melhor sorte aguardava aquele que dispunha do conhecimento de um ofício.¹⁰⁸

Ao desembarcar na armação, o escravo, fosse ele homem ou mulher, era incorporado ao cotidiano da armação. Se este fosse um escravo novo, isto é, recém chegado da África, era logo batizado e submetido a aprendizagem de um serviço. As mulheres eram frequentemente empregadas nas tarefas domésticas.

Os escravos da Armação da Piedade eram empregados nas mais diversas atividades, desde remar em alto mar a processar o azeite na estrutura montada em terra firme, de buscar lenha para as fornalhas a cultivar roças de produtos para alimentação.

Miguel de Souza Mello e Alvim descreveu o capital humano da armação. Segundo ele, possuía a Armação da Piedade

“muitos escravos bons carpinteiros bons de maxado, calafates, polieiros, serradores, etc. cujo números e pode conservar e aumentar, aplicando os novos crioulos a aprender os mesmos officios

¹⁰⁶ ZIMMERMANN, Fernanda. *O Funcionamento da Armação da Lagoinha: Hierarquia do Trabalho e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 46.

¹⁰⁷ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 6-10.

¹⁰⁸ ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial*, p. 188-193.

com os escravos officiaes velhos, no que se não deve perder tempo, atenta a avançada idade dos Mestres”.¹⁰⁹

Dessa forma o autor nos forneceu uma fotografia do que era a mão de obra da armação da piedade na época. Com sua descrição, este quis não apenas retratar os homens que trabalhavam na armação, mas também demonstrar o potencial que esta possuía de se multiplicar.

Apesar de o inventário atribuir-lhes ocupações, especializações, os escravos do Real Contrato desenvolviam as mais diversas tarefas, não havendo distinção entre africanos e crioulos no momento da divisão das tarefas.

Ao contrário do que coloca Ellis, quando afirma que os cativos não eram enviados ao mar já que este oferecia uma ameaça à vida dos trabalhadores, a morte de um escravo significava a perda de um grande investimento, o que é possível perceber ao analisar o inventário produzido em 1816, já mencionado anteriormente, é que os escravos desenvolviam funções em terra e mar, e pelas descrições dos escravos, alguns sem braços, outros decrépitos, eles não eram poupados dos serviços ditos perigosos. Na Piedade haviam 44 escravos inativos ou sem valor, entre os quais 20 eram descritos como decrépitos. Isso pode indicar uma despreocupação com a diminuição do número de escravos, talvez devido ao poder de aquisição dos arrendatários e o fácil acesso à compra de novos cativos ou a falta de acesso à mão de obra livre.¹¹⁰

Em 1816, quando da revitalização da armação, os novos administradores efetuaram a compra de 294 novos escravos distribuídos entre as várias armações, a fim de resolver o problema da falta de mão de obra para o trabalho. A Armação da Piedade foi o destino de 152 escravos novos, recém chegados da África e comprados através do administrador geral das armações no Rio de Janeiro. Alguns destes africanos foram comprados de outras regiões do Brasil, outros eram recém chegados da África e adquiridos na Praça do Rio de Janeiro. Destes 152 escravos, 50 foram enviados à Armação no ano de 1816 e os outros 102 foram enviados ao decorrer do ano de 1817. A maioria era de escravos homens, apenas três destes eram do sexo feminino. Foram

¹⁰⁹ ALVIM, Miguel de Souza Mello e. A pesca da baleia em Santa Catharina. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1914, p. 86-93.

¹¹⁰ ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 188-193; Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 6-10.

todos trazidos a bordo da Sumaca Fama e do Bergantim Triunfo, juntamente com dois escravos enviados ao administrador, dois escravos para servir o Bergantim Triunfo e dois para servirem de marinheiros na Sumaca Fama. Durante a viagem 11 destes escravos faleceram.¹¹¹

Quanto ao transporte destes cativos, em 1817, do Rio de Janeiro até a Armação de Nossa Senhora da Piedade, o transporte de 20 negros custava à administração da pesca da baleia a importância de 64\$000.¹¹²

A compra de novos escravos foi uma medida que visava a revitalização da Armação da Piedade, o que demonstra a importância da mão de obra cativa para o seguimento da pesca da baleia e processamento do azeite, peças fundamentais no funcionamento da propriedade. A necessidade de aquisição de africanos novos na praça do Rio de Janeiro mostra que o crescimento vegetativo da população escrava ali existente não era suficiente para suprir as necessidades da Piedade, o que fez com que o tráfico atlântico de escravos fosse indispensável para a manutenção e reprodução desta mão de obra cativa.

2.5 Cotidiano escravo

Carlos Engemann em sua dissertação sobre os escravos da Fazenda de Santa Cruz, na fase em que passaram à administração da nação, abre espaço para discutir as questões relacionadas a negociação entre senhores e escravos e a forma como estas negociações contribuíram para construir o sistema escravista. Segundo ele,

“Aí reside o valor histórico de um plantel aparentemente único. Seus cativos, tanto quanto quaisquer outros, queriam amenizar os seus fardos, seja por negociação seja por conflito. Mas a escolha do caminho a ser seguido não dependia totalmente do escravo. Não era ele o único elemento da relação, portanto a decisão de negociar ou confrontar era gerada pela postura

¹¹¹ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 02: Notas da Armação da Piedade.

¹¹² ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial. p. 90.

que ambas as partes, senhor e escravo, tomavam diante de seus interesses”.¹¹³

Sendo assim, o autor propõe que é através da construção do cotidiano de escravos e senhores que os termos da relação entre eles será construída, com margem para a negociação de vantagens para ambos, assim como para o confronto entre eles.

A administração do contrato por seguidas vezes mudou de comando. Primeiro pela alteração dos que a arrendavam, mesmo que se mantendo na maioria das vezes em mãos de membros da família Quintela; mais adiante, no início do século XIX, com o fim do monopólio a administração da propriedade revertia para a Fazenda Real; no ano de 1816, novamente esta passou a particulares designados pela Administração Real, tendo enfim em 1825.

Porém, apesar de ter havido uma sucessão de arrendatários que exploraram a armação, a administração cotidiana da Piedade raras vezes mudou de mãos. Jacintho Jorge dos Anjos se manteve desde as últimas décadas do XVIII até a segunda década do XIX não apenas como o administrador da Piedade, mas também como administrador geral de todas as armações de Santa Catarina, o que garantia uma continuidade nas medidas referentes à ordem do trabalho e ao controle dos cativos. Deste modo torna-se interessante perceber o funcionamento da unidade produtiva escravista em questão, o controle da escravaria e as formas de negociação e até mesmo de punição dos escravos que ali trabalhavam, através do estudo dos seus cotidianos na armação.

Conforme escreveram observadores estrangeiros como Johan Nieuhoff, que visitou o Brasil no século XVII, os escravos eram vítimas da brutalidade do regime escravista e que viviam mal alimentados, mal abrigados e mal vestidos. Além dos estrangeiros, clérigos portugueses também chegaram a relatar os horrores da escravidão. Ainda assim eles compartilhavam os ideais dos senhores, que acreditavam que a forma de disciplinar os africanos seria através do castigo e do trabalho, única maneira de superar as superstições, indolência e maus modos por eles trazidos.¹¹⁴

No entanto, trabalhos recentes vêm mostrando que a relação entre senhores e escravos não era estabelecida apenas através dos

¹¹³ ENGEMANN, Carlos. *Os servos de santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ. (1791-1821)*, 2002. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói, p. ii.

¹¹⁴ SCHWARTZ, *opcit.*, p. 122.

castigos físicos. Contrariando as afirmativas de autores como Jacob Gorender, não era apenas nos momentos de conflito que escravos tomavam atitudes frente ao cativo, buscando negociar com o seu senhor melhores condições de sobrevivência. Conforme afirma Engemann, a escravidão acabava por firmar um conjunto de relações estabelecidas, onde as ações de cada parte geram e são simultaneamente geradas pelo contexto social vivido.¹¹⁵ As relações entre o senhor e seus escravos eram estabelecidas principalmente nas relações cotidianas, assim como nas reações às necessidades dos escravos, por parte do senhor, e aos desmandos e concessões senhoriais, por parte da escravaria.¹¹⁶

A violência do senhor, descrita pelos observadores e clérigos portugueses, convivia assim com outros mecanismos compensatórios que serviam para aliviar a tensão e a pressão exercida pelo cativo. Porém estas não poderiam ser percebidas por pessoas que estivessem apenas de passagem pelas propriedades, já que era no dia a dia que esse sistema de negociações, misturados às punições, se desenrolavam. Para Engemann, “nesse sentido, a circulação de bens financeiros ou simbólicos poderia se constituir num dos meios para tornar a vida cativa minimamente suportável”.¹¹⁷ A circulação de bens gerava então o sentimento de esperança de ambas as partes. No âmbito senhorial, a esperança da ausência de fugas e rebeliões; para os escravos a esperança de um dia poder acumular bens suficientes para alterar sua condição jurídica e ascender socialmente para além da escravidão ou garantir a união da família, acesso à roça, etc.

Gilberto Freyre¹¹⁸ analisou a escravidão brasileira como branda, relação em que o senhor seria uma figura paternal para os escravos que em suas propriedades trabalhavam. Nas décadas de 50 e 60, a Escola Paulista de Sociologia, com destaque para autores como Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso¹¹⁹, surgiram com uma nova crítica aos modelos de análise do cotidiano dos cativos, anteriormente proposto por Gilberto Freyre. Tentando desqualificar a interpretação benevolente da escravidão africana no Brasil, Emília Viotti da Costa, Suely Robes de Queirós, além dos autores

¹¹⁵ ENGEMANN, Carlos. Degrande escravaria à comunidade escrava. *Revista Estudos de História*, Franca, v. 9, n. 2, 2002, p. 78.

¹¹⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹¹⁷ ENGEMANN, Carlos. Degrande escravaria à comunidade escrava, p. 78.

¹¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1933.

¹¹⁹ CARDOSO, op cit.

da escola paulista já citados anteriormente, se esforçavam por demonstrar a violência do sistema, através de estudos sobre a resistência escrava em forma de fugas e formações de quilombos.

Após alguns anos, já nas décadas de 80 e 90 novas interpretações surgiram. Há uma volta aos arquivos a fim de buscar novas interpretações para o funcionamento do sistema escravista e o resultado são trabalhos que reconhecem uma maior autonomia aos cativos, desmontando interpretações do funcionamento do sistema escravista proposto pelos autores das décadas anteriores. É nesse contexto que autores como Stuart Schwartz, Sílvia Lara, João Reis, Eduardo Silva, Robert Slenes, entre outros, procuraram demonstrar as relações cotidianas do sistema, descobrindo que além dos incentivos negativos, caracterizados pelos castigos físicos, havia também incentivos positivos nas relações entre eles, demonstradas através de concessões como a chance de cultivar suas próprias roças, constituir família ou até mesmo, em última instância a chance de uma ascensão na hierarquia da propriedade, baseada na especialização do trabalho, ou mesmo a chance de se tornar um liberto.¹²⁰

É seguindo os rumos desta historiografia mais recente, que irei buscar compreender elementos do cotidiano escravo na Armação da Piedade como a ração dos escravos, a habitação e o vestuário, a constituição de famílias e as chances de acumulação de pecúlio.

Stuart Schwartz avalia que “foi, provavelmente, no aspecto da alimentação que a relação entre as condições físicas dos cativos e a operação do sistema escravista por meio de incentivos mais se evidenciou”.¹²¹ Depois de seguidas afirmativas de que os escravos passavam fome, em 1606 a Coroa ordenou que os senhores dessem comida suficiente para seus cativos ou mesmo cedessem um dia da semana para que estes cultivassem alimentos e pudessem prover seu próprio sustento.¹²²

A alimentação de livres e escravos era diferenciada. Enquanto o administrador e os feitores recebiam além de seus pagamentos, uma remuneração diária para seus gastos com alimentação, os demais trabalhadores livres remunerados precisavam tirar de seu

¹²⁰SCHWARTZ. Segredos Internos. SLENES, Na senzala uma flor. LARA, Sílvia. Campos da Violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹²¹SCHWARTZ. Segredos Internos. p. 126.

¹²²SCHWARTZ. Segredos Internos. P. 126.

soldo ou *jornal* o seu sustento. Nos engenhos de açúcar um, de três métodos, era utilizado para manter os cativos. A primeira forma era aquela em que os escravos dependiam quase que exclusivamente da ração fornecida pelos senhores; na segunda o senhor cedia um pedaço de terra e os escravos precisavam utilizar os domingos e o tempo livre para cultivar o seu alimento. Havia ainda o cultivo em terra do senhor para a coletividade da fazenda (e não lotes individualizados onde o fruto da produção era do escravo). No geral, se dava a combinação das estratégias.¹²³

Na Armação a alimentação possuía dois itens básicos: carne seca e farinha de mandioca. A carne era adquirida pelo administrador da Piedade. Nos anos de 1816 e 1817 a compra era feita junto a José Vieira de Castro e a quantidade variava conforme o mês. Em julho de 1816 foram compradas 280 arrobas no valor de 302\$400; em janeiro de 1817 o administrador da armação adquiriu 100 arrobas de carne seca no valor de 160\$000; em fevereiro nova compra foi feita: foram 600 arrobas no valor de 840\$000.¹²⁴

Para a farinha de mandioca havia duas alternativas: podia ser produzida na própria armação ou comprada. No inventário elaborado no ano de 1816 a Piedade contava com um quartel de mandioca e um engenho de farinha em plena atividade. Além disso, o bom número de laranjeiras, bananeiras e pés de café, mostram que alguns dos itens que constituíam a alimentação dos moradores da armação eram produzidos no próprio local.¹²⁵

Porém, a farinha produzida na Armação não era suficiente, o que é possível verificar através das sucessivas compras de farinha feitas entre os meses de setembro de 1816 e maio de 1817, quando foram comprados 3.194 alqueires de farinha, dos mais diversos produtores, resultando em um gasto total de 2:184\$860.¹²⁶

Na Piedade os indícios mostram que a alimentação era cultivada pelos cativos, na propriedade, porém não de forma individual, mas sim coletiva. Além disso, os registros de compra de farinha que aparecem algumas vezes nos documentos de 1816, mostram que a farinha produzida ali não era suficiente para sustentar toda a população.

¹²³ SCHWARTZ. Segredos Internos. p. 127; BARICKMAN, B. J. O contraponto baiano.

¹²⁴ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 01: Notas da Armação da Piedade.

¹²⁵ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 6-10.

¹²⁶ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 01: Notas da Armação da Piedade.

Pra se ter uma ideia, apenas em 1816 temos em torno de 13 registros de compra de farinha de mandioca, como aparece na listagem abaixo:

Tabela 6: Compras de farinha feitas pela Armação da Piedade em 1816

Vendedores/Produtores de farinha	Alqueires
João da Silva Furtado	40
Caetano José Pereira	294
João Francisco Furtado	98
João da Costa	200
José Martins	85
Caetano José Pereira	200
João de Souza	800
Marcos Antônio da Silva Mafra	489
João de Souza	741
Antônio Manoel de Souza	64
Marcelino da Rocha	60
Antônio Manoel de Souza	40
José Marcelino da Silva	83

Fonte: Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360.

Não há data específica para estas compras, apenas há registros de que estas foram feitas no ano de 1816, no momento em que o inventário que buscava detalhar os bens da armação para o retorno do contrato de monopólio da pesca.

Não é possível precisar qual era a cota de farinha e carne seca destinada todos os dias aos cativos. É sabido através da documentação da Real Junta do Comércio que em 18 de novembro de 1816 Joaquim Antônio Alves, administrador geral do Real Contrato da Pesca da Baleia adquiriu 12 sacas de farinha, 20 arrobas de carne seca e um saco de feijão para alimentar 51 escravos enquanto estes eram levados do Rio de Janeiro em direção a Santa Catarina, no entanto não

sabemos quantos outros tripulantes estavam a bordo da embarcação e nem quantos dias tal viagem durou.¹²⁷

Além da carne seca e da farinha de mandioca, outros artigos foram adquiridos por Jacintho Jorge dos Anjos, entre eles sal, aguardente e fumo. Em junho de 1816 foram comprados 15 alqueires de sal junto a Pedro Antônio Alves, no valor de 14\$000. Este sal serviria, entre outras coisas, para a salga do peixe, utilizado na alimentação dos cativos. Tainhas ou corvinas, frescas ou salgadas, eram utilizadas na falta de carne.

No mesmo mês foram adquiridas 200 medidas de aguardente junto a Manoel Jorge Chaves, no valor de 40\$000. A aguardente possuía papel fundamental no sistema escravista, visto que era utilizada no trato aos doentes, nesse caso para analgésico e desinfetante. Os doentes recebiam ainda uma alimentação diferenciada, possuindo elementos como açúcar e galinhas. Além disso, a aguardente, junto ao fumo, tinham destaque nas relações cotidianas entre senhores e escravos. Em abril de 1817 Joaquim Antônio Alves enviou através do Bergantim Triunfo 12 rolos de fumo com destino a Armação.¹²⁸

Conforme escreve Schwartz para os engenhos baianos, a alimentação também era uma forma de negociação entre o senhor e seus escravos. As cotas de fumo e cachaça eram distribuídas como uma forma de premiação por bom comportamento, ou bom rendimento do trabalho exercido pelos cativos. Essa era uma maneira de agradar escravos a fim de evitar fugas ou rebeliões, e de extrair sempre o máximo do trabalho dos escravos.¹²⁹ Analisando as notas produzidas pela Junta do Comércio é possível perceber a constante compra destes itens por parte dos administradores.

Além de adquirir alimentos, produzir e receber produtos vindos do Rio de Janeiro, a Armação da Piedade também possuía a função de receber e redistribuir alimentos para outras armações localizadas nas proximidades. Em 1817, uma correspondência entre Jacintho Jorge dos Anjos, Administração da Piedade, e o Administrador Geral, que residia no Rio de Janeiro, detalha um envio de sal da Piedade com destino à Armação da Lagoinha, que se localizava ao sul da Ilha de Santa Catarina. Conforme escreveu ele:

¹²⁷ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 02: Notas da Armação da Piedade.

¹²⁸ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 02: Notas da Armação da Piedade.

¹²⁹ SCHWARTZ. Segredos Internos, p. 140–142.

“(…) Serão remetidos à Lagoinha 40 alqueires de Sal que V. S. Manda para naquella armação de fazer a salga do peixe com que se ajude a sustentar a escravaria della, o que estimarei que se consiga. He certo que o excessivo preço em que agora o charque esta faz tremer a quem tem tanta escravatura que sustentar porem nenhum outro alimento he tão capaz de sustentar as forças de um hum escravo que todo dia esta com hum maxado na mão a cortar lenha ou coberto de suar em carregala senão a Carne Seca e por isso he melhor alimento que se pode dae a escravatura; e que me parece bem mais acertado he que quando houverem no Rio Grande as novas charqueadas mande V. S. Comprar huma porção de carne para remeter a esta donde se forneção as mais armações porque escuzase de dar aos negociantes o lucro que recebem no que se lhe compra (...)”.¹³⁰

A citação parece surgir a compra direta das charqueadas, sem passar pelos negociantes, com a compra sendo efetuada para todas armações de uma só vez. Além disto, através desta correspondência é possível perceber que a armação da Piedade, além de ser a maior das armações do litoral Meridional também era responsável pela redistribuição dos alimentos e demais itens enviados pelo administrador geral da pesca da baleia. Havia cálculo entre comprar no mercado e produzir o próprio alimento. Mais que negociantes tinham bom mercado no fornecimento de estabelecimentos como esse.

2.6 Vestuário, habitação, parentesco e a constituição de famílias escravas

Sobre a habitação e o vestuário dos escravos, escreveu Stuart Schwartz que:

¹³⁰ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 03: Correspondência entre os administradores da Armação e o Sr. Joaquim Antônio Alves.

“O modo como os confortos de habitação e vestuário podiam ser usados como incentivos foi evidenciado por Henry Koster, que informou haver um senhor de engenho comprando escravos indóceis a um preço abaixo do mercado e os transformado em trabalhadores produtivos. Seu método foi mostrar-lhes os instrumentos de castigo, ameaçando-os, e então lhes fornecendo uma cabana, roupas e artigos para seu conforto ‘tudo muito limpo e arrumado, e em quantidade maior que o normalmente concedidos a escravos de outras propriedades’”.¹³¹

A vestimenta fornecida aos cativos na Armação era exígua. Os jalecos, camisas, ceroulas, saias e mantas de algodão e lenços vinham em parte da Europa, em parte era confeccionada no Rio de Janeiro com material importado do Reino e despachados conjuntamente para as Armações conforme a demanda.¹³² Também é possível que o tecido viesse do Oriente, chegassem ao Rio de Janeiro e fosse distribuída pelo administrador-geral às armações. Analisando as fontes, há o constante envio de mantas e fios de algodão, além de panos e cadarços de lã. Em julho de 1816 é enviado para a Piedade um lote de panos, camisas e cadarços de lã; em abril de 1817 o Bergantim Triunfo, vindo do Rio de Janeiro, traz para a Piedade 14 pacotes de fios de algodão para a tecelagem. Em novembro de 1817 o administrador geral das armações envia para a Piedade 70 mantas que deveriam ser distribuídas aos escravos da Piedade.¹³³

Os escravos da Piedade residiam em senzalas feitas de pedra e cal. Eram duas: na primeira viviam os escravos solteiros que se dividiam nas 44 “casas” que esta possuía; na segunda, feita de tijolos e com uma estrutura um pouco melhor, residiam os escravos casados junto as suas famílias, onde havia a possibilidade de uma convivência mais íntima, ainda assim era uma senzala em quadra. Ao contrário de outras armações, aqui os feitores residiam em moradia separada da dos cativos, o que fornecia aos escravos também uma maior mobilidade, já que ao menos no momento de dormir não estavam sendo vigiados de

¹³¹ SCHWARTZ. Segredos Internos. p. 126.

¹³² ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial, p. 85.

¹³³ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 02: Notas da Armação da Piedade.

perto por seus feitores. Isso não que dizer que ficassem livres, já que a senzala permanecia fechada.¹³⁴

Parentesco, além de uma relação consanguínea, significa uma identificação profunda entre os indivíduos. Sendo assim em uma sociedade escravista,

“aparentar-se seria, antes do mais, a obtenção de aliados de tal feita que o parente está diametralmente oposto ao estrangeiro. Deriva daí uma necessidade – branda ou urgente – conforme a situação vivida, de articular o maior número possível de parentes. Os meios para isso são basicamente a consaguinidade e a consecução de cônjuges”.¹³⁵

A união em torno da estrutura familiar teria vários significados tanto para estes escravos, como para os senhores que consentiam com essa união.

No século XIX os escravos haviam sido tratados por diversos viajantes como “desregrados”, “imorais”, incapazes de constituir família. Já nas décadas de 60 e 70, sociólogos da escola paulista, tendo à frente Florestan Fernandes, enfrentaram os preconceitos raciais da sociedade brasileira, combatendo o argumento de que estes eram integrantes de uma raça inferior. Gilberto Freyre e Caio Prado já haviam contestado anteriormente este argumento, mas foi a Escola Paulista que não mediu esforços para retirar da raça a explicação pela dificuldade de inserção do negro na sociedade livre. Porém, ao afirmarem que a culpa da dificuldade dos negros adentrarem esta sociedade estava no fato de que o regime escravista havia soterrado sua humanidade, consideravam que negros fossem desprovidos de protagonismo, como se houvessem sido “coisificados” pela escravidão. Com esta afirmação estes autores concluíram que estes escravos estariam privados de uma importante organização humana: a formação da família.

Robert Slenes, Hebert Gutman, entre outros autores que escrevem sobre a autonomia e o protagonismo dos escravos, confirmaram não só a presença da família escrava, mas também o acesso

¹³⁴ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 1-2.

¹³⁵ ENGEMANN. Degrande escravaria à comunidade escrava, p. 85.

que estas tinham a uma moradia diferenciada. Slenes explorou a presença de traços culturais africanos nestas unidades familiares e enxergou nestas famílias elementos acerca das relações cotidianas entre senhores e escravos.¹³⁶

A formação de uma família ou mesmo a constituição de laços parentais, fossem esses através de apadrinhamento ou relações de sangue, poderia servir para estabelecer a paz entre estes escravos, o que seria interessante para os senhores, já que a formação de vínculos poderia prender os escravos e diminuir a possibilidade de fuga ou revolta. Por outro lado, estes laços podiam servir como uma forma de resistência, criando alianças que acabavam por fortalecer os cativos diante de determinadas situações. A discussão estabelecida entre Florentino e Góes, que colocavam a formação da família escrava como um recurso utilizado pelo senhor para manter a paz nas fazendas e Robert Slenes que por outro lado, revela a formação de família como a união de cativos que favorecessem a resistência escrava passou a permear as discussões acerca do significado político da família escrava.¹³⁷

Desta forma a família cativa não satisfazia nem aos senhores nem aos escravos. Isso porque da mesma maneira que os cativos esbarravam a todo o momento contra os limites e perigos criados pela arrogância e prepotência de seus donos, os senhores, para garantir sua segurança e a de seus empreendimentos, tiveram que abdicar parcialmente de seu poder de dispor livremente de seus trabalhadores. Sobretudo, tiveram que abrir mão do cultivo da estranheza dos cativos, dado principalmente pela constante vinda de escravos provindos dos mais diversos locais da África e separados de suas famílias e comunidades de origem, para investir em estratégias de controle, como o incentivo à formação de famílias entre estes africanos.¹³⁸

Já para Florentino e Góes as relações parentais introduziram a paz nas senzalas, criando uma sociabilidade entre pessoas de procedências diversas, os retirando do estado de guerra e dando-lhes um motivo para tentar seguir a vida adiante, sem arriscar confrontos com a casa grande. De fato a formação de laços parentais aumentava a vulnerabilidade dos escravos. No entanto estes não estavam impedidos

¹³⁶ SLENES. Na senzala uma flor.

¹³⁷ SLENES. Na senzala uma flor. FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1997.

¹³⁸ SLENES. Na senzala uma flor, p. 48.

de juntos criarem uma comunidade de interesses e sentimentos, e acabar por se transformar em um perigo para os senhores. Ao contrário, eles poderiam se identificar e resolver juntos lutar por um objetivo em comum, a liberdade.¹³⁹

Na Armação da Piedade é possível perceber que a formação das famílias escravas era algo comum. Através do inventário de 1816 é possível constatar o registro de 14 mulheres escravas residentes na armação, das quais 11 eram casadas e as outras três eram viúvas. Todas estas mulheres eram casadas com escravos da própria Piedade, proporcionando, mesmo que pequeno, um crescimento vegetativo entre os escravos. Na tabela abaixo é possível verificar as mulheres escravas, sua origem, idade e seus respectivos cônjuges, junto à origem destes.

Tabela 7: Mulheres escravas da Armação da Piedade e condição civil

Escrava	Origem	Estado Civil	Cônjuge	Idade	Valor
Anna	Crioula	Casada	Francisco Mogumbe	33	89\$600
Anna	Crioula	Casada	Thomaz Mogumbe	43	76\$800
Albina	Crioula	Casada	Miguel Ganguela	19	100\$000
Ceara	Crioula	Casada	Victoriano	21	100\$000
Domingas	Crioula	Casada	Antônio Angola	43	40\$000
Efigenia	Crioula	Casada	João Crioulo	19	115\$200
Gertrudes	Crioula	Casada	José Rebolo Novo	21	100\$000
Joanna	Mina	Viúva	-----	57	25\$600
Jeronima	Crioula	Casada	Jeronimo Mina	33	80\$000
Jacintha	Crioula	Casada	Pedro Cassanje	20	115\$200
Leocádia	Crioula	Casada	Francisco Congo	26	80\$000
Luiza	Crioula	Casada	Manoel Francisco Benguela	37	64\$000
Maria	Ginga	Viúva	-----	68	6\$400

¹³⁹ FLORENTINO, Manolo e GÓES, Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 129.

Victória	Conga	Viúva	-----	65	12\$800
----------	-------	-------	-------	----	---------

Fonte: Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 6-10.

As mulheres escravas eram crioulas em sua maioria, tendo apenas três de origem africana. As africanas eram as mulheres mais velhas da armação e seus maridos já haviam falecido. Podemos levantar a hipótese de que estas africanas teriam sido a primeira geração de escravas mulheres da Armação, sendo estas crioulas a segunda geração de cativas daquela propriedade.

Na Piedade as mulheres escravas também acabavam se casando com os cativos mais velhos e que há tempo já estavam trabalhando na unidade de produção em questão. Anna crioula de 33 anos era casada com Francisco Mogumbe, de 65 anos. Albina crioula de 19 anos era casada com Miguel Ganguela, de 53 anos de idade. Através dos dados apontados na tabela acima também é possível perceber que os africanos, por ser maioria na armação ou mesmo por possuírem alguns privilégios, acabavam casando-se com maior frequência que os crioulos.¹⁴⁰

Para além da relação já constatada entre escravos e escravas que trabalhavam na Piedade, é possível que muitos dos homens da Armação fossem casados com escravas que trabalhavam em outras propriedades da região, ou libertos. Isto pode ter se dado devido a tamanha desproporção existente entre o número de homens e mulheres decorrente do tráfico atlântico de escravos. Entre as crianças crioulas, resultado do crescimento vegetativo da população, havia um equilíbrio entre os sexos.

As crianças geradas pela relação entre os cativos logo cedo se integravam ao serviço, executando inicialmente tarefas mais simples, como as da lavoura, e mais tarde aderindo ao serviço da pesca. Antônio, era filho de Manoel Ferreira, e tinha oito anos de idade em 1816. João, de 9 anos, era filho de Francisco Cumprido e na época foi avaliado em 64\$000.

¹⁴⁰ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 6-10.

Tabela 8: Crioulos menores da Armação da Piedade

Crias	Sexo	Pai	Idade	Valor
Antônio	M	Manoel Ferreira	8 anos	51\$200
Benigno	M	Francisco Congo	2 anos	20\$000
Cecília	F	Manoel Ferreira	4 anos	32\$000
Custódio	M	Vitoriano Crioulo	3 anos	25\$000
Claudino	M	José Rebolo Novo	2 anos	20\$000
Damiana	F	Antônio Angola	3 anos	25\$600
Felipe	M	Manoel Ferreira	2 anos	12\$800
Francisca	F	Francisco Mogumbe	2 anos	12\$800
Hilário	M	Jerônimo Mina	9 anos	10\$000
João	M	Francisco Cumprido	9 anos	64\$000
Maria	F	Miguel Ganguela	9 anos e 8 meses	12\$800
Martiniano	M	Manoel Ferreira	6 anos	38\$400
Matislau	F	Francisco Congo	4 anos	25\$600
Maximiniana	F	Manoel Francisco	12 anos	80\$000
Roza	F	José Rebolo Novo	1 ano	6\$400
Veríssima	F	José Rebolo Novo	4 anos	32\$000

Fonte: Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 6-10.

Os menores da armação eram 16, sendo nove meninos e oito meninas. Manoel Ferreira era pai de quatro crianças: Antônio, Martiniano, Cecília e Felipe. Manoel era de origem Benguela e desempenhava a função de Timoneiro de Arpoar. Sua mulher não aparece na lista das mulheres da Piedade, o que nos faz levantar a hipótese de que Manoel fosse viúvo. Não é possível afirmar ao certo. Já José Rebolo Novo, casado com Gertrudes Crioula, possuía três filhos: Veríssima de quatro anos, Claudino de dois anos e Roza, de apenas um ano.¹⁴¹

Entre os valores das crianças escravas não é possível estabelecer um padrão. Talvez a avaliação de seus valores levasse em consideração o sexo e idade. Outro ponto que precisa ser levantado é o de que provavelmente outros casais tenham tido crianças, no entanto por

¹⁴¹ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 6-10.

terem alcançado a idade de trabalho, estes não sejam mais listados como menores e com indicação de filiação, e sim já na lista dos escravos da armação, junto aos demais crioulos e africanos.

As crianças eram listadas com referência a seus pais até os 15 anos de idade, quando a partir daí passariam a ser listados entre os demais cativos da propriedade, e não mais como menores. Os escravos já pequenos possuíam tarefas a serem cumpridas, porém só há registro de cativo com funções específicas a partir dos 20 anos.

Para além das relações sanguíneas, havia ainda outro tipo de relação de parentesco, aquela resultante das relações de compadrio. É uma pena que os batismos de cativos da Armação da Piedade só estejam disponíveis a partir de 1824, o que impede que possamos reconstruir essas alianças no momento desse inventário.

Ainda assim, é interessante ressaltar que a formação da família escrava na Armação da Piedade era ato costumeiro, sendo uma instituição aceita e reconhecida por parte do administrador, visto que este concedia o privilégio destas famílias viverem em local separado dos outros cativos, reunindo-se em torno dos laços sanguíneos que estes haviam criado.

Na verdade, o que acontecia na Armação, assim como em outras propriedades estatais como a Fazenda Santa Cruz, era que o senhor era uma figura distante. No caso da antiga fazenda jesuíta, isso acabou por produzir relações menos destemperadas e uma maior mobilidade social para os escravos que ali trabalhavam.¹⁴²

Autorizar o cultivo da própria alimentação, a possibilidade de constituição de família, de junto habitar uma cabana separada dos escravos solteiros, eram algumas das formas de pacificar as relações entre o senhor e seus cativos, evitando o confronto entre ambos ou tentativa de rompimento com o sistema, fosse através de fugas ou de revoltas. Por outro lado eram esses aspectos que demonstravam as relações de negociação estabelecidas entre ambas as partes, confirmando as condições dessa historiografia mais recente que afirma a voz ativa dos escravos em todos os momentos de seu cotidiano, e não apenas nos momentos em que estes buscavam romper definitivamente com o sistema em que estavam inseridos.

Conforme escreve Schwartz, “na operação dos engenhos brasileiros e no sistema escravista como um todo no Brasil, os incentivos positivos tornaram-se uma técnica comum para obter-se dos

¹⁴² ENGEMANN. Degrande escravaria à comunidade escrava, p. 03.

cativos ao menos uma cooperação temporária”.¹⁴³Esses incentivos, como vimos acima, podiam assumir diferentes formas nas mais diversas unidades produtoras espalhadas pelo Brasil. A formação de famílias e a possibilidade de estas se relacionarem em um espaço diferenciado, a distribuição de cachaça como forma de recompensa por bons serviços ou mesmo uma cota extra de ração de comida ou fumo parecem ter sido comuns na Armação da Piedade, assim como observadores estrangeiros como Antonil já haviam verificado para os engenhos baianos.¹⁴⁴

Além disso, a oportunidade de se especializar em alguma atividade, como tornar-se um timoneiro ou mesmo mestre de azeite, criava uma possibilidade de mobilidade social, que podia ser um incentivo para que este escravo mantivesse um bom comportamento diante das mais diversas situações.

Após a análise feita neste capítulo acerca das questões que envolviam o cotidiano dos escravos da Armação da Piedade como a alimentação, moradia, e mesmo a chance de constituir família, concordo com Stuart Schwartz quando este afirma que “a escravidão na grande lavoura brasileira não foi um ‘modelo’, e sim um sistema adaptável e flexível de organização do trabalho”.¹⁴⁵

Manter os escravos trabalhando em propriedades como as armações em geral, onde a possibilidade de fuga pelo mar, ou mesmo pelo mato, era sempre constante, não era tarefa fácil. Todos estes fatores apontam para um sistema onde as negociações funcionavam como uma forma de controlar e manter a mão de obra sob o jugo da escravidão.

Ainda segundo o autor, os senhores de engenho, ou neste caso os administradores da armação da caça da baleia e produção do azeite,

“não eram obtusos nem retrógrados e sabiam muito bem que o misto de incentivos positivos e negativos podia ser usado para atingir seus objetivos. A combinação desses elementos podia variar conforme a personalidade do proprietário, as demandas de mão de obra específica, os costumes da região ou as condições do mercado, mas o objetivo de extrair uma quantidade ótima de

¹⁴³SCHWARTZ. Segredos Internos, p. 139-140.

¹⁴⁴SCHWARTZ. Segredos Internos., p. 140.

¹⁴⁵SCHWARTZ. Segredos Internos., p. 141-142.

trabalho dos cativos geralmente resultava em uma mistura dos dois elementos”.¹⁴⁶

O senhor, porém não utilizava apenas de incentivos positivos como estratégia para manter o controle da escravaria. A existência de correntes, algemas e mais peças de imobilizar pessoas no inventário de 1816 apontam para a existência de castigos físicos como forma de punição por mau comportamento ou baixo rendimento no desempenho das funções da Armação. Estes castigos resultaram em algumas fugas e em reação contra os feitores. Em 07 de março de 1817 foram pagos 6\$400 réis a Severino Jorge, por este ter capturado dois escravos da Armação da Piedade que haviam fugido já há alguns dias. O nome dos escravos foragidos não consta dos registros da Junta do Comércio, no entanto é possível concluir que estes escravos estavam em busca do rompimento com o sistema de trabalho em que estavam inseridos, porém não tiveram sucesso dessa vez.¹⁴⁷

No que tange o relacionamento entre senhor e escravo o que se percebe é que ambos procuraram realizar seus interesses como melhor puderam. Assim como a Fazenda de Santa Cruz, é possível que também na armação da Piedade a época dos particulares (período de sua fundação até 1801) tenha sido um momento de maior rigidez na administração, sendo essa afrouxada assim que a Fazenda Real toma a administração. Após 1801, no caso da Piedade, o administrador Jacintho se manteve na sua função, no entanto sem uma cobrança específica, o que fez com que este procurasse cuidar de seu patrimônio a exercer fiscalização sobre a propriedade. Isso se mostra evidente quando Jacintho passa a não mais residir na casa-grande da armação, e sim em outra propriedade sua. A queda da produção também data deste mesmo período.

2.7 O produto da pesca

A Armação da Piedade, além do óleo de baleia que produzia para o próprio consumo e para o fornecimento de outras praças, razão pela qual havia sido instalada, produzia também farinha de mandioca, um pouco de açúcar e aguardente, hortaliças e frutas para o sustento de seus trabalhadores. Porém a produção não se limitava a estes gêneros

¹⁴⁶ SCHWARTZ. Segredos Internos, p. 168.

¹⁴⁷ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 02: Notas da Armação da Piedade.

alimentícios. Os escravos teciam redes para a pesca, confeccionavam suas vestes, móveis, embarcações, remos, rodas, carros, cordas, cabos, barris, telhas e tijolos, ganchos, argolas, correntes de metal e mais coisas destinadas a suprir as necessidades que as atividades decorrentes da pesca da baleia, do beneficiamento do toucinho e da apuração do óleo necessitavam.

O que não era produzido na armação era enviado do Rio de Janeiro para o litoral catarinense através dos bergantins, sumacas, escunas e lanchas. Estas embarcações seguiam em direção a Vila Bela e Bertiooga (armações paulistas) e para a Nossa Senhora da Piedade, entrepostos que recebiam a maioria das embarcações e depois distribuíam os produtos para as demais armações catarinenses, conforme a necessidade.

Os trabalhadores escravos desempenhavam a funções de produzir alimentos e materiais para a pesca, porém era entre os meses de maio a setembro que estes se dedicavam ao trabalho de caça a baleia e beneficiamento do azeite, e mesmo de outros produtos derivados da baleia. As outras culturas, nesse período de safra, provavelmente ficavam em segundo plano, a não ser que colocassem estas tarefas a cargo das mulheres (o que não seria impossível, apesar do pequeno número de escravas mulheres na propriedade).

Cento e oitenta medidas de óleo, em média, aproximadamente, seria a capacidade de uma pipa, expressão generalizada a todas as peças do vasilhame, calculadas umas pelas outras. A medida custava 160 réis. E a produção média de óleo, por baleia, era de 16 pipas. Segundo os registros da Junta do Comércio, a Armação da Piedade em 1817, período em que a pesca já se encontrava enfraquecida, já havia pescado 39 baleias naquele mesmo ano, o que significava 585 pipas de azeite.¹⁴⁸

A distribuição do óleo da baleia ao povo, para iluminação de residências, de engenhos e mais estabelecimentos realizava-se por intermédio de um entreposto ou armazém, o estanco, localizado na vila onde se abasteciam os moradores daquele produto de tanta necessidade.¹⁴⁹

Entre os séculos XVII e XIX o mercado interno brasileiro teria absorvido a maior parte da produção de azeite, havendo a exportação do excedente para o Reino, principalmente durante o período

¹⁴⁸ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Parte 02: Notas da Armação da Piedade.

¹⁴⁹ ELLIS, Myriam. A baleia no Brasil Colonial, p. 129.

da administração de Inácio Pedro e Joaquim Pedro Quintela (1765-1801). Nesse período, do porto do Rio de Janeiro chegaram a zarpar, anualmente, para Lisboa, dez navios da Real Pescaria das Baleias. O transporte marítimo do produto até Lisboa não era fácil, com frequência estragava devido às longas viagens e más condições de armazenamento.¹⁵⁰

2.8 A decadência da Armação

A captura das baleias com o tempo sofreu diminuição significativa. Deveu-se a redução do número de baleias nas costas do Brasil, e a presença de baleeiros estrangeiros que passaram a caçar baleias também no setor ocidental do atlântico meridional. Conforme escreveu Jacintho Jorge dos Anjos em depoimento lavrado em 1820, até fins do século XVIII o número de baleias capturadas e a produção do azeite eram ainda expressivos.¹⁵¹

No período em que permaneceram as feitorias baleeiras do Brasil meridional sob administração da Real Fazenda, de 1801 a 1816, prosseguiu em declínio a captura de cetáceos por causa da ineficácia administrativa.¹⁵² Com o decréscimo das capturas de baleias seguiu-se certa desorganização na vida das feitorias do Brasil meridional, de Santa Catarina especialmente. A esta altura ingleses e norte americanos já frequentavam a costa catarinense, com métodos mais avançados de captura e beneficiamento do óleo, que chegavam a revender ali mesmo, no litoral catarinense. Além disso, pesou a falta de trabalhadores livres que passaram a se recusar a trabalhar por não mais receber seus pagamentos.

Lucas Boiteux relata que em 1816 o arremate por parte dos sócios Siqueira e Lima, Carneiro viúva e filhos e Joaquim Antônio buscou retomar a pesca, no entanto não foram bem sucedidos. Utilizando de pesquisa em documentos e correspondências entre autoridades, Lucas concluiu que Joaquim Antônio administrou por dois anos as armações catarinenses, porém não obteve sucesso. Sendo assim, Siqueira e Lima tomaram a administração. Lima veio para Santa Catarina em 1819, ainda assim o número de baleias arrematadas não cresceu de maneira satisfatória, não sendo possível enviar azeite para abastecer o Rio de Janeiro. Reuniram-se os sócios e um procurador

¹⁵⁰ ELLIS, Myriam. A baleia no Brasil Colonial, p. 130.

¹⁵¹ BRITO, Paulo José Miguel de. Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina, p. 402.

¹⁵² ELLIS, Myriam. A baleia no Brasil Colonial, p. 130.

dirigiu-se a Santa Catarina a fim de tirar Lima do comando, porém não obteve sucesso.¹⁵³

Mesmo com o arrendamento das armações por particulares entre 1816-1819 e os investimentos feitos neste momento – a Piedade chegou a receber 152 novos escravos – não foi possível retomar a rentabilidade de outros anos. No ano de 1827 todas as armações foram vendidas pela nação, exceto a Armação da Piedade. Nos anos de 1847-1848 os terrenos da Piedade foram repartidos entre os colonos alemães recém chegados na região, porém estes se dispersaram visto que aquelas terras não serviam para a agricultura.¹⁵⁴

Não há registros que evidenciem o destino destes escravos após o fechamento das armações. Os últimos registros encontrados que fazem menção à Armação da Piedade são os batizados de três crianças, crioulas, no ano de 1824, todos eram filhos legítimos e propriedade do contrato, assim como seus pais. No ano seguinte o escravo Rafael Crioulo foi batizado como sendo propriedade de um dos sócios do administrador da armação da pesca das baleias. O nome deste sócio não é mencionado, porém este era um dos sócios de Jacintho Jorge dos Anjos, administrador daquela propriedade durante todo este período. Rafael era filho legítimo de Maria Santiago, propriedade deste mesmo sócio, e Serafim, escravo da Armação, dado como propriedade da Fazenda Imperial do Nacional Contrato.¹⁵⁵ Foram padrinhos Luiz dos Santos Correia e Maria Luciana, ambos livres.

Os escravos mais idosos provavelmente se dispersaram. Já os escravos em idade de trabalho devem ter sido vendidos para particulares residentes da própria região. No entanto estas são apenas suposições, visto que não há registros da movimentação destes cativos. O que se sabe é que a armação da Piedade não teve o mesmo fim das armações do litoral baiano, onde comunidades escravas assumiram o trabalho na armação, utilizando a organização para exercer a prática da pesca artesanal.¹⁵⁶

¹⁵³ BOITEUX, Lucas. A pesca da Baleia, p. 11.

¹⁵⁴ BOITEUX, Lucas. A pesca da Baleia, p. 12.

¹⁵⁵ A maneira de se referir aos escravos do contrato mudou ao longo dos anos. Nesse momento eles passam a se referir a estes escravos como pertencentes da Fazenda Nacional.

¹⁵⁶ ELLIS, Myriam. A baleia no Brasil Colonial, p. 132.

3 Fortuna e Posse Escrava em São Miguel da Terra Firme

Os inventários nos permitem analisar as posses materiais dos indivíduos, que no momento da morte apresentasse alguns bens, alguma propriedade. No Brasil do início do século XIX a legislação dos inventários no Brasil orientava-se pelas antigas *Ordenações Filipinas*.

Neste capítulo essa importante fonte histórica será utilizada com o objetivo de apreender a fortuna dos residentes da Freguesia de São Miguel, analisando as atividades econômicas a que estas pessoas se dedicavam, em que tipo de propriedades estavam investindo, abordando as transformações ocorridas no perfil desta parcela da população no passar dos anos.

Para avaliar estas questões o período escolhido foi aquele compreendido entre as décadas de 1830 e 1860. A escolha deste período está centrada na disponibilidade dos inventários, que são a principal fonte de análise destas questões, assim como pelo fato de este ser um momento de transformações locais. Por ato do Conselho Administrativo da Província em primeiro de março de 1833, a freguesia de São Miguel foi elevada a vila.¹⁵⁷

Sendo assim, este capítulo busca através do estudo de 59 inventários *post-mortem* compreendidos entre os anos de 1830 e 1860, disponíveis no Fórum de Biguaçu e desvendar o perfil dos bens dos proprietários locais, a distribuição da posse escrava, seu valor monetário e o perfil dos escravos da região.

Bons exemplos de uso desta metodologia são os estudos empreendidos por João Fragoso, Manolo Florentino e Bert J. Barickman. Utilizando diferentes objetos e com diferentes objetivos de estudo, estes pesquisadores encontraram no estudo e análise de inventários as evidências que precisavam para sustentar suas teses. Em “Um Contraponto Baiano”, o autor Bert Barickman cruza diversas fontes com um conjunto de inventários referentes ao Recôncavo Baiano, no período compreendido entre os anos de 1760 a 1860, com o propósito de compreender três importantes lavouras da região: a de cana-de-açúcar, a de fumo e a de farinha de mandioca, destacando através da análise dos bens para partilha e das dívidas, a configuração da posse da terra local, a estrutura da posse escrava e a distribuição da mão de obra

¹⁵⁷SANTOS, Joaquim Gonçalves dos. *A Freguesia de SãoMiguel daTerraFirme: aspectos históricos e demográficos - 1750-1894*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1996.

predominante em cada cultura, suas técnicas, políticas e a interação entre as culturas de crioulos, africanos e livres.

Outros autores que merecem destaque na utilização dos inventários como fonte de pesquisa são Manoel Florentino e João Luiz Fragoso, em sua obra intitulada o “Arcaísmo como Projeto”. Analisando um conjunto de inventários referentes ao Rio de Janeiro e ao Vale do Paraíba Fluminense, no período de 1790 a 1835, os autores conseguem através de suas atividades e da distribuição das fortunas locais, identificarem a presença de uma elite mercantil e aristocrática estruturada a partir do comércio negreiro e da exportação.¹⁵⁸

A pesquisa com a utilização de inventários proporcionou o conhecimento de detalhes que tornaram possível a revisão de uma historiografia clássica que centrava seus estudos em um mercado exportador em detrimento do estudo do mercado interno brasileiro. O acesso a terras e a homens baratos permitia também aos homens pobres tornarem-se lavradores. Entretanto ficavam-lhes vedadas as atividades mais lucrativas (sobretudo aquelas ligadas ao mercado exportador). Logo, a mobilidade existia enquanto uma forma de viabilizar a incorporação dos agentes no processo produtivo.

Partindo então de uma leitura estruturada na análise dos montantes de bens alcançados pelos inventariados e a distribuição do capital (fosse ele em terras, casas, engenhos, escravos, criações, etc.), poderemos melhor compreender como se estruturava o sistema escravista nesta freguesia. Nos inventários analisados neste trabalho, todas as posses de uma pessoa falecida eram avaliadas para que se procedesse a partilha entre os herdeiros, para permitir a dedução de dívidas, impostos, custo do processo. Sendo assim é possível extrair desta documentação informações acerca das produções locais, concentração de capital, posse escrava, entre outros pontos.

Para a melhor compreensão das informações, sobre os bens arrolados seguiu-se o critério de identificar as terras, casas e engenhos, a mão-de-obra e as criações, partindo assim dos valores declarados para cada item, a fim de mapear a distribuição de investimentos, identificando qual setor concentrava a maior parte do capital acumulado pelos inventariados.

¹⁵⁸FRAGOSO, J.L. & FLORENTINO, M. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em um uma economia tardia. Rio de Janeiro c.1790 - c.1840”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

3.1 A Propriedade em São Miguel da Terra Firme

Joaquina Pereira, moradora da Freguesia de São Miguel, falecida no ano de 1838, era casada com José de Souza Machado para quem deixou sua herança. Esta consistia apenas de uma casa coberta de telha avaliada em 13\$000 além de alguns pertencentes em cobre, totalizando um patrimônio de 29\$200 réis. Porém não era este o perfil típico dos moradores desta região.¹⁵⁹

Na mesma década, no ano de 1833 faleceu Antônio Machado Lourenço; era casado com Maria do Rosário e morava na Freguesia de São Miguel da Terra Firme, mais precisamente na região próxima ao Rio Quebra-Cabaços, onde estava situada sua residência e um conjunto de terras de sua propriedade, todos avaliados em 803\$700. E não era só isso que Antônio Machado possuía em seu nome. Entre os tachos e fornos de cobre, este possuía um engenho de farinha avaliado em 16\$000, local onde seus escravos provavelmente estavam empregados. Estes eram em número de 13, sendo nove homens e quatro mulheres.¹⁶⁰

Estes escravos eram crioulos, exceto dois: João que veio do Congo e foi avaliado em 350\$000 e Joaquim, também de origem Conga, avaliado em 250\$600. Os escravos de Antônio Machado Lourenço foram avaliados em 3:460\$600, o que representava aproximadamente 78% dos bens listados em seu nome. As casas e terras representavam os outros 18% dos bens, estando os demais 4% distribuídos em um engenho de farinha, cobre e em novilhos, estes últimos representando apenas 2% do valor total dos bens de Antônio Machado Lourenço, totalizando um patrimônio no valor bruto de 5:250\$580.

Organizei os inventários em dois momentos distintos, o primeiro abrangendo as décadas de 1830 e 1840, e o segundo momento centrado apenas nos inventários correspondentes a década de 1850. A distribuição dos inventários nestes dois períodos se deu porque devido a própria distribuição temporal da documentação, visto que há uma maior disponibilidade de inventários para a década de 1850. Analisando os montes brutos de todos os 61 inventariados analisados para o período proposto, teremos:

¹⁵⁹ Inventário de Joaquina Pereira, 1838. Fórum de Biguaçu.

¹⁶⁰ Inventário de Antônio Machado Lourenço, 1833. Fórum de Biguaçu.

Tabela 9: Faixas de fortuna, São Miguel 1830-1860

Fortuna	1830 - 1849	%	Total	1850 a 1860	%	Total
Até 2:000\$000	13	56,5	10:877\$158	25	69,5	19:699\$766
De 2:000\$000 a 5:000\$000	7	30,5	18:781\$800	8	22,2	21:734\$540
Mais de 5.000\$000	3	13	11:553\$220	3	8,3	31:415\$260
Total:	23	100	41:212\$178	36	100	72:849\$566

Fonte: Inventários post-mortem da Freguesia de São Miguel da Terra Firme 1830-1860. Fórum de Biguaçu.

Analisando a tabela 01 é possível perceber é que a maioria dos inventários possuía montes brutos com valores inferiores a 2:000\$000 contos de réis, seguidos pelos inventários que possuem montes brutos de 2:000\$000 a 5:000\$000 contos de réis e por último, e em menor número, temos aqueles inventários que possuem mais de 5:000\$000 contos de réis na avaliação de seus bens. Isso ocorre em ambos os períodos.

O padrão de concentração dos bens é diferente nos dois períodos, entre 1830 a 1849, temos uma maior concentração de valores nos 30,5% dos inventários que possuíam entre 2:000\$000 e 5:000\$000 contos de réis em bens avaliados, totalizando 18:781\$800 contos de réis. Já no segundo período analisado, aquele compreendido entre os anos de 1850 e 1860, a análise será diferenciada. A concentração maior da riqueza estará com a minoria dos inventariados; apenas 8.3% dos inventariados do período concentravam 31:415\$260 contos de réis, como demonstra a tabela acima. Esses dados demonstram que entre os anos de 1830 a 1849 tínhamos como característica uma maior distribuição, mesmo que hierarquizada, da riqueza, alterada no período seqüente.

Outro ponto importante de ser ressaltado é que para o período de 1850 a 1860, os três inventariados com fortunas superiores a 5.000\$000 possuíam patrimônios muito superiores aos do período anterior. Essa maior concentração de riqueza se dá em dois setores importantes: nos escravos de suas propriedades e nas suas terras.

Esse esquema de distribuição dos inventários em dois períodos já aparece no trabalho de Kátia Mattoso. Trabalhando com o século XIX para a Bahia, Mattoso constatou que no primeiro período por ela estudado, que compreendia os anos de 1801 a 1850, os inventários com a maior concentração de bens dividiam a maior parte da riqueza entre eles.¹⁶¹

João Fragoso, pesquisando dados levantados para o Rio de Janeiro para o fim do século XVIII e início do XIX, e Maria Lucília Viveiros Araújo, em seu trabalho acerca dos inventariados paulistanos na primeira metade do oitocentos, apontam para a mesma tendência já apontada por Kátia Mattoso para a Bahia no século XIX. Em linhas gerais estes estudos apontam que a riqueza teve sua mais alta concentração nos grupos mais ricos das suas respectivas localidades. Estes resultados convergem com os resultados alcançados para o segundo período de inventários da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, no entanto divergem dos resultados alcançados para esta localidade no período de 1830 a 1849.¹⁶²

Se analisarmos de maneira mais detalhada os dois períodos, identificando em que propriedades estas riquezas estavam distribuídas, concluiremos que para o período correspondente às décadas de 1830 e de 1840 há uma concentração dos recursos investidos em escravos. Nos casos analisados para este período, mais de 50% do patrimônio dos residentes da região estiveram concentrados nestes bens, e em apenas três casos não há a presença deste tipo de investimento entre os bens inventariados. As casas, as terras e os engenhos aparecem nestas décadas como o segundo maior propriedade dos proprietários locais, seguidos pelas criações de gado, ainda de pouca expressão, sendo estas provavelmente apenas utilizadas para a manutenção dos engenhos e demais trabalhos nas fazendas. Na década de 1850 essa predominância da propriedade escrava não se mantém.

Se os escravos eram mão de obra frequente, a presença de engenhos em seus inventários nos dará indícios das atividades a que estes senhores se dedicavam, onde empregavam essa mão de obra cativa

¹⁶¹ Mattoso, Kátia M. Q. Bahia no Século 19 - uma Província no Império. Rio: Nova Fronteira, 1992, pg 661.

¹⁶² FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

adquirida ao longo dos anos, principalmente através do tráfico transatlântico.

Analisando os dados de outra forma, para o período de 1830 a 1860, temos que em 60% dos inventários há a presença de engenhos de farinha entre os bens e em torno de 40% dos proprietários não há a incidência de engenhos, fossem eles de farinha ou cana, entre seus bens.

Observando então as propriedades listadas nos inventários é possível perceber que aproximadamente 35% dos inventariados possuíam apenas engenhos de farinha. Este era o caso de José de Simas e Silva casado com Anna Maria de Silva e falecido em 1857. José possuía uma escrava, avaliada em 800\$000 e um engenho de produzir farinha, avaliado em 150\$000.¹⁶³

Em 25% dos inventários encontrados para esta freguesia temos a ocorrência de engenhos de farinha e de açúcar na mesma propriedade. Este era o caso de Frutuoso Correia de Mello que dispunha de um engenho de farinha avaliado no ano de 1858 em 50\$000 e um engenho de moer cana, avaliado em 57\$000.

Entre os proprietários de engenhos de farinha, em 29% dos casos podemos encontrar além da ocorrência do engenho na propriedade, também a presença de roças de mandioca, o que confirma a produção do gênero no local, assim como indica a predominância da produção de farinha na região neste momento da sua história. Frutuoso Correia, já citado anteriormente, era um destes homens. Além de seus engenhos, este possuía uma roça de mandioca, que na época foi avaliada em 36\$000.

Um exemplo importante deste momento é o do Capitão Manuel Teixeira. Quando da morte de sua esposa em 18 de agosto de 1847, mais de 10% do valor de seus bens eram compostos por investimentos na plantação de mandioca e na produção da farinha. Além disto, esta ainda possuía um engenho de moer cana e produzir açúcar, o que demonstra que seus bens se encontravam distribuídos em mais de uma produção, mesmo que a farinha fosse a produção predominante em sua propriedade. Mas o maior de seus investimentos era mesmo a propriedade escrava, que perfazia pouco mais de 50% do total de bens apresentados em seu inventário.¹⁶⁴

Um perfil diferente é o encontrado no inventário de Faustina Maria Vieira, esposa do Major Sabino da Gama Lobo, falecida no ano

¹⁶³ Inventário de José de Simas e Silva, 1857. Fórum de Biguaçu.

¹⁶⁴ Inventário da esposa do Capitão Manoel Teixeira, 1847. Fórum de Biguaçu.

de 1845. Sua produção estava voltada exclusivamente para a produção de farinha de mandioca; os investimentos na estrutura para esta produção perfaziam cerca de 70% dos seus bens. Outra diferença no perfil aqui encontrado para o de anteriormente apresentado, é a pequena incidência de escravos em sua propriedade, compondo apenas 5% das suas riquezas. Um hipótese é de que os cativos já tivessem sido doados para seus filhos, no entanto não há registros que confirmem essa possibilidade.¹⁶⁵

Para a década de 1850 encontraremos um número maior de informações, já que cresce a disponibilidade de material a ser analisado. Se entre os anos de 1830 e 1849, dos 23 inventários a que tivemos acesso, apenas em quatro casos não há registro de escravos entre os bens listados, década de 1850, dos 36 inventários analisados, encontramos 18 onde os escravos não fazem parte dos bens dos inventariados, ou seja, 50% do total. Novamente podemos citar o caso de Frutuoso Correia de Mello, casado com Jacintha Mariana, falecido em 1858. Seus bens estavam concentrados em terras, casas e engenhos, perfazendo 83% do valor de seu inventário, estando os demais bens distribuídos em gado, canoas e ferramentas.¹⁶⁶

Dos 50% dos inventariados da década de 1850 que possuíam escravos entre seus bens, na metade dos casos compunha mais de 50% da riqueza dos proprietários, sendo seguidos pelos investimentos em casas, terras e engenhos, com um pequeno montante centrado no gado e em ferramentas. Este era o caso de Sebastião dos Santos Bittencourt, casado com Alminda Cândida, falecido em 12 de maio de 1850 e que possuía 66% dos seus bens compostos por escravos, 26% em casas, terras e engenhos e o restante investido em gado e outras ferramentas. Seus escravos eram em número de oito, sendo seis homens e apenas duas mulheres. No que tange as questões referentes à origem, quatro eram africanos vindos de diferentes regiões, dois do Congo, um Moçambique e um Mina. Já os crioulos eram fruto do crescimento vegetativo da população local, filhos da escrava Rita, de Nação Congo, propriedade deste mesmo casal. Entre os crioulos, no ano do inventário, Agostinho possuía oito anos de idade; Maria quatro; Damazio dois; e Adão possuía apenas três meses de idade. É provável que o proprietário tenha investido em cativos africanos e como complemento utilizou o crescimento vegetativo da população.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Inventário de Faustina Maria Vieira, 1845. Fórum de Biguaçu.

¹⁶⁶ Inventário de Frutuoso Correia de Mello, 1858. Fórum de Biguaçu.

¹⁶⁷ Inventário de Sebastião dos Santos Bittencourt, 1850. Fórum de Biguaçu.

Mas este ainda não era o perfil mais comum para o período. Se analisarmos o conjunto dos inventários desta década o que podemos perceber é que aproximadamente 70% dos inventariados concentravam os seus investimentos em terras, casas e engenhos, como era o caso de Ventura Correia, que falecido em 30 de agosto de 1850, possuía mais de 70% dos seus bens investidos neste tipo de propriedade, entre eles um engenho de farinha, porém mantendo ainda certo número de trabalhadores escravos que perfaziam em torno de 20% do total dos seus bens. Estes escravos eram em número de dois, um homem e uma mulher listados como Congos.¹⁶⁸

Assim como Sheila de Castro Faria encontrou para a Capitania de Paraíba do Sul, as casas aqui também apresentam apenas algumas características referentes ao seu tamanho, e ao tamanho relativo ao terreno, no entanto outros aspectos como o número de portas e cômodos não são descritos nos inventários desta localidade, o que dificulta o reconhecimento da imponência destas e sua evolução no decorrer do período.¹⁶⁹

Observando de outra maneira ainda temos que 64% dos inventariados se dedicavam de alguma maneira à produção da farinha de mandioca em suas propriedades. Como exemplo é possível ressaltar o caso de José de Simas e Silva, falecido em 1857 deixando viúva Anna de Simas, possuía entre seus bens um engenho de farinha de mandioca, avaliado em 150\$000 e que perfazia 6% do valor total dos seus bens, que eram compostos principalmente por terras e casas, avaliados em 1:883\$000 além de escravos avaliados em 800\$000. No total, os bens de José de Simas e Silva foram avaliados em 2:858\$600.

José Augusto Leandro, trabalhando com os inventários da segunda metade do século XIX na Comarca de Paranaguá, Paraná, concluiu que 70% dos inventariados daquela localidade possuíam algum vestígio de produção de farinha, fosse uma ferramenta, plantação ou engenho.¹⁷⁰ Se compararmos com os dados obtidos para a Freguesia de São Miguel veremos números semelhantes, o que confirma para uma larga produção deste gênero na região meridional brasileira no período.

Analisando o perfil dos inventariados nos dois momentos temos que: no primeiro momento os ativos se concentravam principalmente

¹⁶⁸ Inventário de Ventura Correia, 1858. Fórum de Biguaçu.

¹⁶⁹ SLENES, Robert e FARIA, Sheila de Castro. *Família Escrava e Trabalho*. Tempo, volume 3, n. 6, Dezembro de 1998.

¹⁷⁰ LEANDRO, José Augusto. *A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná*. Revista Brasileira de História, vol. 27, n. 54, São Paulo: 2007.

nos cativos, fossem eles crioulos ou africanos. Estes eram principalmente escravos do sexo masculino e em idade de trabalho. Já a partir da década de 1850 se iniciará uma mudança no perfil dos inventariados, com a progressiva queda no número de escravos, apesar de estes terem se valorizado individualmente, que antes figuravam como a principal aplicação do capital dos inventariados, mas que nesse período começa a cada vez mais perder sua importância entre os bens listados. Houve a diminuição na quantidade de escravos, porém houve uma valorização destes individualmente.

Ao passo que temos uma diminuição de cativos temos o crescimento da concentração dos ativos em imóveis, sendo possível também constatar um pequeno crescimento nos bens animais, que antes possuíam mínima representatividade nos bens dos inventariados. Esta afirmação irá corroborar o que foi colocado por Sheila de Castro Farias, quando analisando dados referentes à Vila de São Salvador, onde a produção açucareira era destaque. A autora ressalta que é no decorrer século XIX que as construções simples começaram a ser substituídas por “casas mais sólidas, com maior conforto e com muito mais móveis e utensílios, indicativo que a habitação e seus recheios simbolizavam o poder econômico, social e político”¹⁷¹, o que fez com que este setor fosse tendo representatividade cada vez maior entre os bens dos inventariados.

Se ao passar dos anos, cada vez mais, os bens imóveis irão compor a maior parte da fortuna dos inventários, resta tentar compreender o fato de os escravos perfazerem cada vez menos o principal bem dos inventariados do segundo período analisado. Enquanto na Capitania de São Paulo havia um crescente investimento nestes bens, temos o oposto sendo encontrado para a localidade de São Miguel, onde a queda após 1850 é constante.

Esta alteração no perfil dos bens dos inventariados vai de encontro com a aplicação das leis de proibição do tráfico de escravos, que apesar de já estarem em vigor desde 1831, apenas após 1850 é que terão efeitos mais concretos sobre a utilização da mão de obra cativa nas fazendas e engenhos da região. Se nas décadas de 30 e 40 os escravos tinham grande representatividade entre os bens dos inventariados, na década de 1850 temos uma queda no número de cativos.

¹⁷¹FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 363.

3.2 A Distribuição da Riqueza Seguindo Critérios Econômicos

No item anterior analisamos os perfis de alguns casos representativos, tentando demonstrar a riqueza em São Miguel da Terra Firme seguindo o critério de dividir os inventários em dois períodos distintos, um período que compreendia os anos de 1830 a 1849 e outro que abarcava os anos de 1850 a 1860. Agora iremos dividir os inventários em faixas de riqueza para cada um dos dois períodos.

A divisão se dá em três faixas distintas. A primeira compreende todos os inventariados que possuíam bens avaliados em até 2:000\$000 contos de réis; o segundo compreende aqueles que variavam entre 2:000\$000 e 5:000\$000 contos de réis; e finalmente o terceiro, que compreendia os indivíduos mais ricos da região e compreendia os inventariados com mais de 5:000\$000 contos de réis listados em seus inventários.

O primeiro grupo, que aqui denominaremos como grupo C é composto por 38 inventários que somam um total de 30:576\$924 contos de réis. No grupo que denominaremos grupo B foram encontrados 15 inventários que somavam um valor total de bens de 40:516\$340 contos de réis. Já o grupo dos mais abastados, o grupo A, possui um total de apenas seis inventários, mas que possuíam bens que totalizaram 42:968\$480 contos de réis, conforme nos propõe a Tabela 09 logo no início deste capítulo.

A primeira conclusão a que podemos chegar diante destes dados é que no geral o que temos é uma concentração de riqueza na mão de poucos inventariados, o que não foge dos dados encontrados por outros autores para localidades de diferentes regiões e atividades econômicas.

No grupo composto pelos proprietários mais abastados da região, o grupo A, todos estes se utilizavam da mão de obra escrava, no entanto estes possuíam menor participação entre os bens, visto que em apenas metade dos casos estes compunham mais de 50% dos bens, e em nenhum caso este ultrapassou o índice de 70%. Neste grupo, o que temos é uma maior concentração de bens imóveis, como a listagem de casas, terras e engenhos, predominantemente os de farinha de mandioca. Além disso, nesse grupo as terras possuem um valor superior aos do grupo anterior.

Maria Lucília Viveiros Araújo pesquisa período semelhante, no entanto a autora dividiu as faixas de riqueza em grupo A, com valores superior a 50:000\$000; B, superior a 10:000\$000; e C, até 10:000\$000;

visto que os padrões encontrados para os inventários do oeste paulista, onde a produção açucareira era intensa neste período, são superiores aos padrões de riqueza encontrados para São Miguel da Terra Firme, onde a produção voltada para a subsistência e o mercado interno trazem padrões de vida inferiores aos lá encontrados.

Em seu levantamento a autora concluiu que também neste caso a maioria dos investimentos estava em escravos, seguido de perto pelos investimentos em bens imóveis, convergindo com os dados encontrados para a Freguesia de São Miguel da Terra Firme.¹⁷²

Na classe intermediária, ou grupo B, todos os inventariados possuíam escravos entre seus bens, e mais, em 80% dos casos analisados os escravos perfaziam mais de 50% da riqueza do proprietário, sendo que destes, 26% ultrapassaram 70% do valor total dos bens. Estes dados demonstram que nesta faixa a mão de obra escrava exercia fundamental importância na composição da fortuna destes moradores. Os demais bens estavam principalmente concentrados nos bens imóveis, como terras, casas e neste caso também engenhos. Comparando novamente com os dados de Viveiros Araújo temos que neste grupo, no Oeste Paulista os investimentos estavam concentrados em dívidas ativas, seguidas pelos investimentos em imóveis, com os escravos figurando apenas em terceiro lugar, o que difere e muito do que encontramos para esta Freguesia.

Por último, entre os inventariados menos abastados, aqueles que compunham o grupo C, há aproximadamente 58% deles sem possuir nenhum escravo entre seus bens, concentrando seus bens então em propriedades imóveis, com destaque para as terras. Entre os 42% que possuíam escravos, em aproximadamente metade dos casos os escravos perfaziam mais de 50% das suas propriedades, já que a outra metade concentrava seus bens em imóveis e, em menor escala, em animais.

No Oeste Paulista, o grupo C também era composto por aqueles que concentravam seus bens principalmente em imóveis, com a baixa incidência de cativos, o que demonstra que estes tinham um pequeno acesso a essa mão de obra, o que os distanciava economicamente dos demais grupos.

O que podemos concluir, com base nos dados propostos acima, é que a figura do escravo era determinante nesta sociedade e que sua participação era fundamental no processo de acumulação de riqueza das diferentes camadas da sociedade naquela localidade. O acesso ou não a

¹⁷² ARAÚJO, M. L. V. op cit. p. 152-180.

este tipo de mão de obra se mostra determinante para a colocação social daqueles indivíduos. Visto isto, o próximo tópico busca analisar de maneira mais detalhada a composição da propriedade cativa, suas origens e procedências, para melhor compreender sua importância na sociedade da Freguesia de São Miguel da Terra Firme.

3.3 Posse Escrava

Os dados demonstrados até aqui apontam para uma participação importante dos escravos na fortuna dos inventariados nos diferentes momentos desta freguesia. Agora se torna importante apurarmos a concentração de escravos por faixa de propriedade e período.

Para isso, o primeiro dado que precisa ser levantado é o referente a parcela dos inventariados que possuíam cativos entre os seus bens, conforme nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 10: Propriedade Escrava entre os inventariados de São Miguel entre 1830-1860

Especificação	1830-1849		1850-1860	
	Inventários	Porcentagem (%)	Inventários	Porcentagem (%)
Sem posse escrava	3	13	18	50
Com posse escrava	20	87	18	50

Fonte: Inventários post-mortem da Freguesia de São Miguel da Terra Firme 1830-1860. Fórum de Biguaçu.

Os dados acima apresentados demonstram o predomínio do grupo de inventariados que usufruía da mão de obra escrava como arranjo de trabalho nas suas propriedades. Mesmo que o número de senhores proprietários de escravos tenha caído após 1850, estes continuavam a representar 50% dos inventariados, o que demonstra ainda uma importante participação destes trabalhadores naquela economia. A porcentagem de inventariados que tem acesso a escravos

no primeiro período proposto é extremamente alto, o que demonstra a importância que este tipo de mão de obra representava praquela sociedade naquele momento.

Por outro lado, a queda no acesso aos cativos se choca com o momento em que a repressão ao tráfico torna-se mais incisiva e consequentemente há uma valorização dos escravos. Essa queda sugere que um destes dois aspectos esteja trazendo conseqüências para as relações de trabalho nesta freguesia. Ainda assim, mesmo com esta queda, o fato de termos 50% dos inventariados como proprietários de escravos é um número representativo.

No Ribeirão da Ilha, freguesia localizada em Desterro, na Ilha de Santa Catarina, região que também compunha o litoral catarinense, onde também havia a incidência de uma armação de pesca de baleia, temos que em 1843, apenas 40% dos fogos possuíam mão de obra escrava em seus domínios, o que mostra uma maior distribuição dos cativos pelas residências de São Miguel da Terra Firme.¹⁷³

Se extrairmos dos inventários apenas os proprietários de cativos e analisarmos o número de escravos que cada um dispunha sob seus comandos, poderemos observar o tamanho dos plantéis de cativos e analisar se houve alguma alteração nesse quadro a partir de 1850, após a Lei Eusébio de Queirós.

Tabela 11: Faixas de posse escrava entre inventariados de São Miguel 1830-1860

Número de Escravos	1830-1849		1850-1860	
	No.	%	No.	%
De 1 a 5	12	60	14	77,8
De 6 a 10	6	30	3	16,7
Mais de 11	2	10	1	5,5
Total	20	100	18	100

Fonte: Inventários post-mortem da Freguesia de São Miguel da Terra Firme 1830-1860. Fórum de Biguaçu.

¹⁷³ ZIMMERMANN, Fernanda; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.

Os dados apresentados na Tabela 11 demonstram o predomínio do grupo de proprietários que possuía de um a cinco escravos, constituindo 60% dos inventários pesquisados para o período. Em um universo de 95 escravos, este grupo detinha 27,38% dos cativos. Seguindo a mesma lógica, os possuidores de plantéis de 6 a 10 escravos representavam 30% dos inventariados, sendo responsáveis por 46,31% do total de cativos, enquanto aqueles cujos plantéis eram compostos 11 escravos ou mais representavam 10% dos inventários, detendo 26,31% dos cativos.

É possível perceber que apesar do maior número de inventariados possuírem entre um e cinco cativos, é na faixa de 6 a 10 cativos que iremos encontrar a maior concentração dos cativos da região. Em outras palavras, quase a metade dos escravos da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, entre os anos de 1830 e 1849, viviam em plantéis que oscilavam entre 6 a 10 cativos.

Se elaborarmos a mesma análise para os dados da Tabela 11, veremos também o predomínio do grupo que possui de um a cinco escravos, constituindo 77,8% dos inventariados. Em um universo de 71 escravos, este grupo detinha 45% dos cativos da época. Já os possuidores de plantéis que variavam entre 6 e 10 cativos constituíam 16,7% dos inventariados e eram detentores de 38% dos escravos. Já o único inventariado que possuía mais de 11 escravos em sua propriedade, este era detentor de 17% dos cativos da região para este período.

Estipulando uma comparação entre as duas tabelas que se propõem a apresentar as faixas de plantéis em que os inventariados estavam inseridos, vamos perceber que houve uma diminuição nos plantéis, havendo cada vez mais uma concentração dos escravos nestes pequenos plantéis que contavam apenas com um a cinco escravos.

Outro importante fator que merece ser ressaltado e que vai contribuir para melhor entendermos a posse escrava na região é o sexo e a origem destes cativos que constituem estes inventários.

Tabela 12: Sexo e Origem dos escravos de São Miguel 1830-1860

	1830-1849				1850-1860			
	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%
Africanos	26	8	34	36	20	8	28	34,5
Crioulos	34	27	61	64	26	27	53	65,5
Total	60	35	95	100	46	35	81	100
%	63%	37%	3,8 escr/prop		57%	43%	2,25 escr/prop	

Fonte: Inventários post-mortem da Freguesia de São Miguel da Terra Firme 1830-1860. Fórum de Biguaçu.

A tabela acima indica que a escravaria da região era composta essencialmente por cativos do sexo masculino e crioulos, apesar de apontar um bom número de homens africanos vivendo na região nos dois períodos. O mesmo não ocorre para as mulheres africanas, já que estas pouco apareciam entre os bens dos inventariados da região. Esse indício já havia aparecido entre os escravos da Armação, e agora repete-se novamente para os cativos da freguesia de São Miguel: a pouca presença feminina entre os escravos, o que acabava por diminuir as chances de casamento e de formação de famílias, principalmente no caso das propriedades produtoras de farinha que limitavam-se a pequenos plantéis de cativos.

Para este capítulo, o que se pode concluir é que a mão de obra escrava, mesmo que em pequena escala, acompanhou os inventariados de São Miguel e mostrou-se parcela importante nas fortunas ali estabelecidas.

4 População escrava em São Miguel da Terra Firme:

Até agora, acompanhamos a formação da Freguesia de São Miguel da Terra Firme e o perfil da população que ali vivia em dois momentos distintos da primeira metade do século XIX. O primeiro momento é o de 1816, quando do retrato fornecido pelo inventário e demais documentos produzidos para a Armação da Piedade. Já o segundo momento é dado pelo conjunto de inventários da Freguesia de São Miguel que compreende os anos de 1830 a 1860.

Estudamos a Armação da Piedade, grande unidade produtora que estava inserida naquele território e através dos inventários post-mortem de residentes da região foi possível acompanhar a estrutura econômica voltada para a produção de alimentos e dependente da mão de obra escrava que sobreviveu a decadência e se encontrava em seu auge na primeira metade do século XIX. Neste capítulo a proposta é dar enfoque para uma camada específica da população de São Miguel: aqueles mantidos como escravos.

Através da pesquisa dos inventários no capítulo anterior, ficou claro que os escravos exerceram papel de extrema importância nesta economia, visto que estes durante longo período representavam significativa parcela da mão de obra das propriedades. Este capítulo se propõe a discutir a população escrava diante da população total da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, suas origens e a possibilidade que estes possuíam de formar famílias, seu acesso a determinados recursos, entre outros aspectos que nos possibilite recriar suas vidas dentro do sistema em que estavam inseridos. É também objetivo deste capítulo demonstrar a forma como as relações de compadrio auxiliaram na expansão dos laços familiares destes escravos, ampliando a rede social destes cativos. Por último, é objetivo aqui também demonstrar as possibilidades de acesso à liberdade que estavam disponíveis.

4.1 População escrava e suas origens

O litoral catarinense foi, por muitos anos, tratado como uma economia pouco dinâmica, ou periférica e este aspecto foi largamente utilizado para explicar a pequena proporção de escravos na população e sua concentração em atividades domésticas.¹⁷⁴ No entanto, os mesmos

¹⁷⁴ Ver, por exemplo, em PIAZZA, Walter. *O Escravo numa Economia Minifundiária*. Florianópolis: UDESC / Editora Resenha Universitária, 1975.

autores que promoveram estas informações trazem dados que contradizem o que haviam proposto. A população escrava da capitania de Santa Catarina representava 23% do seu total em 1810, enquanto na capital da capitania, Desterro, a população escrava representava 26,5%, ou mais de um quarto de todos seus habitantes.¹⁷⁵

Em São Miguel, como é possível observar na tabela dois, exposta no primeiro capítulo deste trabalho, também no ano de 1810 a população escrava representava em torno de 26% da população total da freguesia. Quatro anos mais tarde, em 1814, os escravos de São Miguel chegaram a perfazer 28,67% da população total.¹⁷⁶ Em contraste, no Recôncavo Baiano, mais especificamente na Freguesia de Nazaré, onde a farinha de mandioca também era destaque da economia local, 40,8% do total da população era composta por escravos no ano de 1779. Em 1825-1826, no Arraial de Belém da Cachoeira e distritos rurais próximos, também no Recôncavo Baiano, porém nas propriedades produtoras de fumo, 27,4% da população era escrava.¹⁷⁷ Levando em conta estes dados, podemos entender que o litoral catarinense, em especial São Miguel da Terra Firme, possuía número significativo de escravos, não diferindo totalmente de regiões onde a economia de exportação estava presente.

Outro argumento levantado pelos autores de uma historiografia mais tradicional era o caráter da economia local, voltada para a agricultura de alimentos para a subsistência, e não para a exportação. Esta, segundo os autores, utilizava de mão de obra familiar, sendo que os poucos escravos concentravam-se no trabalho doméstico.¹⁷⁸ No entanto, não é isso que percebemos através das fontes coletadas. Mesmo não contando com as grandes fazendas e o dinamismo que a produção de açúcar proporcionou a regiões como o Recôncavo Baiano, os dados acerca da presença escrava em Santa Catarina apontam para um sistema escravista dinâmico, integrado ao mercado interno, contradizendo assim que a historiografia tradicional havia proposto.

Já com base nos dados expostos na tabela dois, o que podemos perceber é que em todos os anos a população escrava apresentou um

¹⁷⁵CARDOSO, Fernando Henrique, e Octávio IANNI. Cor e mobilidade social Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960, p. 84-86.

¹⁷⁶Ofício de D. Luís Maurício da Silveira ao Marquês de Aguiar, remetendo mapas com dados estatísticos sobre a economia e população da capitania, bem como o movimento de embarcações no ano de 1814. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. I-31,29,18 no. 6.

¹⁷⁷BARICKMAN, Bert. Op cit. p. 214-215.

¹⁷⁸PIAZZA, Walter. Op cit.

predomínio de homens. No ano de 1795, que é o primeiro momento em que encontramos dados concretos acerca da composição da população escrava os homens perfaziam 79% dos cativos. Nos anos seguintes estes números diminuíram, sendo que em 1803, 74,7% eram homens; em 1810, 62,5% eram do sexo masculino. Novamente em 1814 tivemos uma leve alta na porcentagem de homens escravos, chegando estes a perfazerem 71% dos cativos. O que se vê então é uma grande proporção de africanos entre os escravos, com tendência a crioulização.

O peso da presença de africanos nestes números fica clara, já que no crescimento vegetativo costuma haver um equilíbrio na proporção homens e mulheres. Esta desproporção tende a ser, em parte, resultado do tráfico atlântico de escravos africanos, já que durante toda a era colonial, a dependência do tráfico marcou características na população cativa brasileira, características estas que provocaram consequências sociais e demográficas para a história da escravidão no Brasil, conseqüentemente, também nesta freguesia.

Os números encontrados em 1795 que nos evidenciam esta brusca desproporção entre homens e mulheres é superior ao desequilíbrio dos sexos gerado pelo tráfico, o que demonstra que além de virem mais homens africanos para o Brasil, os senhores locais também escolhiam adquirir um número maior de homens para o trabalho nas suas propriedades.

A primeira característica marcante, apontada por Stuart Schwartz quando se dedicou ao estudo dos escravos do Recôncavo Baiano, foi a supremacia masculina nos momentos de escolha na importação dos cativos. Esta preponderância masculina pode ter sido causada pela preferência dos senhores e pela reduzida importância dada por eles à capacidade reprodutiva das mulheres.¹⁷⁹

Para tentar firmar a hipótese de que a desproporção de homens e mulheres fosse um resultado da compra de escravos novos e da preferência por braços masculinos, outras fontes foram utilizadas. Se analisarmos o total dos batizados de africanos ocorridos em São Miguel da Terra Firme entre os anos de 1798 e 1851, podemos confirmar esta afirmativa e veremos que a desproporção era ainda maior que a apresentada pelos mapas populacionais, visto que 79,5% destes africanos novos eram homens e apenas 20,5% de mulheres¹⁸⁰. Fica claro então que os senhores de São Miguel compravam oito homens em cada

¹⁷⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. P. 286.

¹⁸⁰ AHESC. Livros de Registros de Batismos 1 e 2 – 1798-1838 e 1824-1856.

dez africanos, já que nos nascimentos temos uma tendência ao equilíbrio dos gêneros.

Assim, os homens representavam a maioria dos escravos da região, refletindo um tráfico selecionado onde a compra de cativos do sexo masculino era privilegiada, já que em locais onde o crescimento vegetativo é a principal fonte de reprodução da escravaria, há um equilíbrio entre o número de homens e mulheres. Estes números demonstram uma disparidade ainda maior do que a encontrada para a Bahia, visto que para o Recôncavo no final do século XVIII e início do XIX, Schwartz encontra entre 30 e 40% de mulheres provenientes do tráfico, já em São Miguel este número cai para pouco menos de 20%.

Se utilizarmos os inventários pesquisados entre os anos de 1830 e 1860 como uma fonte para a pesquisa acerca da porcentagem de homens e mulheres no total da população escrava, teremos que num total de 154 escravos listados em 38 inventários havia um total de 100 homens, 65% e apenas 54 mulheres, ou seja, apenas 35% dos cativos.¹⁸¹

Pensando na origem destes escravos, temos que do total de 100 homens, 52 deles, ou melhor, 52% eram crioulos, totalizando 48% de africanos. Já entre as mulheres temos que do total de 54, 43 delas, ou melhor, 80% eram crioulas. Os números encontrados com base nos inventários pesquisados diferem um pouco daqueles encontrados através dos mapas populacionais e dos registros de batismo. Por ser um período mais adiantado é bem provável que aqui já houvesse ocorrido um processo de criouliização da população, ainda assim os dados apontam em uma mesma direção: para uma maioria masculina entre os escravos da Freguesia de São Miguel da Terra Firme.

Se considerarmos os estudos que revelam que o crescimento vegetativo da população produz como resultado um equilíbrio no número de homens e mulheres, com leve preponderância no número de mulheres, esta grande superioridade masculina, constatada através da observação de diferentes fontes de pesquisa, leva a concluir que a população escrava da Freguesia de São Miguel da Terra Firme estaria crescendo através da entrada de africanos provenientes do tráfico de escravos, e não do crescimento natural da população local. Isso porque, como coloca Schwartz, “quanto mais africanos compusessem a população, maior a desproporção entre os sexos”.¹⁸²

¹⁸¹ Inventários post-mortem da Freguesia de São Miguel da Terra Firme 1830-1860. Tribunal de Justiça de Biguaçu.

¹⁸² SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos. P. 288.

Através destes registros de batismo podemos verificar que dos mais de cinco mil batizados ocorridos na freguesia entre os anos de 1798-1851, em torno de 42% dos registros eram de escravos, fossem eles crianças recém nascidas ou de adultos recém chegados da África. Aliás, do total dos batismos do período, temos que 18,5% eram africanos novos sendo batizados, dados que incluem os escravos da Armação da Piedade. Ou seja, quase 20% da nova população veio do tráfico (descontando os imigrantes e escravos que já chegavam batizados).¹⁸³

Em São Miguel os inventários compreendidos entre os anos de 1830-1860 nos mostram que 39% dos escravos que aparecem nestes inventários eram de origem africana, sendo os demais ditos como crioulos.

O povoado de São Miguel surgiu já no início da segunda metade do século XVIII, em 1750, como vimos anteriormente, recebendo braços cativos já neste período, sendo assim em 1800 já é possível verificar um crescimento vegetativo entre a população escrava. Por outro lado, o povoado do Ribeirão da Ilha, apesar de também já existir na segunda metade do XVIII, só passa a receber número significativo de escravos na primeira metade do XIX, com a efetiva chegada de africanos novos à região.

Para comparar a origem dos escravos de ambas às freguesias a fonte utilizada para São Miguel será os inventários que compreendem os anos de 1830-1860. Isso porque se torna complicado comparar os registros de batismo visto que os de São Miguel fornecem informações de uma população já estabelecida, enquanto os do Ribeirão mostram uma população ainda em formação. Sendo assim, através dos inventários temos que em São Miguel 74% da população africana tinha como região de origem a África Centro Ocidental, 22% tinham eram de nações da região da África Oriental e apenas 4% tinham a África Ocidental como região de origem. Esta divisão por regiões não diz respeito ao local preciso de origem dos escravos, mas da região mais ampla, ou por vezes, o porto de embarque de onde o escravo partiu na África. Partindo destes dados é possível compará-los com outras localidades.

Os números referentes a matrícula ocorrida na Freguesia do Ribeirão da Ilha no ano de 1843 se mostram um pouco diferentes. Dos

¹⁸³AHESC. Livros de Registros de Batismos 1 e 2 – 1798-1838 e 1824-1856. O livro 2 começa com os escravos da Armação e depois que é finalizado o livro 1, ele passa a incorporar o registro de todos os cativos da Freguesia.

africanos registrados naquela freguesia, aproximadamente 74% dos africanos no Ribeirão da Ilha eram da África Centro-Occidental, sendo 43% deles só do Congo. Além disto, 19% eram da África Oriental (Moçambique), e 7% da África Occidental (Costa da Mina).¹⁸⁴ No Ribeirão é possível perceber uma maior superioridade na entrada de africanos vindos da região Centro-Occidental da África.

Em Minas Gerais, conforme o trabalho de Francisco Luna, em 1804 Vila Rica possuía em torno de 40% dos seus escravos de origem africana, sendo 84,8% destes da África Centro-Occidental.¹⁸⁵ Já através dos números obtidos por Mary Karasch para o Rio de Janeiro, percebemos que estes se assemelham mais aos dados referentes ao Ribeirão da Ilha, onde os escravos provenientes da região Centro-Occidental também perfazem a grande maioria da população africana.¹⁸⁶ Já na Bahia, havia grande predominância dos africanos provenientes da região Occidental da África, onde os minas merecem destaque.¹⁸⁷

Os números referentes a São Miguel não são exatamente precisos, visto que boa parte dos escravos são registrados como originários da costa, o que não nos permite especificar a região de origem ou porto de embarque do cativo. No entanto, é possível perceber que os a composição dos africanos novos de São Miguel era muito semelhante à dos escravos do Rio de Janeiro, o que levanta a possibilidade de que estes fossem comprados naquela praça.

Com a lei de 1831 e a proibição do tráfico de escravos, o fluxo de entrada de africanos na freguesia de São Miguel diminuiu, no entanto não cessou como era esperado. Separando o século XIX em dois períodos (pré e pós 1830/1831) será possível perceber essa diminuição. Entre os anos de 1811 e 1830, São Miguel recebeu 246 escravos africanos novos; entre os anos de 1831 e 1850, esta freguesia recebeu 114 escravos africanos novos, o que representa apenas a metade do número de africanos que chegaram naquela região no período anterior. De fato, a repressão ao tráfico iniciada com a lei de 1831 causou efetivo impacto negativo no tráfico de cativos em direção ao litoral catarinense e a São Miguel, porém esse não cessou completamente. São Miguel continuou se alimentando de africanos novos, pelo tráfico ilegal.

¹⁸⁴ ZIMMERMANN, Fernanda; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Op cit.*p.22.

¹⁸⁵ LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de escravos. In: *Minas Colonial: Economia e Sociedade*. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1982.

¹⁸⁶ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁸⁷ REIS, op. cit.

Se no período anterior a 1831 a maioria dos escravos provinham principalmente do Congo (37%), Cabinda (22%) e Moçambique (20%), a partir de 1831 a maioria dos escravos recém chegados da África eram registrados como vindos da Costa da África (71%), relatando uma maior imprecisão nos registros dos africanos novos, como se pode perceber pela tabela abaixo.

Tabela 13: Origem dos escravos batizados por década (São Miguel, 1801-1850)

Origem	1801-1810	1811-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850
ÁFRICA					
Centro-Occidental	1	99	65	12	2
Occidental	-	6	5	1	-
Oriental	4	7	41	17	-
Africanos não Identificados	4	8	17	48	44
Total de Africanos	9	120	128	78	46
BRASIL					
Total de Crioulos	346	261	329	340	366
Total	357	381	457	408	412

Fonte: AHESC – Livros de Registros de Batismo 1 e 2 - 1798-1838 e 1824-1856.

Passando a analisar os cativos listados entre os bens dos inventariados de São Miguel no período entre 1830-1860, o que temos é que 61% dos escravos eram crioulos, sendo os demais 39% de origem africana. Entre os cativos de origem africana temos que 37% dos africanos eram do Congo, seguidos por 20% de escravos de nação Moçambique, 10% Benguela e os demais sendo de outras regiões como Angola, Rebolo, entre outros.¹⁸⁸ Os dados encontrados através nos inventários, referentes ao período posterior a 1830 se assemelham aos dados encontrados nos batismos para o período anterior a 1831. Isso se deve ao fato de os inventários serem retratos do momento da morte do cidadão, referente ao que foi adquirido pelo inventariado ao longo da

¹⁸⁸ Inventários post-mortem da Freguesia de São Miguel da Terra Firme 1830-1860. Tribunal de Justiça de Biguaçu.

vida, enquanto o inventário é um relato da sua propriedade no momento de seu falecimento.

Outro ponto importante que precisa ser ressaltado é o de que após 1830 há um claro processo de criouliização, já evidenciado no início deste capítulo, acentuado pela diminuição da oferta e compra de africanos por parte dos moradores de São Miguel.

Analisando os registros de batismo dos escravos crioulos, ou seja, nascidos no Brasil, é possível percebermos que 13,5% destes eram filhos legítimos, ou seja, foram registrados com pai e mãe; os outros 86,5%, foram registrados como de origem natural, contendo em seu registro apenas o nome de sua mãe. Não há registros de casamento de escravos para o período, mas o alto número de filhos legítimos, se comparados a outros locais, como o próprio Ribeirão da Ilha já citado anteriormente, aponta para a presença de um grande número de relações sancionadas. Isso contribuiria para justificar o crescimento vegetativo da população escrava, fazendo com que a escravidão não dependesse apenas do tráfico atlântico para se reproduzir.¹⁸⁹

Estes dados podem ser interpretados pela lente de quem pensa na economia de São Miguel, mas também pelo ponto de vista dos escravos. Morar em um lugar destes significava constantemente ter de se adaptar a chegada de novos africanos, a renovar constantemente as relações já previamente estabelecidas. Se os plantéis eram reduzidos, a convivência entre os membros mais antigos da propriedade já estavam estabelecidas, tendo não só os antigos integrantes se acostumarem com os recém chegados, assim como os novos se adaptarem a rotina dos cativos já estabelecidos.

Como forma de ilustrar estas colocações é importante analisarmos alguns casos que ajudam a contar um pouco da história desta localidade. Antônio Machado Lourenço é um destes casos. Morador de uma das margens do rio Quebra-Cabaços, vizinho de pessoas como o Major Cypriano Coelho, Antônio era proprietário de uma olaria e um engenho de fazer farinha, além de contar com um bom número de escravos que trabalhavam em suas propriedades.¹⁹⁰

Falecido em 1833, deixando como herdeira sua inventariante e esposa Maria do Rosário, Antônio Machado Lourenço por diversas vezes ao longo dos anos aparece batizando escravos de sua propriedade. O primeiro deles é levado a pia batismal de 1807. Francisca era crioula,

¹⁸⁹ AHESC. Livros de Registros de Batismo. Livro 1 e 2 – 1798-1838 – 1824-1856.

¹⁹⁰ Inventário post-mortem de Antônio Machado Lourenço, da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, 1833. Tribunal de Justiça de Biguaçu.

filha de uma africana do mesmo nome, denominada como vinda da Costa da Guiné, foi batizada por Caetano e Maria. Seus padrinhos eram escravos de Francisca Josefa, provavelmente moradora da mesma região. Outros escravos crioulos foram por eles batizados, até que em 1816, Antônio Machado Lourenço retornava a Igreja de São Miguel da Terra Firme, desta vez para batizar um escravo africano. João Congo deve ter vindo para reforçar a mão de obra e teve como padrinhos os escravos Caetano e Joaquina também e em 1833, quando da abertura do inventário, este fora avaliado por 350\$000.¹⁹¹

Porém estes não foram os únicos escravos que aparecem na lista dos cativos batizados como de propriedade de Antônio Machado Lourenço, tivemos ainda os batizados de Maria (1810), Vitorino (1812), Joanna (1814), Innocencia (1816), além de Felicidade batizada em 1830 e que é o último registro de batismo de escravo onde temos Antônio Machado Lourenço como proprietário.

Porém, se cruzarmos os registros de batismo com o inventário de 1833, veremos que além destes escravos apontados pela lista de batismos, teremos o nome de mais alguns escravos em sua propriedade, como os cativos Domingos, Tomas, Germano, Joaquim Crioulo, Joaquim Congo, Faustino, Benedito e Florência. A cativa Francisca, primeira batizada por Antônio, e Felicidade, a última que consta nos registros de batismo, não aparecem listadas entre os bens do falecido, talvez por terem falecido.¹⁹²

Outro caso que pode ser citado é o de Simão Alves, falecido em 1839, deixando viúva Anna Ignácia, sua inventariante. Simão possuía dez filhos e quatro netos e possuía duas residências: uma casa de morada situada nos Ganchos e uma na Vila de São Miguel. Nos Ganchos, além da casa, havia um sítio, um engenho de fazer farinha e um de moer cana. Além de carros, canoas e animais, Simão possuía quatro escravos como sendo seus: Manoel Moçambique, que havia sido batizado na Igreja de São Miguel no dia 02 de maio de 1835 e teve como padrinhos os escravos Antônio e Josefa e que na data da morte de seu proprietário foi avaliado em 450\$000; o escravo Antônio Congo, avaliado em 400\$000;

¹⁹¹ AHESC. Livros de Registros de Batismo. Livro 1 e 2 – 1798-1838 – 1824-1856. Inventário post-mortem de Antônio Machado Lourenço, da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, 1833. Fórum de Biguaçu.

¹⁹² AHESC. Livros de Registros de Batismo. Livro 1 e 2 – 1798-1838 – 1824-1856. Inventário post-mortem de Antônio Machado Lourenço, da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, 1833. Fórum de Biguaçu.

Joaquim Moçambique, escravo já doente, avaliado em 100\$000 e a escrava Cerasa crioula avaliada em 200\$000¹⁹³.

O que se pode concluir então, em linhas gerais, a partir destas colocações, é que a Freguesia de São Miguel da Terra Firme, entre os anos de 1800 e 1850, era composta por escravos predominantemente do sexo masculino e crioulos, mas havia presença significativa de africanos. Isso demonstra que a população escrava neste momento já se encontrava em um período de crioulização, indicando presença importante do tráfico na região desde a segunda metade do XVIII. Ainda assim os africanos novos representavam importante papel dentro deste contexto, garantindo a expansão do sistema escravista em São Miguel, para proprietários de uma determinada faixa de fortuna. Porém, é importante ressaltar, como já foi visto através do capítulo 3, que apenas uma faixa de proprietários tinha acesso a eles.

4.2 A Família Escrava

Como vimos no tópico acima, a população escrava na Freguesia de São Miguel era composta principalmente por homens, e a razão de masculinidade aponta para a constante chegada de cativos africanos, fossem eles por uma maior oferta masculina, fosse por uma escolha senhorial já pensando nas dificuldades que estes encontrariam nos serviços em que seriam utilizados. De qualquer maneira, a crescente participação dos crioulos entre a população escrava, principalmente após 1831, nos aponta para o surgimento de um crescimento vegetativo, indicio de que os cativos tinham formado famílias.

Conforme escreve Stuart Schwartz, “a formação da família, em especial através do sacramento do matrimônio, e o nascimento espiritual do indivíduo pelo sacramento do batismo eram dois momentos de extrema importância para qualquer habitante do Brasil - colônia”.¹⁹⁴ Porém, é importante ressaltar que nem sempre a formação da família estava ligada ao casamento consagrado na Igreja. O nascimento ou batismo de um filho ilegítimo não significa que não houvesse ali uma unidade familiar. Outro ponto que precisa ser ressaltado é o de que a família não abrangia apenas o pai, a mãe e os filhos, mas ia mais além, englobando também os padrinhos (família ritual), e vindo daí a grande

¹⁹³ AHESC. Livros de Registros de Batismo. Livro 1 e 2 – 1798-1838 – 1824-1856. Inventário post-mortem de Simão Alves, da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, 1839. Tribunal de Justiça de Biguaçu.

¹⁹⁴ SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos. P. 310.

importância do ato do batismo, onde novos laços de parentesco eram criados.

A historiografia acerca da escravidão muito tem discutido as questões referentes às formações de famílias e isso vem desde Gilberto Freyre, que já havia iniciado em *Casa-Grande e Senzala* o debate sobre o assunto, colocando a família como a raiz brasileira.¹⁹⁵ Já em um âmbito internacional, o que se tem naquele momento são trabalhos como o de Frazier, onde a escravidão é vista como uma força destrutiva que impediu a formação de famílias entre os cativos, eliminando a possibilidade de estes criarem laços estáveis de relacionamentos.¹⁹⁶ No Brasil, é exemplo de defensor desta teoria o sociólogo paulista Florestan Fernandes.

Durante todo o século XIX, pensadores refletiam sobre o paradoxo de como uma mulher poderia obedecer a seu marido, ou uma criança enxergar seu pai como responsável, se na verdade quem dava ordens era o seu senhor, seu proprietário? Este tipo de questionamento favoreceu e embasou as idéias de Frazier ou, em uma versão brasileira destas idéias, de Florestan Fernandes. Que estas questões limitavam as relações familiares, isso é fato, mas dizer que este poder maior que o senhor exercia sobre seus escravos tivesse restringido a possibilidade da formação de relações mais profundas entre os escravos, relações verdadeiramente familiares, soa exagerado.¹⁹⁷

A discussão sobre as famílias escravas avançou e novas idéias passaram a serem discutidas. A partir da década de 1970, Kátia Mattoso já começa a refletir em seus escritos sobre a família escrava algumas das mudanças na maneira de pensar a escravidão surgida na década de 1960. Se a família escrava ainda não era considerada, ao menos a autora já era capaz de identificar a construção de uma solidariedade entre os cativos.¹⁹⁸

Na década de 1970, a demografia histórica passou a ser também referência também nas discussões sobre a família escrava. Através das pesquisas demográficas e análise serial de dados foi possível o reconhecimento da possibilidade de existência de famílias escravas.

A partir daí Manolo Florentino e Roberto Góes irão começar uma intensa pesquisa demográfica que irá lhes apontar a presença de

¹⁹⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.

¹⁹⁶ FRAZIER, E. Franklin. *The Negro Family in Chicago*. Chicago: University of Chicago, 1932.

¹⁹⁷ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁹⁸ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

indícios do casamento formal entre escravos, o que vai ser interpretado como uma instituição que contribuía para a reprodução, mas acima de tudo como uma forma de dominação, ou seja, a aceitação da união entre escravos seria uma forma de mantê-los ligados de forma mais intensa com a fazenda, amenizando a incidência de fugas e revoltas.

Em *Na senzala uma flor*, o autor Robert Slenes analisa os efeitos da formação da família escrava em dois momentos: a curto e a longo prazo. Em curto prazo os efeitos seriam a pacificação, a acomodação dos cativos, que estariam recriando laços, estabelecendo uma nova dinâmica de vida. Porém, em longo prazo a família escrava e a construção de redes de solidariedade acabavam por favorecer a resistência escrava, na medida em que identidade entre escravos eram criadas, amplamente associadas as suas tradições e cultura. Movimentos ou revoltas seriam então resultados deste processo, visto que a união de escravos e a reconstrução de traços da cultura africana promoviam a união entre grupos e os diferentes tipos de resistência, fosse ela cultural ou mais além, como uma tentativa de romper com o sistema.¹⁹⁹

Acompanhando as discussões acerca da família escrava, os registros eclesiásticos, mesma fonte que serviu de base para as pesquisas de Manolo Florentino serviram como base para a identificação de rastros de famílias escravas na Freguesia de São Miguel da Terra Firme.

No entanto é necessário, já em um primeiro momento, ressaltar as dificuldades impostas aos cativos para a formação das famílias. Em São Miguel tínhamos pequenos plantéis diminuindo as opções de casamento dentro da própria fazenda. Já fora da fazenda a distância entre as propriedades eram grandes, como vimos no primeiro capítulo esta freguesia encontrava-se espalhada em extenso território, o que dificultava a possibilidade de os cativos unirem-se oficialmente a cativos de outras propriedades. Somado a isso, as restrições de circulação comumente imposta pelos senhores para evitar fugas ou revoltas, contribuíram para impor limites à formação de famílias escravas na região de São Miguel da Terra Firme.

Como já acontecia em outras regiões, o pequeno número de mulheres também dificultava a formação das famílias. Não havia mulheres suficientes para os homens da região, já que durante todo o período tínhamos uma imensa supremacia masculina. Isso era resultado

¹⁹⁹ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

da preferência por braços masculinos e pela forte dependência do tráfico africano, como já mencionado anteriormente.

Mesmo diante de tantos empecilhos, a formação de famílias escravas foi algo possível em toda a Freguesia de São Miguel. Se observarmos os registros de batismo de escravos compreendidos entre os anos de 1798 e 1856, temos que entre os registros das crianças nascidas na dita freguesia, 13,5% eram crianças que foram registradas como legítimas, ou seja, possuíam em seu registro religioso pai e mãe casados oficialmente.

Este era o caso das crianças Joaquina, Antônio e João. Nascidos respectivamente nos anos de 1798, 1801 e 1803, estes eram filhos legítimos de Thereza e Bonifácio. Pais e filhos eram propriedades do Capitão Joaquim da Rocha Linhares, e tanto Thereza quanto Bonifácio, eram escravos africanos, mais precisamente de nação Benguela.²⁰⁰

E esse não era o único caso de família constituída por pais e filhos. Brizida era uma menina, nascida em 1805 e batizada no dia 07 de janeiro de 1806. Filha legítima de Luiza, escrava da Costa da Mina, e de Amaro, crioulo, Brizida com o passar dos anos ganhou mais duas irmãs: Maria, nascida em 1807 e Luiza, nascida em 1809. Todos viviam juntos, na propriedade de seu senhor, o Capitão Jacintho Jorge dos Anjos, que foi administrador da Armação da Piedade na maior parte do tempo em que esta esteve em funcionamento.

Outras fontes são capazes de nos trazer informações sobre a presença da família escrava na Freguesia de São Miguel. Se observarmos o inventário da Armação da Piedade, teremos indícios de alguns casos de famílias que lá se constituíram. Em 1816 apenas 14 mulheres em idade adulta residiam na Armação. Com exceção de Joana, Maria e Vitória, que eram viúvas, todas as demais estavam casadas.

Gertrudes era crioula, em 1816 possuía em torno de 21 anos de idade e já era casada com José Rebolo, escravo africano de 47 anos de idade. Nesse tempo já possuíam três filhos: Claudino, que já havia passado dos seus dois anos de idade; Roza com seus pouco mais de um ano; e Veríssima, bebê ainda de colo. Eram todos escravos da dita Armação da Piedade, onde viviam em uma senzala separada, especial para os escravos casados viverem com suas famílias. Não eram choupanas destacadas como em outras fazendas, mas havia o reconhecimento das unidades familiares.²⁰¹

²⁰⁰ AHESC. Livros de Registros de Batismos 1 – 1798, 1801 e 1803.

²⁰¹ Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio. Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Nossa Senhora da Piedade, Rolo 01, p. 1-3.

Se formos além e promovermos um cruzamento das diferentes fontes pesquisadas será possível percebermos mais claramente a presença de famílias escravas na região. Manoel José do Nascimento faleceu em 1840, quando deixou aos seus herdeiros, entre outros bens, seis escravos. Entre seus escravos estavam Thereza e João, ambos africanos e que possuíam três filhos: José, mais velho, nascido em 1825 e Januário, nascido no ano de 1829 e que foi batizado pelos escravos Manoel e Isidora.²⁰² Procurando por registros de batismo onde Manoel aparece como proprietário de escravos que estão indo a pia batismal encontramos o registro de mais um filhos deste mesmo casal: João, nascido em agosto de 1832 e que foi batizado no mês seguinte. Provavelmente faleceu pouco depois, pois não constou do inventário.

Outro fator importante de ser analisado é a origem de cada um dos parceiros. Em São Miguel, dos 233 casos de filhos legítimos encontrados nos registros de batismo, temos que em apenas 55 dos casos a origem paterna difere da origem materna. Transformando estes números podemos dizer que em apenas 23,6% dos casos a nação de origem paterna diferia da materna. Isto mostra que havia um padrão de preferência no momento do casamento. Se os casamentos entre africanos de regiões diferentes eram em números reduzidos, vemos que eram ainda maiores as barreiras entre africanos e crioulos. Em São Miguel, em menos de 5% dos casos temos africanos e crioulos batizando filhos legítimos. Estes dados parecem confirmar Florentino e Góes de que os escravos procuravam unir-se a pessoas que possuíssem uma origem similar a sua, o que acarretava as mesmas referências culturais. Olhando de uma maneira mais ampla podemos concluir que as origens, línguas e tradições comuns permaneceram como considerações importantes para os escravos na hora da escolha do companheiro.

Se tomarmos como fonte os inventários da Armação da Piedade teremos resultados um pouco diferenciados, visto que lá os escravos africanos, homens, estão casados quase que em sua totalidade com escravas crioulas. Isso pode ter acontecido pelo fato de não haverem africanas trabalhando naquela propriedade, o que impedia a escolha por mulheres de nações africanas no momento do casamento. Uma possibilidade a ser levantada é o fato de que talvez a relação estivesse na origem do marido e do pai da cativa, já que na armação a disponibilidade de mulheres africanas era muito pequena.

²⁰² Inventário post-mortem de Manoel Jorge do Nascimento. Freguesia de São Miguel da Terra Firme. Tribunal de Justiça de Biguaçu, 1840.

Outro caso que precisa ser discutido são os casos onde as famílias eram formadas por um casal não legítimo e filhos. Era o caso de Francisca, escrava do Tenente Tomé da Rocha Linhares. Francisca era crioula e teve dois filhos: Luiz, batizado em 26 de fevereiro de 1826 e Romana, batizada em 02 de dezembro de 1827. Ambos foram batizados como filhos naturais, o que significa que seus pais não possuíam um casamento sancionado.

Ignez era escrava crioula de Ventura Correia, residente da Freguesia de São Miguel. No período compreendido entre os anos de 1798 e 1860, Ignez teve dois filhos: Marcelino e Justina. Marcelino nascido no ano de 1800 e Justina em 1805. Ambos foram registrados como naturais, que indica que seus pais não possuíam um casamento legitimado pela Igreja.

Ainda assim, o que podemos concluir é que o número de famílias legitimadas pela Igreja era pequeno na região, isso não descarta a possibilidade da formação de famílias que não chegavam a ser de fato sancionadas e que pelo grande número de crianças parece ter existido. Estas ultrapassaram as dificuldades impostas pelos senhores e mesmo pela Igreja Católica. Também é possível perceber que ao longo dos anos criaram-se códigos de comportamento que retratam uma pequena tensão entre africanos e crioulos, talvez resultado da existência de uma hierarquia entre os próprios escravos, que fazia com que crioulos preferissem o casamento com crioulos.

4.3 Relações de Compadrio

Até agora analisamos as famílias apenas com base nos dados que restringem as famílias com base nas relações matrimoniais e laços sanguíneos. No entanto a família estendia-se muito além destes laços e alcançava as relações de compadrio, que através do batizado criava novos laços de solidariedade. As relações de compadrio são capazes de nos revelar não apenas os laços que se formavam entre aqueles indivíduos, como também suas estratégias utilizadas através desse relacionamento espiritual.

Estes laços que veremos a partir de agora podiam ser estabelecidos entre escravos da mesma fazenda, entre escravos de fazendas próximas, entre livres e escravos, ou em casos mais específicos entre o senhor e seus próprios escravos, dependendo das estratégias e dos relacionamentos estabelecidos entre a população local. Estas alianças, que se formavam em tal sacramento, criavam uma relação

importante entre padrinhos e afilhados, além da relação entre padrinhos e os pais da criança que passam a tratar-se como compadres e comadres. Esta relação se iniciava na Igreja e prosseguia por toda a vida, visto que padrinhos representavam um segundo pai, uma segunda mãe.

Na Freguesia de São Miguel da Terra Firme os registros de batismos podem ser separados em padrinhos e madrinhas livres, forros e escravos, como nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 14: Condição dos padrinhos e madrinhas de crianças escravas em São Miguel (1798 – 1856)

	LIVRES	%	FORROS	%	ESCRAVOS	%	NÃO CONSTA	%	TOTAL
PADRINHOS	961	44,40	83	4	941	43,50	179	8,1	2164
MADRINHAS	913	42	108	5	905	41,80	238	11,2	2164

Fonte: Registros de Batismos da Freguesia de São Miguel da Terra Firme – Arquidiocese de Florianópolis, 1798 – 1856.

Analisando os dados expostos na tabela é possível observar que tanto no caso dos padrinhos quanto das madrinhas teremos um surpreendente equilíbrio entre o número de livres e escravos. No caso dos padrinhos, em torno de 44,5% dos batizados os padrinhos eram livres, em 4% eram forros e em 43,5% dos casos os padrinhos eram cativos. Em 8% dos batizados não possuímos registro de padrinho. No caso das madrinhas os números não diferem muito: 42% das madrinhas eram livres, 5% eram forras e 41,8% eram escravas. Em 11,2% dos casos não possuímos registro de madrinha ou eram registradas com Nossa Senhora como madrinha.

Entre os casos onde livres eram escolhidos para apadrinharem os escravos, temos um pequeno, porém importante número de casos onde o próprio proprietário apadrinhava seu cativo. Este foi o caso de Luiz, nascido em 23/11/1839, filho natural de Mariana, escrava de João Marcelino de Souza e Bernardinha Roza. A senhora foi convidada a batizar Luiz, junto do também homem livre Januário Martins²⁰³. Ou o caso de Innocencia, nascida no dia 02/11/1799, filha legítima de Catharina e João, ambos escravos de Manoel da Cunha e Roza de Souza. Manoel da Cunha foi também escolhido para apadrinhar, junto com sua filha Roza Maria da Cunha, a crioula Innocencia que acabara de nascer²⁰⁴. Menos de 1% dos casos de batizados na Freguesia de São

²⁰³ AHESC. Livros de Registros de Batismo. Livro 2, 1839.

²⁰⁴ AHESC. Livros de Registros de Batismo. Livro 1, 1799.

Miguel da Terra Firme possuíam os proprietários exercendo também o papel de padrinho e protetor. Esses dados põem em cheque as colocações de Henry Koster, que afirmou: “nunca ouvi falar de algum senhor no Brasil ser também o padrinho, e nem acredito que isso ocorra; pois a ligação entre duas pessoas que isso supostamente produz é tal que o senhor nunca poderia pensar em mandar castigar o escravo”.²⁰⁵

Essa afirmação não corresponde à realidade de São Miguel, já que mesmo em número pequeno conseguimos encontrar situações de apadrinhamento entre senhores e seus cativos. Se isso causava alguma espécie de contradição dentro do regime escravista, essa talvez fosse a estratégia dos cativos para obter algumas regalias para suas crias, sendo a aceitação dos senhores possivelmente uma maneira de negociação com os cativos. Se as relações não menos conflitantes entre Igreja e escravidão, casamento e escravidão, batismo e escravidão, podiam coexistir, o batismo por parte do senhor do cativo era só mais um conflito existente dentro da realidade escravista.

Se Koster não via a possibilidade deste tipo de apadrinhamento, outros autores chegaram a colocar que as relações de compadrio podiam ser utilizadas como forma de reforçar as relações de paternalismo e ligar o cativo ao senhor não somente pelos laços da propriedade, mas também pelos laços espirituais.²⁰⁶

Para ilustrarmos possibilidade de apadrinhamento utilizaremos o mesmo caso da inocente Innocencia, filha legítima de Catharina e João. Se seu padrinho era também seu proprietário, sua madrinha era a filha de seu proprietário, fato que estreitava ainda mais as relações entre esta família de cativos e a família de seus senhores. Este tipo de apadrinhamento era um pouco mais comum que os casos entre senhores e cativos, no entanto também não possuíam número representativo entre os batizados.

Outro caso que precisa ser ressaltado era a possibilidade de um dos padrinhos ser livre e o outro escravo. Fato não muito comum entre os batismos na Freguesia de São Miguel, porém foi a escolha de Gracia africana e Antônio crioulo, escravos de Antônio José de Oliveira, que ao batizarem seu filho Adam em maio de 1800, escolheram para padrinhos Raimundo da Silva, homem livre, e Maria, escrava do mesmo proprietário dos pais.²⁰⁷ Porém este é um caso pontual nos dados desta

²⁰⁵ KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Filadélfia, 1817. Volume II, p. 196.

²⁰⁶ KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Filadélfia, 1817. Volume II, p. 196.

²⁰⁷ AHESC. Livros de Registros de Batismo. Livro 1, 1800.

freguesia, na extrema maioria dos casos padrinho e madrinha possuíam a mesma condição social.

Escolher um padrinho livre era uma esperança de que o orgulho dos padrinhos fizesse com que estes não aceitassem que seus afilhados permanecessem em cativo, e acabassem os auxiliando na busca pela sua liberdade. No entanto é fato que nesta freguesia a escolha de um padrinho livre mostrou uma alternativa interessante aos cativos, fosse por garantir às crianças uma proteção maior frente ao mundo dos livres, proporcionando um acesso maior a este mundo, e em alguns casos, representava até mesmo uma possibilidade de alforria no futuro, fosse por uma escolha entre as pessoas da região.

As relações sociais entre escravos e pessoas livres constituídas por intermédio do *compadrio* podem ser entendidas como um meio de garantir aliados e protetores. Acredito que essas situações tiveram peso na escolha dos escravos em optar por um padrinho livre para os seus rebentos, ainda que nesse empenho acabassem por reforçar a existência e reprodução das já conhecidas hierarquias sociais.²⁰⁸

Talvez por conta disso temos que livres apadrinhavam cativos, no entanto não foi possível encontrar o contrário: nesta freguesia escravos não batizaram livres, os padrinhos eram pelo menos da mesma condição social do apadrinhado, ou acima, nunca abaixo.

Porém, a pensar pelo equilíbrio existente entre os padrinhos e madrinhas livres e escravos temos que outros fatores, que não a proteção de alguém de uma categoria social superior à dos cativos, estivesse em jogo. Perceberemos isto olhando atentamente para a família de Thereza e Bonifácio. Para apadrinharem seus filhos, Joaquina e João, o casal escolheu escravos do senhor Manoel Cardozo Vieira. Para apadrinhar Joaquina, foram escolhidos Manoel e Cipriana. Já para apadrinhar João foram escolhidos os escravos João e Vitorina. Já para apadrinhar o filho do meio, Antônio, foi escolhido um casal de livres, Ludovino e Anna da Silveira.

Assim como a escolha de padrinhos livres possuía seus benefícios, escolher escravos para apadrinharem suas crias também possuía suas razões. Escolher padrinhos cativos era uma maneira encontrada de ampliar laços pessoais, que promoviam a consolidação de famílias e comunidades negras. José Roberto Góes, ao pesquisar a região de Inhaúma do Rio de Janeiro, concluiu que os laços de

²⁰⁸ MACHADO, Cacilda. *Casamento & Compadrio*: Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX (São José dos Pinhais - PR). Comunicação apresentada no XIV Encontro da ABEP, Caxambu, setembro de 2004.

compadrio uniam os escravos e que este era o costume da região. Estas relações proporcionavam aos escravos novos meios de socialização, o que conduzia a uma intensa rede de parentesco que formava uma comunidade escrava.²⁰⁹

Se no quadro geral dos batismos temos um equilíbrio entre o número de apadrinhamento de livres e escravos, se separarmos os cativos batizados naquela freguesia por origem africana e crioula, vamos perceber que os dados apontam para outro padrão. No caso dos batizados de crioulos podemos perceber é um maior equilíbrio na escolha dos padrinhos, com um leve destaque para os padrinhos e madrinhas livres. Esse foi o caso de Ignez, escrava de Ventura Correia, já citada anteriormente e que escolheu para apadrinhar seus filhos homens e mulheres livres, provavelmente residentes de região próxima de onde viviam.

Na maioria dos batismos de africanos, os padrinhos eram de origem escrava, como no caso de Pedro Cabinda, escravo de Ventura de Souza, batizado em 1813 e teve como padrinhos Francisco e Joanna, escravos do mesmo proprietário. Ou o caso de Domingas Congo, escrava de Francisco Leite e batizada em 1830, que teve como padrinhos os escravos Francisco e Maria.

Os adultos chegados da África também passavam pelo ritual do batismo, quisessem eles ou não. Visto isso, é possível analisar os dados especificamente para o caso de africanos recém chegados. Se de um modo geral encontramos um equilíbrio entre padrinhos livres e cativos, entre os 381 casos de africanos batizados nesta freguesia, em 139 casos, ou 36,5% os padrinhos eram escravos, em 11,5% os padrinhos eram livres, em 2% eram forros e em 50% dos casos não há registro de padrinhos. Entre os batizados em que temos acesso ao registro de padrinhos podemos observar que há uma supremacia dos padrinhos escravos, talvez porque estes ainda não tivessem criado relações com as pessoas da região, ou mesmo porque esta fosse uma imposição dos senhores que na hora do batizado desses cativos colocava outros cativos de sua propriedade para apadrinhar aquele escravo recém adquirido por ele. Fato é que esse tipo de apadrinhamento fornecia ao escravo recém chegado alguns parentes, mesmo que fictícios, o que podia facilitar a adaptação no local.

²⁰⁹ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1997.

Através dos registros de batismo foi possível perceber o grande número de casos de apadrinhamentos fora dos limites das propriedades. Embora os casos de matrimônios oficiais entre pessoas de propriedades diferentes fossem raros, os escravos conseguiam expandir seus laços através das relações de compadrio.

Os escravos de São Miguel viviam em uma realidade onde elementos da cultura e do catolicismo obrigavam os senhores a reconhecerem-nos como humanos, providos de relações familiares e de parentesco. A luta entre o regime escravista e a realidade guiada pelos costumes e tradições resultou em uma série de concessões que permitiram ao escravo ter sua própria vida, burlando os limites que sua condição social lhe impunha, amenizando as dificuldades do sistema, tendo estas conquistas representado um importante significado em suas vidas.

Aliás, esta possibilidade de formar famílias e as relações de compadrio estipuladas entre eles podem ser vistos como formas de incentivo, visto que eram concessões feitas pelos senhores e que podiam servir como forma de negociação para obter entre seus trabalhadores um melhor aproveitamento do trabalho, ou mesmo bom comportamento.

Estas concessões como forma de incentivo estariam incluídas naquilo que Schwartz denominou de “segredos internos”, título de sua obra que veio para demonstrar que o sistema escravista funcionou por tanto tempo porque oferecia um espaço não apenas de punições, mas também de negociação entre senhores e escravos, onde melhores condições de vida para os cativos em troca de bons serviços podiam ser negociadas entre as partes.²¹⁰

4.4 Incorporação dos libertos ao sistema escravista

Conforme já foi colocado anteriormente, os cativos possuíam uma margem de negociação com seus senhores, contrariando as colocações dos autores que até a década de 1970 interpretavam a escravidão como um sistema onde a coisificação do escravo fazia com que este só se tornasse “senhor do seu destino” quando estivesse em conflito com seu senhor. No entanto, para esta região não temos nenhuma grande revolta, na verdade, com exceção para os registros de fugas que podem ser encontrados em alguns jornais, o que temos entre senhores e cativos é uma negociação diária, que misturada às punições

²¹⁰ SCHWARTZ, S. Segredos Internos. Cia das Letras, 1988.

tradicionais, fizeram com que o sistema escravista de reproduzisse por um bom tempo.

Dentro destas negociações entre senhores e escravos, destacamos anteriormente a possibilidade da formação de famílias e suas dificuldades. Destacamos também, no capítulo dois, a possibilidade de residir em uma senzala oferecida aos casados. Havia ainda outra possibilidade de “recompensa” por bom trabalho ou comportamento que era oferecida aos escravos, que era a possibilidade da conquista da liberdade.

O acesso à liberdade não era propriamente uma miragem para os cativos, já que no Brasil o número de escravos que alcançavam esse status era recorrente, seja através da conquista da liberdade por bom comportamento, ou como acontecia mais frequentemente, através da compra de sua alforria. No entanto, em São Miguel, o número de libertos era pequeno. No ano de 1814, menos de 1% da população era de libertos, todos do sexo masculino²¹¹. Se olharmos para os registros de batismos, o número de pessoas declaradas como libertas, veremos que os números não são propriamente expressivos (4% entre padrinhos; 5% entre madrinhas), no entanto em uma localidade como a de São Miguel, as situações de alforria podem ter causado um incentivo positivo aos cativos da região.

A carta de alforria era um dispositivo legal que registrava a concessão de liberdade ao escravo. Os escravos, assim que libertos precisavam procurar uma ocupação, fosse ela cultivar um pedaço de terra na propriedade de seu antigo senhor, fosse tentando entrar em outro mercado de trabalho, como o comércio. Em São Miguel, assim como boa parte da população local, os libertos se dedicavam à agricultura ou à pesca, fosse trabalhando junto ao seu antigo senhor, ou dispendo de outras terras onde pudessem cultivar seus produtos.

Um dos bons exemplos encontrados para ilustrar essa possibilidade de alforria entre os cativos da região é o caso de Manoel Ignácio Amorim, preto forro, que era casado com Porcina Rosa, também preta e forra. O inventário de Manoel data de 1842. Nesta época, Manoel e Porcina possuíam oito filhos: Angélica, casada com Florentino Cardozo; Floriana Roza, 24 anos; Manoel Ignácio, 21; Arcemo, 15;

²¹¹Ofício de D. Luís Maurício da Silveira ao marquês de Aguiar, remetendo mapas com dados estatísticos sobre a economia e população da capitania, bem como o movimento de embarcações no ano de 1814. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. I-31,29,18 no. 6.

Francisco 13; Maria, 8; João, 7 e Justino de 5 anos. Além disso possuíam um neto, chamado Benigno, que com seis anos era filho de Severina Roza, filha já falecida. No inventário não há identificação se estes eram libertos, ou se já haviam nascido livres, no entanto é fato de que estes não eram escravos.

Entre os registros de batismos não foi possível identificar o momento quando estes conseguiram conquistar sua liberdade, visto que o único registro que temos é o do nascimento de Maria, no ano de 1834, onde esta já foi registrada como livre.²¹²

Através do inventário foi possível perceber que além de sua alforria, Manoel e Porcina conseguiram acumular alguns bens ao longo de suas vidas. O casal possuía um conjunto de terras nos fundos de Biguaçu, que foram avaliadas em 212\$000 no momento do inventário. O casal contava ainda com ferramentas de trabalho, canoas, uma casa de engenho de farinha, uma junta de vacas e uma novilha. Além destes bens, outra propriedade merece destaque: a presença de um escravo, africano, de nome José Cassange, avaliado em 300\$000²¹³.

Mesmo que a maioria dos forros desta freguesia não tenha chegado a atingir o status de senhores de escravos, o fato de este casal ter alcançado este status mostra que essa era uma possibilidade viável naquela sociedade, como em outras partes do Brasil.

O fato de ex-escravos, após a conquista de sua alforria, trabalharem para construir suas vidas e logo que possível adquirirem algum cativo para trabalharem para si reforça a presença da hierarquia social escravista, demonstrando que era viável o acesso ao mercado de africanos por parte de pequenos proprietários, e até mesmo, como nesse caso, de libertos.

A presença de proprietários de escravos entre os forros revela que ao passar os anos muitos operaram dentro da lógica da hierarquia, contudo, não deixa de revelar as evidências de liberdade. Além disso, a presença de proprietários forros demonstra uma possibilidade de mobilidade social, no sentido vertical, entre os cativos. Demonstra ainda que as possibilidades de negociação extrapolaram os limites da propriedade senhorial, alcançando questões ainda maiores que colocam em cheque a visão mais tradicional da escravidão que coloca o cativo

²¹² AHESC. Livros de Registros de Batismo. Livro 1 e 2 – 1798-1838 – 1824-1856. Inventário post-mortem de Manoel Ignácio Amorim, da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, 1842. Fórum de Biguaçu.

²¹³ Inventário post-mortem de Manoel Ignácio Amorim, da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, 1842. Tribunal de Justiça de Biguaçu.

como um bem passível de punições e demais agruras do cativoiro, sem possibilidades de romper com o sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro apresentado da Freguesia de São Miguel da Terra Firme entre o fim do século XVIII e a primeira metade do XIX mostra que sua ocupação e seu desenvolvimento econômico estiveram associados à atividade da pesca das baleias inicialmente e em seguida com a produção e comercialização de gêneros alimentícios, em particular a farinha de mandioca. Estas atividades garantiram a inserção da região às redes comerciais do império português e mais tarde da economia nacional.

É preciso reiterar que as atividades econômicas voltadas ao abastecimento interno e integradas ao circuito comercial do centro-sul do Brasil não podem mais ser caracterizadas como “periféricas” e menos importantes do que as atividades voltadas à exportação nas regiões de plantation. A historiografia atual demonstra como estavam integradas. O próprio funcionamento da Armação da Piedade dá exemplo de como uma unidade produtiva de grande escala estava integrada às produções locais de alimentos, indispensáveis para o seu funcionamento.

A pesquisa realizada para essa dissertação explorou em detalhe a utilização de mão de obra escravizada tanto na Armação da Piedade, quanto na produção de farinha de mandioca. Mesmo que em proporções diferenciadas, visto que no primeiro caso temos a incidência de um grande plantel, os escravos eram fundamentais para o funcionamento das unidades produtivas e significavam, para seus proprietários, a diferença entre a subsistência ou a acumulação de renda.

Os inventários post mortem mostram que durante a primeira metade do século XIX os escravos foram diminuindo em importância nas fortunas dos residentes locais. Se até 1850, mais de 80% dos inventariados possuíam cativos, após 1850 apenas 50% dos inventários apresentam cativos entre os bens listados. Isso demonstra que as leis de repressão ao tráfico de escravos de 1831 e 1850 trouxeram consequências para as propriedades agrícolas de São Miguel da Terra Firme.

A formação de famílias escravas, com a expansão dos laços familiares dadas principalmente pelas relações de compadrio, foram comuns na freguesia, abrindo as portas para a possibilidade de um crescimento vegetativo entre a população escrava local e a construção de redes de solidariedade entre os cativos. Outro tema bem discutido e que nos ajuda a enquadrar São Miguel no que Stuart Schwartz tão bem denominou “segredos internos” de uma propriedade escravista foi a

percepção da incidência de casos de conquista de liberdade, onde os agora libertos conseguiram tornar-se também senhores de seus escravos. Famílias estas que seriam uma forma social e cultural de proporcionar consolo e apoio no sistema de exploração hostil em que estavam inseridos.

De modo geral, o que se pode perceber é que a Freguesia de São Miguel da Terra Firme escravo era determinante nesta sociedade e que sua participação era fundamental no processo de acumulação de riqueza das diferentes camadas da sociedade naquela localidade. O acesso ou não a este tipo de mão de obra se mostra determinante para a colocação social daqueles indivíduos. Estes cativos contribuíram para a formação e crescimento de pequenas fortunas locais que contribuíram para o desenvolvimento da localidade estudada.

Pensando na Freguesia de São Miguel dentro de um contexto mais amplo, o que podemos colocar é que esta Freguesia esteve inserida em um contexto maior onde a produção de gêneros destinados ao mercado interno, mesmo que não fosse caracterizada por grandes produções em latifúndios, com plantéis escravos de grande porte, utilizou de escravos como forma de impulsionar a economia local, colocando São Miguel dentro do sistema de circulação de mercadorias voltadas ao abastecimento interno.

FONTES

1.1 Arquivo do Fórum da Comarca de Biguaçu:

Inventários Diversos do Município de São Miguel, 1814-1860

1.2 Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis:

Registros Paroquiais de Batismos da Paróquia de São Miguel Arcanjo, 1798-1851.

Registros Paroquiais de Casamentos da Paróquia de São Miguel Arcanjo, 1794-1860.

Registros Paroquiais de Óbitos da Paróquia de São Miguel Arcanjo, 1815-1859.

1.3 Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – Coleção Resgate:

Arquivos avulsos Manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827.

Arquivos avulsos Manuscritos referentes à Capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI a XIX.

1.4 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Contratadores da pesca da baleia. Real Junta do Comércio. Administração da pesca da baleia. Caixa 378, Pacote 2.

Contratos da pesca das baleias. Códice 445, Volume 17.

Descrição da Ilha de Santa Catarina e Terra Firme. Códice 798, Folha 4 a 6v.

Real Junta do Comércio. Administração da pesca da baleia. Caixa 360, Pacote 3.

Junta do Comércio Agriculturas, Fábricas e Navegação do Império do Brasil. Caixa 378, Pacote 2.

Vice Reinado. Real Fazenda. Caixa 750, Pacote 1.

1.5 Biblioteca Nacional

Manuscritos Diversos sobre Santa Catarina.

1.6 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RJ

FONTOURA, Octavio. Estudo sobre a pesca da baleia. Documento n. 25, lata 486.

Representa a V. Mag. Fran. Peres de Souza, 1761.

Documentos 1 e 2, lata 20.

1.7 Setor de Obras Raras da UFSC

Enciclopédia do Almirante Carneiro, vol. 23.

1.8 Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

1º. Livro de Sesmarias – 1753/1806. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Relatório do Governador da Ilha de Santa Catarina, 1796.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Miguel de Souza Mello. “A pesca da baleia em Santa Catharina”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3:86-7, 1-2 trim. 1914.

AZEVEDO, João Lúcio de. O Marquês de Pombal e a sua Época. 2.^a ed., Lisboa, Clássica, 1990.

BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista (1997). A cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica Colonial Portuguesa. Séculos XVII e XVIII. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

BOITEX, Lucas Alexandre. “A pesca da baleia”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3:3-12, 1-2 trim. 1914.

BRITO, Paulo J. M. de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina. Florianópolis, Livraria Central, 1932.

CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. Florianópolis, PND/SEC, 1968

_____. As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

_____. Nossa Senhora do Desterro: Memória. Florianópolis: Ed. do Autor, 1972.

CAMPOS, Fábio Israel Vieira de. A mão-de-obra utilizada para a caça da baleia no litoral catarinense - Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade, 1746-1836. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. São Paulo: Difel, 1962.

_____. O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional. São Paulo: Anhembi, 1958.

CARDOSO, Fernando Henrique, e Octávio IANNI. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Escravo ou camponês. São Paulo. Brasiliense: 1987.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Caçadores de baleia: armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2009, 210 p.

COMERLATO, Fabiana. O Declínio da Pesca da Baleia nas Armações Catarinenses. Fronteiras Revista Catarinense de História, Florianópolis, v. 10, p. 65-73, 2004.

COMERLATO, Fabiana. Temor e devoção: a pesca da baleia em Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX. Revista Multitemática das Faculdades Energia, Florianópolis, v. 3, p. 59-67, 2004.

COMERLATO, Fabiana. Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica. In: IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, 2000, Porto Alegre. IV CIEIA, 2000.

Corrêa, Carlos Humberto. Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982. Florianópolis : Editora da UFSC, 1983.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. São Paulo: Imprensa Oficial. 2006.

COUTINHO, Ana Lúcia. São Miguel da Terra Firme: 250 anos (1747-1997). Florianópolis: EDEME, 1997.

ELLIS, Myriam. A baleia no Brasil colonial. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

ENGEMANN, Carlos. Degrande escravidão à comunidade escrava. Revista Estudos de História, Franca, v. 9, n. 2, 2002

FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

_____. Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica”, In Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (Orgs). Sob os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, R. A. Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888. 1ª. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERREIRA, Roberto Guedes. Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850. Tese de Doutorado, UFRJ, 2005.

FERREIRA, Roberto Guedes; FRAGOSO, João Luís. Catarina e seus afilhados: anotações sobre o parentesco escravo. Com Ciência O Brasil Negro. Revista Eletrônica do Laboratório de Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas / Sociedade Brasileira para o Progres, 2003.

FLORENTINO, Manolo. Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre as famílias escravas em Paraíba do Sul”. Estudos Econômicos. São Paulo: IPE/USP, 1987.

FLORENTINO, Manolo e Fragoso, João Luís Ribeiro. O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FLORENTINO, Manolo, e José Roberto GÓES. A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.

FORTES, João Borges. Casaes. Porto Alegre, Edição do Centenário Farroupilha, 1932.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. Novas perspectivas acerca da escravidão no Brasil. In: Cardoso, C.F. (org.), Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Tempo - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

_____. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, p. 3-28, 2002.

_____. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII e XVIII). História Questões e Debates, Curitiba, v. 19, n. 36, p. 99-127, 2002.

_____. A nobreza da República: notas sobre a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). Topoi Revista de História do Programa de Pós Graduação Em História da Ufrj, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-123, 2000.

FRAGOSO, J. L. R. (Org.) ; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.) ; BICALHO, M. F. (Org.) . O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVII. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1. 473 p.

FRAZIER, E. Franklin. The Negro Family in Chicago. Chicago: University of Chicago, 1932.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. 20 ed. RJ/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980 [1933].

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Ed. Nacional. São Paulo, 1982.

GIL, Tiago. Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo. Ática. 1980.

HAMEISTER, Martha. Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763). (Tese de Doutorado) Instituto de Ciências Sociais e de Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

HÜBENER, Laura Machado. O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOSTER, Henry. Travels in Brazil. Filadélfia, 1817. Volume II, p. 196.

KÜHN, Fábio. Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII. Niterói: PPG-História/UFF, tese de doutorado, 2006.

LARA, Sílvia. Campos da Violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial– trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Sobre a micro-história. IN: BURKE, Peter. *"A escrita da história"*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161 (tradução brasileira).

LINHARES, Maria Yedda. História do Abastecimento: uma problemática em questão. (1530-1918). Brasília: Binagri. 1979.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA Iraci Del Nero da. "Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX". In: Estudos Econômicos. XIII n.1, 1983.

LUZ, Sérgio Ribeiro da. Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1994.

MACHADO, Cacilda. Casamento & Compadrio: Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX (São José dos Pinhais - PR). Comunicação apresentada no XIV Encontro da ABEP, Caxambu, setembro de 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e Identidade Étnica (1750-1888). 2006.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. Bahia no Século 19 - uma Província no Império. Rio: Nova Fronteira, 1992.

MATTOS, Jacinto Antônio de. Colonização do Estado de Santa Catarina: Dados Históricos e Estatísticos - 1640-1916. Florianópolis, "O Dia", 1917.

MIRA, Marly Anna Fortes Bustamante. "A Nupcialidade e a Natalidade em São Miguel da Terra Firme". In: Notícia Histórica de Biguaçu. Biguaçu, Fundação "Casa Dr. Blumenau", n. 3, ago., 1983.

_____. "A População escrava de São Miguel da Terra Firme". In: Notícia Histórica de Biguaçu. Biguaçu, Fundação "Casa Dr. Blumenau", n. 1, abril, 1983.

NEU, Márcia Fernandes Rosa. Porto de Imbituba-SC: de armação baleeira a porto carbonífero (da gênese à crise). Dissertação de Mestrado em Geografia. UFSC, 1999.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777/1808). São Paulo; Hucitec, 1985.

NOVAIS, Fernando Antonio. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. São Paulo: CEBRAP/Brasiliense, 1977.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. A pesca da baleia em Santa Catarina e São Paulo no período colonial: alguns traços da sua história. Anais eletrônicos da XXII Semana de História - "O Golpe Militar e os dilemas do Brasil Contemporâneo". UNESP/Assis. Assis, 19 a 22 de outubro de 2004.

PELUSO JR, Victor. "Freguesia e Distrito de Paz de São Miguel" Anuário Catarinense. Florianópolis, 1952

PENNA, Clemente Gentil. Escravidão, Liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas décadas de escravidão (1850-1888). 2005, Dissertação de Mestrado UFSC, Florianópolis.

PIAZZA, Walter. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1988.

_____. A epopéia açórico-madeirense: 1748-1756. Florianópolis, Ed. UFSC/Ed. Lunardelli, 1992.

_____. A escravidão negra numa província periférica. Florianópolis: Garapuvu/Unisul, 1999.

_____. O Brigadeiro José da Silva Paes. Florianópolis, Ed. UFSC/Fundação do Rio Grande/FCC Edições, 1988.

_____. O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis/São Paulo: Editora da UDESC/Editora Resenha Universitária, 1975.

_____. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis, Editora Lunardelli, 1988.

_____. São Miguel e o seu patrimônio histórico. Biguaçu, Prefeitura Municipal, 1970.

PIAZZA, Walter Fernando (Coord.). Fortaleza de Santa Cruz. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1983. 14 p. il.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo - colônia. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

_____. História Econômica do Brasil. 26^a ed, São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Evolução Política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense 1967 (1933).

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

SAINT-HILARIE, Auguste de. Viagem a Província de Santa Catarina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SANTOS, Joaquim Gonçalves dos. A Freguesia de São Miguel da Terra Firme: aspectos históricos e demográficos - 1750-1894. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Célia Maria e. Ganchos (SC): Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992.

SIMONSEN, Roberto. A História Econômica do Brasil, 1500-1820. São Paulo, Editora Nacional, 1937.

SLENES, Robert W. Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert e FARIA, Sheila de Castro. Família Escrava e Trabalho. Tempo, volume 3, n. 6, Dezembro de 1998.

SOARES, Iaponan. História do Município de Biguaçu. Florianópolis, AAA-SC, 1988.

SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Editora Objetiva, 2001.

VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina - A Ilha. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

ZIMMERMANN, Fernanda. O Funcionamento da Armação da Lagoinha: Hierarquia do Trabalho e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825). Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2006.

ZIMMERMANN, Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.